



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)

Rua Vinte, 1600 - Cep 38304-402 Ituiutaba-MG - Fones: (34) 3271-5232/3271-5249

MEMORIAL DESCRITIVO DE CARREIRA ACADÊMICA

Marco Antonio Cornacioni Sávio

Ituiutaba, setembro de 2024

MEMORIAL DESCRITIVO DE CARREIRA ACADÊMICA

Marco Antonio Cornacioni Sávio

Memorial descritivo de Marco Antonio Cornacioni Sávio, apresentado como parte de processo para a promoção vertical de carreira de Professor Associado IV para Professor Titular, junto ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal – Universidade Federal de Uberlândia

Ituiutaba, setembro de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S969m 2024

Sávio, Marco Antonio Cornacioni.

Memorial descritivo de carreira acadêmica [recurso eletrônico] / Marco Antonio Cornacioni Sávio. - 2024.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5526>

Inclui bibliografia.

1. Professores universitários. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Humanas do Pontal. IV. Título.

CDU: 378.124

Rejâne Maria da Silva Bibliotecária Documentalista – CRB6/1925

RESUMO

Este memorial foi escrito como parte do processo de progressão na carreira docente de professor associado IV para professor titular. O período aqui abordado vai do ingresso no mundo acadêmico, como estudante do curso de História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFLCH/USP, em 1993, e se encerra no presente ano. Desta forma busco apresentar um plano geral de minha trajetória no mundo acadêmico. O trabalho está dividido em sete partes, abordando o que chamo de anos de formação, depois ensino, pesquisa, extensão e gestão, além da introdução e conclusão. A ênfase, obviamente, está na descrição do meu trabalho como docente na universidade e seus desdobramentos.

Para Priscila, Beatriz e Carolina

AGRADECIMENTOS

Há uma longa lista de agradecimentos quando se trata de uma formação acadêmica e, por conta disso, os poucos nomes que são aqueles que tiveram um papel importante. Gostaria de começar pelas minhas irmãs, Karina Andréa Cornacioni Sávio e Gisele Regina Cornacioni Sávio. Nosso apoio mútuo foi sempre fundamental para quaisquer desafios e conquistas. Agradeço à minha esposa, Priscila Breda Navarro, que deu sentido à minha vida, e às minhas filhas, Beatriz Navarro Sávio e Carolina Navarro Sávio, que dão sentido a tudo que busco e preciso.

No campo de minha formação gostaria de agradecer à minha orientadora no mestrado e no doutorado, profa. Estefânia Knotz Canguçu Fraga (PUC-SP), que aceitou um aluno vindo de outra instituição e com um projeto fora dos padrões usualmente recebidos na linha de pesquisa História e Cidade. Agradeço também ao prof. Antônio Pedro Tota, que foi incentivador do nosso pequeno grupo. No meu período de graduação devo agradecer ao prof. Elias Thomé Saliba (que fez parte de minha banca de doutorado) e do prof. Nicolau Sevcenko (in memoriam), ambos foram grandes influências para mim e para muitos outros historiadores que se formaram no departamento de História da Universidade de São Paulo. Gostaria também de agradecer ao prof. Donald Mackenzie, que me recebeu para o estágio doutoral na Universidade de Edimburgo (Escócia), bem como aos professores Ivan Croizer e Graham Spinardi, que tiveram paciência e me auxiliaram com indicações de leituras e discussões preciosas no campo dos *Science and Technology Studies* (STS).

Agradecer aos meus colegas de graduação, Artur A. A. Amorim, Rodrigo Pupo Oliveira (com os quais continuo a ter interessantes conversas sobre História e nossa complexa realidade) e Danilo Zioni Ferretti, hoje docente da UFSJ, cujos debates sobre identidade paulista auxiliaram no desenvolvimento de minha pesquisa. Gostaria de agradecer aos amigos, hoje distantes, mas que me ajudaram a enfrentar a aridez de viver em um país estrangeiro: Yan-Olivier Charest, Alexander Edelhauser, Ryan Orr e Dieter Vanoverveldt (um garoto engraçado, que nos fazia rir).

Gostaria de agradecer às minhas colegas diretoras de unidades acadêmicas no Campus Pontal, cujas discussões e conversas são um estímulo para enfrentar os desafios da realidade acadêmica e as dificuldades perenes na administração de uma unidade acadêmica num campus fora de sede: profa. Edileusa da Silva (Diretora da Faculdades de

Contabilidade, Administração, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES) e profa. Rosana Maria Nascimento Assunção (Diretora do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal – ICENP).

Por fim, a todos os amigos que passaram pela vida acadêmica e colegas que, de forma contraditória, me auxiliaram a estar onde estou hoje.

Obrigado a todas e todos.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	p.9
2. Anos de formação.....	p.21
3. Ensino.....	p.32
4. Pesquisa.....	p.48
5. Extensão.....	p.68
6. Gestão.....	p. 79
7. Conclusão.....	p.100

1. INTRODUÇÃO

Thou knowest all; I seek in vain
What lands to till or sow with seed--
The land is black with briar and weed,
Nor cares for falling tears or rain.

Thou knowest all; I sit and wait
With blinded eyes and hands that fail,
Till the last lifting of the veil
And the first opening of the gate.

Thou knowest all; I cannot see.
I trust I shall not live in vain,
I know that we shall meet again
In some divine eternity

Oscar Wilde. True Knowledge.

Nas semanas que antecederam o início do trabalho de construção deste memorial, refleti sobre o sentido de executar tal tarefa e daquilo que me parecia um exercício de futilidade. Afinal, a carreira acadêmica no Brasil é construída ao redor de um trabalho de anos e seu registro, quase que compulsoriamente, é feito através daquele que, provavelmente, é um dos maiores instrumentos de registro científico institucional que temos no mundo, o *Curriculum Lattes*. O memorial seria, então, apenas uma apresentação com a descrição ampliada desses anos no mundo acadêmico, revelando as realizações e as lacunas de nosso trabalho enquanto docentes e pesquisadores.

Uma das perguntas que me fiz foi a de qual seria o estilo de escrita que deveria adotar. Isso me pareceu algo importante, já que, como sempre peço aos meus orientandos, devemos evitar o uso da primeira pessoa. Essa recomendação que costumo fazer sempre teve como função alertar que devemos nos colocar de forma impessoal na produção do conhecimento histórico e buscarmos, sempre, a utópica imparcialidade ou, ao menos, não nos deixarmos levar por paixões pessoais ou impulsos de momento. Minhas indicações, no entanto, nunca surtiram muito efeito naqueles que tive a oportunidade de orientar. Olhando agora, talvez nem mesmo nas coisas que escrevi e continuo a escrever.

Conforme fui refletindo sobre a natureza deste trabalho, ficou claro para mim que há nele um sentido que não devemos desprezar, que é a possibilidade de fazer uma

reflexão sobre nossa história profissional dentro e fora da universidade e suas próprias limitações. Afinal, uma realidade enfrentada por muitos de nós na academia brasileira – as exceções são poucas – é a sensação de que o que esperávamos realizar não se concretizaria, e que o trabalho que construímos como pesquisadores viveria ao sabor da inconstância e dos caprichos relativos à estrutura das instituições às quais estamos vinculados e às mudanças políticas e aos grupos de interesses que as moldam.

O problema mais palpável deste tipo de tarefa, que agora me debruço, gira ao redor da forma que teria de lidar com as frustrações entre aquilo que sempre considerei meu potencial como pesquisador e a realidade que o trabalho acadêmico proporciona aos seus profissionais. Além disso, essa é uma reflexão que leva, invariavelmente, à intersecção entre a vida pessoal e a vida acadêmica. Essa relação não é fácil de ser exposta. Há várias razões para justificar tal afirmação. A primeira delas, obviamente, é que este trabalho não trata, ou ao menos não deveria tratar, de sentimentos pessoais e das batalhas que cada um de nós enfrenta ao longo de nossa vida pessoal, e que influenciam diretamente na produção acadêmica, mas sim de uma realidade objetiva que é o registro de nossas realizações na jornada profissional. Além disso, ao abordar essa jornada, as formas como a vida pessoal interferiu ao longo dos anos na vida profissional deixam em aberto a possibilidade de parte do trabalho se transformar num espaço de lamúrias sobre nossas frustrações pessoais, ao menos enquanto pesquisadores.

Talvez o desafio maior, principalmente para um pesquisador do campo das humanidades, seja o de separar esses dois campos: trabalho e vida pessoal. Não trabalhamos em laboratórios, não realizamos experimentos controlados e nem dependemos de máquinas como intermediários entre o mundo real e o observador. Nosso campo teórico-metodológico é mais maleável sem, no entanto, deixar de ser rigoroso. A natureza da pesquisa no campo do historiador – mas cabe apontar que isso vem mudando ao longo das últimas duas décadas – é individual. A solidão da pesquisa e sua relação com a produção do conhecimento influenciam na forma como nosso trabalho se desenvolve ao longo do tempo, em sua divulgação e nas formas de publicação às quais estamos submetidos. Em retrospectiva, observar que nossas escolhas de pesquisa refletem essas inconstâncias é importante para avaliar nossos acertos e erros. Nossa busca por um caminho como pesquisador (que seria a escolha principal para um docente em uma instituição pública) é o reflexo desse processo.

Minha carreira na universidade teve seu início há longos 31 anos, quando ingressei no curso de graduação em História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a FFLCH, na Universidade de S. Paulo. Minha história como estudante universitário começa no ano de 1993, e é comum à de muitos milhões de brasileiros. Oriundo de uma família de classe média baixa da periferia de São Paulo, tive de iniciar cedo o trabalho. Com 14 anos tive meu primeiro emprego, sem carteira assinada, e continuei a trabalhar durante todos os meus anos de formação. Não tive muito apoio por parte da família, já que meus pais acreditavam que não deveria ambicionar uma universidade pública e, muito menos, optar pelo curso de História. Muitas vezes, e já testemunhei isso a vários de meus orientandos ao longo desses anos, me pergunto como consegui concluir a graduação e a pós-graduação. Não acredito na ideia de meritocracia, vejo a mim e a muitos de meus estudantes com grande potencial, como sobreviventes das brechas de um sistema de seleção que tende à exclusão e não à inclusão.

Não foram poucas as vezes pensei em abandonar a graduação. Enfrentava, invariavelmente, duas horas em ônibus para ir e mais duas horas para voltar para a casa. Trabalhava nos turnos da manhã e da noite, e seguia os estudos no período vespertino. Me tornei docente do ensino básico e médio na rede estadual de S. Paulo, sem ter o preparo e as condições necessárias para a docência, mas a crise na rede pública de ensino do Estado, durante a gestão Fleury Filho, se abriu essa possibilidade (que me dava as condições mínimas de subsistência). Assisti nesse período a uma enorme degradação da rede pública de ensino estadual, com docentes sendo agredidos pela polícia militar e à falta de perspectivas de minha área, já que estava claro que a única alternativa seria seguir outra profissão ou tentar ministrar aulas no ensino superior.

A opção por buscar o caminho da pesquisa foi, portanto, uma soma de situações que envolvem o dado objetivo de buscar um futuro melhor, bem como uma vocação que tinha em tentar entender o mundo no qual eu vivia. Após encerrar minha graduação em 1997, passei um semestre inteiro para desenvolver a primeira versão de meu projeto de pesquisa. O período me marcou por ter, então, adotado uma rotina difícil. À época, consegui um emprego em uma escola privada no Horto Florestal, um bairro classe média alta da periferia de São Paulo. O salário era baixo, mas acima da média das escolas estaduais onde poderia trabalhar como eventual. Isso me possibilitou organizar meu horário e ao sair da escola ir até a biblioteca da FFLCH onde estudava e, ao final do dia, encontrava meus colegas de turma que ainda não haviam concluído a graduação. Uma

das coisas que mais me marcou no período foi o de pegar a linha de ônibus Horto Florestal – Cidade Universitária, cujo trajeto era o segundo mais longo da cidade de S. Paulo. Como não havia integração nas passagens fazia isso para economizar dinheiro e o trajeto, facilmente, superava duas horas e meia. É uma lembrança deprimente de meu período de formação.

Enfrentei dificuldades típicas de todo estudante de final de graduação e de ingressante na pós-graduação. O grande desafio em definir meu objeto de maneira clara, descobrir onde poderia encontrar a documentação para construir o meu trabalho, muitas idas e vindas e buscas por um orientador que pudesse me auxiliar nesse caminho. Enfrentei problemas para conseguir um orientador na Universidade de São Paulo, pois no período que submeti meu projeto, a CAPES havia baixado uma portaria que limitava ao máximo dez orientandos por docente, algo que na FFLCH reduziu drasticamente a oferta de vagas (à época o quadro de professores era muito menor do que atualmente). Entre as várias negativas que ouvi uma professora, Maria Inês Machado Pinto, me pediu para apresentar o projeto no programa de pós-graduação em História, na PUC-SP, já que ela via nele potencial e que assim eu evitaria esperar um ano e meio para conseguir uma vaga (foi o prazo que um docente, então, havia me solicitado para poder iniciar a orientação).

No final de 1999, apresentei meu projeto ao programa de pós-graduação da PUC de São Paulo, onde fui aprovado. Ingressei no programa sem saber ao certo como pagaria as mensalidades. Nos três primeiros meses todos os meus vencimentos iam para pagar a mensalidade da PUC. A situação só não se tornou pior porque na avaliação de distribuição das bolsas meu projeto foi aprovado entre os cinco primeiros. Consegui uma bolsa CNPq, o que foi fundamental para a garantia de meus estudos ao longo dos anos seguintes. Defendi o mestrado no segundo semestre de 2000 e no início de 2001 iniciei meu doutorado.

O meu período de doutoramento foi o momento em que me encontrei como pesquisador. Essa afirmação causa certa espécie entre meus orientandos. Li muito. Autores de várias áreas e, principalmente, comecei a ingressar no campo dos Estudos da Ciências e da Tecnologia (*Science and Technology Studies*), um campo que era pouco expressivo no país naquele momento, mas que se encontrava em expansão, sendo chamado de Ciências, Tecnologia e Sociedade (CTS). O trabalho que desenvolvi nesse período me abriu as portas para esse amplo campo de discussões e, por aconselhamento da professora Marina Maluf e do prof. Antonio Pedro Tota, me levou a tentar um período

estágio doutoral numa instituição estrangeira (o famoso estágio sanduíche – o sobrenome do prof. Tota foi motivo de graça por parte de meu orientador estrangeiro).

A profa. Marina Maluf, que foi uma grande incentivadora de meu trabalho, achava que eu deveria ir para a França. Me falou de alguns contatos e instituições que poderiam abrigar minha pesquisa. No entanto, a língua aparecia como uma barreira significativa em meu intento (meu domínio do idioma inglês sempre foi melhor do que o do idioma francês). Busquei ativamente alguns contatos na França. No entanto, a situação mudou após a leitura de um trabalho de Bruno Latour, chamado “Ciência em Ação”, onde havia uma citação sobre o trabalho do professor Donald Mackenzie. Procurei ler alguns artigos do prof. Mackenzie, me inteirando sobre o seu trabalho e, principalmente, o grupo ao qual ele era ligado, o SSU de Edimburgo, mais conhecido como o “Programa Forte”. Acabei por tentar a orientação do prof. MacKenzie, na Universidade de Edimburgo, na Escócia.

O contato prosperou e passei um importantíssimo período no Reino Unido. Travei contato com uma riquíssima e ampla bibliografia à qual não teria contato no Brasil e, principalmente, conheci os debates que ficaram conhecidos no mundo anglo-saxão como a “Guerra das Ciências” (*Science Wars*), além de conhecer pessoalmente alguns dos *Science Warriors*, como John Henry e David Bloor. Foi um período de adaptação difícil, ao estilo de vida naquele pequeno país no norte da Europa. O choque causado por essa mudança foi ainda maior para alguém como eu, que jamais havia saído do Brasil e, até viajar para a Escócia, jamais havia sequer entrado em um avião.

A vida em Edimburgo, no entanto, se tornou mais fácil por conta de meus *flatmates* e alguns colegas que estudavam comigo na *Science Studies Unit*. Foi um período em que tive uma visão diferente do que era a Europa, mas, principalmente, uma visão sobre a qualidade de nossa formação no Brasil. Me impressionava a forma como os doutorandos europeus e estadunidenses se relacionavam com o conhecimento e com as instituições e aquilo que eu considerava falta de uma visão mais crítica sobre a própria natureza do conhecimento. Rapidamente todos sabiam sobre o sul-americano questionador, cujos marcos teóricos e a visão de mundo eram tão exóticas (no sentido estrito do termo). Minhas posições me trouxeram alguns problemas. Numa ocasião, um estudante escocês (havia apenas três deles na SSU naquele momento), conversando comigo ficou admirado com meu pessimismo em relação ao mundo. Lembro de minha resposta (talvez não tenha sido boa): “Claro, eu sou brasileiro!”

O período sanduíche foi um período fundamental em minha formação. Sempre trato disso com meus orientandos e defendo, para aqueles cujos trabalhos têm potencial para tratarem de temas mais amplos, que tenham em vista sair por um curto período do Brasil. Costumo participar disso ativamente, quando aparece a oportunidade, pedindo aos potenciais orientadores que abram espaço para nossos estudantes. Algumas vezes fui bem-sucedido.

Após o término de meu estágio-doutoral, retornei ao Brasil e comecei a escrever minha tese de doutorado. Foi um período de trabalho frenético, que me ocupava quase a totalidade de meu tempo, já que não conseguia parar de pensar na tese. Depois de alguns meses organizando fontes, cobrindo lacunas, terminei a redação de minha tese e consegui entregar na data prevista (o atraso significaria o fim da bolsa e o pagamento de mensalidades). Apenas eu e mais uma colega de turma conseguimos tal feito. Após a defesa, iniciou-se aquilo que a maioria esmagadora dos doutores no Brasil se perguntam: o que farei agora?

Busquei uma colocação em praticamente todas as universidades privadas de S. Paulo, sem respostas. Descobri tardiamente que minha qualificação conspirava contra meu intento naquelas instituições. Passei a enviar meu CV para escolas particulares de elite e fui chamado apenas para uma entrevista, na Escola Americana de Campinas. Só não renunciei à minha carreira acadêmica naquele momento porque o gestor da escola não quis me dizer qual o salário, pois a informação não poderia ser determinante para que eu aceitasse ingressar na instituição. Depois de longos cinco meses de busca, abriu-se uma porta e acabei ingressando no magistério superior numa instituição privada na cidade de Governador Valadares, a Universidade do Vale do Rio Doce.

Meu período na UNIVALE foi bastante difícil. Tive problemas de adaptação ao clima da cidade (com um calor intenso e muita umidade), dificuldades para alugar um apartamento e, como é muito comum em muitas instituições, dificuldades para receber meus primeiros vencimentos. No entanto, o tempo se encarregou de resolver tais questões e acabei por me integrar à instituição e aos seus desígnios. Ministrei aulas em diversos cursos (jornalismo, pedagogia, história) e trabalhei no desenvolvimento de um projeto de mestrado na área de estudos territoriais (não possuíamos geógrafos e acabei tendo de estudar muito sobre o tema dentro das possibilidades de meu campo de estudos). Ao final de um ano, o projeto ficou pronto e obtivemos a aprovação do primeiro programa de pós-graduação no leste de Minas Gerais.

Por coincidência, nos meses que imediatamente sucederam a aprovação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais, a UNIVALE mergulhou numa crise profunda, por razões políticas e financeiras. Eu e mais de uma dúzia de docentes acabou sendo demitida da instituição e voltei para S. Paulo. Comecei a me preparar para concursos em instituições públicas e, no início de 2008 surgiu a oportunidade de participar de um processo seletivo na Universidade Federal de Uberlândia. O concurso oferecia três vagas, na área de Teoria da História. Me preparei longamente, estudando e escrevendo pequenas dissertações para cada um dos pontos do concurso. Foi um período de muito esforço físico e desgaste financeiro. Estudava todos os dias na biblioteca da FFLCH, recordando meu período de preparação de meu projeto de mestrado.

O concurso ocorreu no início de fevereiro. Fiz a viagem de S. Paulo a Ituiutaba e pela primeira vez tive contato com a cidade. Foi um concurso difícil e de organização confusa. Dos trinta e seis candidatos inscritos, para três vagas, acabei aprovado em primeiro lugar. No final do mês de março fui chamado e tomei posse no dia 11 de abril de 2008. Começava ali a minha história na instituição. Uma história de conflitos, conquistas e, hoje, de plena integração à Universidade Federal de Uberlândia, instituição na qual sou gestor e ardoroso defensor, de seu projeto e, principalmente, de meu campus.

Procurarei, ao longo deste trabalho, abordar meu histórico acadêmico de já longos vinte e nove anos dividindo-o em cinco partes: período de formação; trabalho no ensino; trabalho na pesquisa; trabalho na extensão e; trabalho na gestão. Procurarei detalhar a seguir a forma como desenvolverei essa abordagem a partir de minha experiência, principalmente na Universidade Federal de Uberlândia e como minha carreira se desenvolveu ao longo desses anos.

No que diz respeito ao meu período de formação procurarei abordar alguns aspectos importantes tanto para a minha pesquisa quanto para o campo de trabalho onde atuo no ensino. Pode parecer algo trivial, mas por conta das especificidades de meu objeto de pesquisa e dos estudos que dediquei ao longo desses anos, poucas instituições no Brasil à época de minha formação possuíam espaços específicos para a minha atuação.

Meu período como professor do ensino básico e médio nas redes pública e privada de ensino em S. Paulo foram de grande valia para conseguir superar alguns obstáculos, já que apenas em raríssimas ocasiões tive a oportunidade de ministrar, na graduação, disciplinas ligadas à minha área de formação, aqui no Brasil nomeada como Ciência, Tecnologia e Sociedade. Usualmente ministrei essas disciplinas como prestação de serviços, na UFU para o curso de Engenharia de Produção, oferecendo a disciplina História da Economia e da Tecnologia; e na pós-graduação, no período em que lecionei na Universidade Federal do ABC, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, oferecendo a disciplina Perspectivas Econômicas e Sociais da Tecnologia (em ambas as disciplinas criadas por mim e permanecem até hoje nas estruturas curriculares de ambos os cursos).

Essa reflexão sobre o período de formação é importante pois acaba por auxiliar numa avaliação mais precisa dos caminhos que percorri em minha carreira acadêmica e em muitas das decisões que tomei ao longo dos anos que, vendo em retrospectiva, não me parecem acertadas. Dentre essas decisões as tentativas constantes de buscar concursos onde pudesse encontrar um campo específico para as minhas pesquisas, como menos resistência do que encontrei nos grupos de minha instituição.

Essas peculiaridades me levaram a buscar me inserir no campo da História Contemporânea, mais aderente à minha área do conhecimento e, por força das limitações de nosso corpo docente, assumindo as disciplinas ligadas à área de História Moderna. Acredito que um dos pontos fortes desse processo foi me possibilitar adquirir uma formação bastante abrangente e um dos problemas, talvez o principal, foi o de me afastar da minha área de concentração, acabando por refletir em meu trabalho de pesquisa.

Meu trabalho no ensino foi construído dentro das particularidades de meu campus. O trabalho num campus avançado, num curso que duplica outro curso, no caso de História, mais antigo e estabelecido, acabou por resultar nos primeiros embates para poder me posicionar numa área específica, o que impactou na própria estrutura de nosso curso de graduação. Por conta de uma peculiaridade da herança que instituiu o curso de História no Campus Pontal, os primeiros concursos foram todos feitos para a área de Teoria e Metodologia da História. Isso resultou no problema de que os docentes acabavam ministrando disciplinas em várias áreas do conhecimento, resultando numa enorme sobrecarga de trabalho de leitura e preparação das aulas, o que resultava na dificuldade de manter as pesquisas que cada um de nós desenvolvia.

Nesse período acabei iniciando meu trabalho de gestão, de forma indireta, propondo e executando uma divisão de áreas dentro do curso de História, onde os docentes se aglutinavam com base em suas pesquisas e interesses. Essa divisão, feita no ano de 2010, continua válida até hoje (já foram feitas três tentativas necessárias de revisão, mas nunca levadas adiante). O resultado dessa divisão foi a definição de meu caminho no ensino e a uma “especialização” na área de História Moderna e Contemporânea.

O meu trabalho na pesquisa foi se transformando ao longo dos anos, por conta das escolhas que fiz e das dificuldades que encontrei em dar continuidade à pesquisa com meu objeto original ao longo do meu mestrado e do meu doutorado. Meus projetos de pesquisa foram pouco usuais naquilo que as instituições onde me formei ofereciam. A Universidade de São Paulo possuía um grupo bastante antigo na área de História da Ciência, mas com pessoas ligadas principalmente à graduação dos cursos de física e das engenharias daquela instituição. A pesquisa que eu propunha não estava ligada à ideia de História da Ciência que os docentes do grupo propunham então. Como boa parte de meus colegas interessados em compreender o processo de modernização do país, minha pesquisa precisava se encaixar nas propostas oferecidas pelas abordagens benjaminianas. No entanto, meu objeto e sua natureza, considerada inusitada por alguns de meus professores e muitos de meus colegas de então, me levou a buscar abordagens ligadas aos Estudos da Ciência e da Tecnologia (*Science & Technology Studies – STS*), num momento em que a nomenclatura do campo (CTS), hoje usual, era pouco utilizada.

Meu objeto original foi o automóvel, mais precisamente as transformações causadas por este artefato técnico na cidade de S. Paulo. Isso levou a um trabalho que necessitou transitar pela história do município (o desenvolvimento de sua estrutura urbana, sua história de crescimento, os modelos de ocupação), da política da Primeira República (basicamente o modelo de funcionamento do PRP), a cultura paulistana do período, principalmente os usos do automóvel como símbolo de modernização e base de modelo social, além das questões legais e jurídicas que envolviam o tema. Essa construção me possibilitou compreender a forma como a cidade de S. Paulo se organizou no início do século XX, bem como o automóvel foi utilizado como pedra fundamental na construção da cidade de S. Paulo e seus problemas que, ao longo do último século, apenas se agigantaram.

Meu doutorado possibilitou a ampliação do escopo de pesquisa, mas centrado na forma como a rede de transporte da capital paulista foi construída no início do século XX, acrescentando à grande ênfase na forma como poder político se apropriou do automóvel o grande capital, representado pela Light & Power Company (o polvo canadense). Estudar a Light & Power possibilitou entender como a introdução tecnológica reflete as estruturas políticas e sociais em determinada sociedade e como esse modelo, surgido na vida do século XX, se reproduz até os nossos dias. Há um grande espaço para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo, inclusive, na forma como o saber científico era mobilizado para resguardar determinados projetos políticos e de cidade.

Nos anos que se seguiram ao meu mestrado e doutorado minha pesquisa transitou por entre os Estudos da Ciência e da Tecnologia, procurando dialogar com os grupos que se formavam dentro de meu curso e minha instituição. Durante dois anos procurei construir diálogos com a História Ambiental, obtendo algum êxito, mas sentindo muito desconforto já que, sempre que eu colocava a História Ambiental em perspectiva comparativa com os Estudos da Ciência e da Tecnologia notava alguns problemas conceituais que me pareciam insuperáveis, mais especificamente o uso do conceito “natureza”. Nesse período desenvolvi um projeto que buscava dialogar com o impacto das ideias de mudança climática no Brasil e acabei por construir a proposta de estudar a história dos biocombustíveis no país. Essa história propunha seu início com a crise do petróleo, na década de 1970 e se encerrava com a descoberta do petróleo na chamada camada pré-sal, que sepultou a chamada diplomacia do etanol.

O projeto tinha potencial, no entanto a dificuldade em obtenção das fontes, problemas de natureza pessoal e de doença, além de problemas institucionais, acabaram por levar o projeto ao fim sem atingir os objetivos originais. A história ambiental havia sido substituída inteiramente pelos Estudos da Ciência e da Tecnologia, mas faltou fôlego e, principalmente, apoio financeiro para o desenvolvimento do trabalho.

Atualmente, por conta da necessidade de desenvolver um trabalho em parceria com outros colegas em minha unidade, além da demanda de estudantes de iniciação científica, acabei fundando, junto com o professor Antonio Oliveira Júnior, do curso de Graduação em Geografia do ICH, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades Digitais. O Núcleo acabou sendo institucionalizado em minha Unidade e produziu alguns colóquios interessantes, tendo muito potencial para desenvolver pesquisas, além de se constituir como espaço para novos projetos.

Ao longo de meus anos na Universidade me envolvi com a organização de muitos eventos e vários cursos de extensão. A extensão é parte da vida acadêmica de todo o docente, mas ao longo dessas quase duas décadas de trabalho no ensino superior apenas recentemente despertei para o potencial e a importância das atividades de extensão. Apesar de muitas críticas à forma como a curricularização da extensão é feita em nossa instituição, tenho clareza de que esse será o caminho para recolocar a Universidade num local de destaque diante da sociedade e recuperar seu status de local de produção do conhecimento e de formação de excelência.

Fui o responsável pela organização da primeira Semana de História em nossa Unidade Acadêmica, algo que se repetiu mais duas vezes ao longo dos anos. Participei (organizando e propondo) diversas atividades de extensão, sejam cursos, sejam eventos, sempre refletindo as perspectivas de pesquisas dos grupos que participei ou mesmo momentos políticos relevantes enfrentados pelo nosso país. Fui um dos responsáveis pela organização e a difícil execução do “Curso sobre o Golpe de 2016”, onde sofremos até ameaças.

Por fim, creio que é de fundamental importância destacar as atividades de gestão que se impuseram ao longo dos anos, de forma às vezes bastante difícil, numa unidade acadêmica em construção. Fui durante três anos Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH), do curso de graduação em História. Não tenho um trabalho no campo do ensino de história, mas considero este o momento de meu trabalho de gestão, já que meu papel era o de estruturar e equipar o laboratório para que pudesse se transformar no locus do desenvolvimento de pesquisas na área de ensino de história em nosso curso. Nesses três anos consegui aprovar três projetos para equipar o laboratório. Apesar de defasados, esses equipamentos se encontram até hoje no LAPEH. Durante minha gestão foi aprovado o regimento do Laboratório que sofreu poucas alterações.

Após esse período assumi por duas vezes a Coordenação do Curso de Graduação em História, primeiro na FACIP e depois no ICH (as duas unidades acadêmicas que abrigaram nosso curso) e, por fim, acabei sendo eleito Diretor do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, num período bastante complexo para a gestão, que foi o período final da pandemia, sendo o responsável por organizar a retomada das atividades presenciais.

Nos últimos dois anos participei ativamente da gestão da Universidade Federal de Uberlândia. Esses anos na Direção do ICHPO resultaram numa transformação de minha

visão sobre o papel da Universidade, sobre sua multiplicidade e sobre sua função na sociedade. Esses anos me transformaram em algo que nunca achei que seria (como disse anteriormente, a maioria de nós se via como pesquisadores), um homem de instituição.

Essa é a história que, minimamente, tentarei contar neste memorial e que, espero, sirva primeiro, para mim, como um balanço e avaliação de minha carreira acadêmica, além de uma reflexão sobre a Universidade e, segundo, caso haja um dia, algum de meus alunos que leiam este trabalho, que sirva de incentivo e alerta para as suas carreiras futuras: incentivo para seguirem adiante, para entenderem a importância do trabalho acadêmico que vai muito além de uma satisfação pessoal (uma orientanda minha me disse isso, há muitos anos atrás, quando eu falei sobre um artigo meu que havia sido publicado); alerta para que evitem cometer os mesmos erros (que sejam criativos nos erros que cometerem).

2. ANOS DE FORMAÇÃO

Minha formação acadêmica teve início no ano de 1993. Ingressei no curso de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo – FFLCH/USP. A Faculdade tem a sua fama na USP por formar alunos de esquerda e que não se enquadravam no modelo de estudante universitário padrão concebido por aquela instituição (ao menos na forma que entendíamos à época). Meu período de graduação se encerrou no final do primeiro semestre 1997, quando conclui os créditos necessários para a obtenção do diploma.

Minha história é uma história muito comum entre meus colegas e muitos paulistanos da periferia. Foram quatro anos divididos entre o trabalho e o estudo, a maior parte do tempo trabalhando com professor nas redes pública e privada de ensino. Isso era possível graças ao caos que a educação vivia em S. Paulo durante o governo Fleury Filho e o início do governo Covas que acabou, de maneira autoritária, reorganizando a estrutura da rede de ensino de S. Paulo.

Durante meus anos na graduação tive o primeiro contato com o mundo acadêmico, de forma um tanto quanto distorcida. Em determinado momento estive perto de abandonar o curso em busca de um trabalho e me recordo de ter abandonado uma disciplina, História do Brasil Independente II (ministrada pela profa. Zilda Maria Gricoli Iokoi) por não estar conseguindo acompanhar a turma. Procuo contar essa história sempre que inicio uma disciplina com minhas turmas (atualmente nos últimos períodos do curso de História), que costumam reclamar da carga de leitura (que atualmente é baixa, com apenas um texto de leitura obrigatória por aula). Nas disciplinas no meu período de formação, usualmente, eram de três leituras obrigatórias por aula, mais uma ou duas resenhas por semestre. Importante lembrar que, à minha época de estudante, o curso de História da FFLCH era o curso com a maior taxa de desistência de toda a Universidade de São Paulo.

Há um fator importante nesse período para a minha história posterior. Por alguma razão, quando iniciei o segundo ano (terceiro período na contagem da UFU), por alguma razão comecei a ler e entender aquilo que estava lendo. Por sorte, naquele ano de 1994, consegui ingressar na carreira docente e obtive uma renda mínima que possibilitou me manter no curso (no ano anterior me mantive graças ao apoio familiar e ao dinheiro da

demissão que recebi da Companhia de Engenharia de Tráfego de S. Paulo – CET. Meu trabalho na CET durou do ano final do governo de Luiza Erundina e terminou nos primeiros meses do governo de Paulo Maluf).

Esse é outro ponto que trago para os meus alunos. A importância da leitura e de participar das aulas, evitando uma posição passiva diante do conhecimento. A partir de 1994 me tornei um leitor e, uma lembrança que trago até hoje, a sensação de que tudo que eu lia me parecia novo. É algo importante de relembrar, a sensação de descoberta, de novidade, de ver e vivenciar uma outra forma de compreender o mundo. Num determinado momento uma de minhas professoras, a profa. Ilana Blaj (uma das docentes que mais me impressionava pela didática e pela capacidade intelectual – e por fumar mais de dois maços de cigarro durante as aulas), me chamou a atenção que devia ter mais foco naquilo que lia. Na época estava muito interessado em literatura, dividindo meu tempo entre os textos das disciplinas e a leitura dos clássicos.

No meu último semestre de graduação passei a dedicar mais tempo em ler sobre o período que me interessava em pesquisar: a Primeira República. Durante esse período, e todo o ano seguinte, li uma enorme quantidade de trabalhos, a maior parte deles ligados ao processo de modernização¹, para tentar compreender os caminhos que transformaram a cidade de S. Paulo na maior e mais rica metrópole do hemisfério sul. Por natural influência dos docentes aos quais eu grandemente admirava (Nicolau Sevcenko e Elias

¹ Os trabalhos a seguir representam parte desse processo de leituras que foram de grande importância para a minha formação. Sobre a modernização na Primeira República, cf.: COSTA, Wilma Peres & DE LORENZO, Helena Carvalho. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997; HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**. A modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras: 1991; LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**. Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999; MORSE, Richard M. **A volta de McLuhanaíma**. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Cia das Letras, 1990; SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República (4ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1995; Idem. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**. Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

As leituras sobre as transformações econômicas e trabalho formaram o segundo tópico de interesse. Sobre o tema, cf.: ANTONACCI, Maria Antonieta M. **A vitória da razão (?)** O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1992; CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977; DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 1880-1945. (2ª ed.). São Paulo: DIFEL, 1973; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas**. Cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987; FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 1890-1920. (4ª ed.). São Paulo: DIFEL, 1986; GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil** (1850-1914). São Paulo: Brasiliense, 1973; HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1984; MATOS, Maria Izilda de. **Trama e poder**. Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996; SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Thomé Saliba), naturalmente busquei os autores que, no final da década de 1970 e início da década de 1980, que apresentaram uma visão sobre o processo de modernização na América do Sul, com trabalhos fortemente influenciados pela abordagem benjaminiana. A visão sobre o processo de modernização no Brasil, amplamente lida e discutida nos anos de 1990, me levou a procurar entender de que forma a tecnologia influenciou nessa ideia e como a cidade de S. Paulo seria o resultado desse processo.

A pergunta que passou a me perseguir na época era o que eu poderia estudar que fosse além da questão da ideia de modernidade e de moderno, amplamente explorada no período, e que fosse fundamental para a própria constituição daqueles estudos. A ideia de se entender de que forma a introdução de novas tecnologias teria influenciado na ideia de modernismo e modernidade em S. Paulo, além de como a construção dos espaços na cidade refletiam essa dupla confluência. Alguns colegas que trabalhavam com a identidade paulista me chamaram a atenção para a forma como as estruturas políticas da oligarquia do estado foram fundamentais para a construção da ideia de S. Paulo como o símbolo de um modelo de sociedade que deveria ser o modelo adotado por todo o país. Esse modelo, multifacetado, se baseava num discurso de superioridade que era reflexo do próprio processo de modernização².

Um amigo da época, hoje docente da Universidade Federal de São João del Rey, prof. Danilo Z, Ferretti, se transformou num grande interlocutor da pesquisa. Era comum em nossas conversas dividir as agruras da pesquisa em instituições como o Arquivo Público do Estado de S. Paulo e o Arquivo Municipal, ambos com pouquíssima infraestrutura. Foi ao longo dessas conversas que comecei a visitar o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, no centro da cidade e tomar contato com as discussões sobre s bandeirantes e a formação genealógica de S. Paulo. Esse contato me levou a buscar compreender de que forma o processo de modernização assumiu um papel

² As leituras dos trabalhos sobre o tema foram fundamentais para a definição de um objeto de pesquisa e os caminhos que levaram às escolhas que foram fundamentais para minha formação como pesquisador. Sobre a ideia de identidade paulista e da ordenação política, cf.: ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. Tese de doutoramento. FFLCH-USP. 1982; ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado**. Ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922. São Paulo: Humanitas, 2001; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**. Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989; CASALECCHI, José Enio. **O Partido Republicano Paulista**. Política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987; FERREIRA, Celso Antonio. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: UNESP, 2002; MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz cem anos**. A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV, 1992; SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1995;

eminentemente conservador na cidade. No entanto, ainda me faltava um objeto que me levasse a entender de que forma esse processo influenciou na modernização tecnológica e se refletiu diretamente na capital paulista. Foi então que descobri, no Arquivo do Estado de S. Paulo, a joia que me abriu as portas para aquilo que eu buscava. Trata-se da revista “A Estrada de Rodagem”, posteriormente chamada “Boas Estradas”³. A revista foi uma publicação de sucesso na década de 1920, sendo o órgão oficial da Associação Paulista de Estradas de Rodagem (APER), cuja sede ficava no Automóvel Clube de S. Paulo. A revista me ofereceu o objeto que poderia dar sentido às inquietações que a nascente pesquisa trazia para que pudesse entender, de um lado, a forma como as ideias de modernidade e modernização se constituíam em S. Paulo e, de outro, de que forma a tecnologia serviu como catalizadora desse projeto. Esse objeto foi o automóvel.

No entanto, para pensar o automóvel como um objeto crível para o trabalho me faltava então um arcabouço teórico que me possibilitasse uma análise que não fosse a proposta benjaminiana, mas que me desse as condições de compreender a tecnologia como um fenômeno social, que engloba não apenas um reflexo da pesquisa científica e de desdobramentos econômicos, mas sim um reflexo da própria ordem social e de sua estruturação ideológica. Nesse caminho, quase que por acaso, encontrei um trabalho que me abriria as portas para um amplo campo de discussões que era pouco estudado no Brasil. Se trata do trabalho de Bruno Latour, com o sugestivo nome de “Ciência em ação”⁴. A leitura desse livro de Latour me tomou de assalto. Vislumbrei, pela primeira vez, um caminho que poderia me possibilitar construir uma análise que deixasse de lado a abordagem proposta pelos seguidores de Walter Benjamin e entender a tecnologia sobre uma nova perspectiva: a Teoria do Ator-Rede.

A partir da leitura de Latour, passei a tratar o automóvel como um “artefato técnico” e apresentar de que forma esse artefato é constituído conforme ingressa na sociedade. Seus impactos são econômicos, urbanísticos, legais, ideológicos, políticos, culturais e sociais. O automóvel influenciou profundamente a construção da cidade de S. Paulo e se casou com os discursos sobre a hegemonia paulista e o mito fundador do bandeirante. Quando apresentei os primeiros resultados da pesquisa, já como mestrando no programa de História Social da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC-

³ A Revista “A Estrada de Rodagem” foi publicada entre os anos de 1921 e 1924 e sua sucessora, “Boas Estradas” do ano de 1924 o ano de 1928.

⁴ LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

SP), o estranhamento foi geral. Uma docente do programa chegou a dizer que meu trabalho “não tinha sujeito”. A profa. Maria Odila L. S. Dias, quando apresentei meu trabalho ao grupo me classificou como “aquele que estuda a elite”. Senti na pele a descrição feita por Latour, onde ele afirma a razão de ter escrito o livro “Ciência em ação” (que ele considera a sua contribuição ao “Programa Forte”). Na passagem em questão ele fala ter escrito o trabalho tendo em mente antropólogos, sociólogos, historiadores que, quando perguntados sobre o que pesquisam, têm dificuldades em responder.

A leitura dos trabalhos de Latour me abriu as portas para as discussões dos Estudos da Ciência e da Tecnologia (*Science and Technology Studies*). O meu trabalho se desenvolveu rápido e, por conta de minha abordagem, se ampliou para uma pesquisa que se mostrou, rapidamente, fora dos objetivos de um mestrado. Minha orientadora, profa. Estefânia Knotz C. Fraga, juntamente com outros docentes do programa, me encorajaram a partir direto para o doutorado. No entanto, por se tratar de uma instituição privada (pelo menos me foi a justificativa dada) e eu ser bolsista do CNPq, me pediram para defender o que seria a primeira parte do meu trabalho. Fiz a defesa no final do ano de 2000 e, no ano de 2001, ingressei no doutorado.

Meu mestrado foi selecionado num pequeno concurso interno da PUC-SP, que publicava anualmente as consideradas cinco melhores obras do ano anterior (com apoio da FAPESP), entre mestrados e doutorados. A publicação pela Editora da PUC teve como título “A modernidade sobre rodas”⁵. O título de inspiração benjaminiana, no entanto, não escondia minhas origens e as próprias contradições de minha formação.

Ao longo do doutorado comecei a ler mais e mais autores ligados aos STS, e acabei descobrindo um enorme campo de discussão que para mim era inédito. Com o incentivo da profa. Marina Maluf e do prof. Antonio Pedro Tota, antecipei minha qualificação e fui, através de uma bolsa sanduíche da CAPES, para um estágio doutoral na Universidade de Edimburgo, sob a orientação do prof. Donald Mackenzie. O período que passei na capital da Escócia foi, certamente, o mais importante em minha formação acadêmica, seja pela experiência em si de conhecer um outro modelo de universidade, seja pelo acesso a um debate extremamente amplo que só é possível dentro do modelo anglo-saxão.

⁵ SÁVIO, Marco A. C. **A modernidade sobre rodas**. São Paulo, tecnologia automotiva, cultura e sociedade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2003.

O período foi muito rico e, com o incentivo do professor Mackenzie, cursei muitas disciplinas e tive contato com docentes em vários campos na Universidade de Edimburgo. Um dos contatos mais inusitados que tive nesse contexto de exploração dos pesquisadores na universidade foi com o professor Michael Lynch quando, a pedido de um colega que pesquisava a historiografia brasileira na Universidade de São Paulo, conversei sobre o grande historiador escocês William Robertson, cujo trabalho era citado pelos homens do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. O professor Lynch mostrou-se muito interessado e surpreso que intelectuais paulistas do século XIX tenham lido o principal trabalho de Robertson, “*History of America*”, publicado originalmente em 1777. Devo dizer que o professor Lynch foi, talvez, a única pessoa que encontrei cujos interesses estavam além do mundo europeu e anglo-saxão.

No entanto, o centro dos meus interesses estava, obviamente, nos trabalhos da SSU (*Sociology of Science Unit*), onde eu era o único sul-americano. Lá tive contato com o importantíssimo debate sobre os Estudos da Ciência e da Tecnologia. Fiz várias disciplinas e conheci praticamente todos os docentes da unidade. Era visto, curiosamente, como um estudante atípico e demasiadamente questionador (o que me causou alguns problemas, principalmente com Steve Sturdy) e me impressionava pela forma, no meu entender passiva, com a qual os meus colegas lidavam com a bibliografia que estávamos tendo contato.

De qualquer forma, as primeiras disciplinas que cursei na SSU abriram uma perspectiva completamente nova para meu trabalho e foram fundamentais para a minha formação. As disciplinas que mais me influenciaram foram as ministradas pelo prof. Graham Spinardi (*Social and Economic Perspectives on Technology - SEPT*) e a disciplina construída pelos criadores do Programa Forte, ministrada então pelo professor Ivan Crozier (*Sociology of Scientific Knowledge – SSK*).

A disciplina SEPT me possibilitou ter o primeiro contato com um conjunto de estudos que mudaram definitivamente minha compreensão sobre o fenômeno tecnológico e me possibilitaram compreender a importância das interrelações entre os modelos econômicos⁶, as relações entre história local e tecnologia, bem como o papel institucional

⁶ Sobre os estudos econômicos acerca do desenvolvimento tecnológico cf.: DOSI, Giovanni. “The Nature of the Innovative Process”. In: Idem (ed.), **Technical Change and Economic Theory**. London: Pinter, 1988; ROSENBERG, N. **Perspectives on Technology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. Há um grande volume de trabalhos sobre a economia evolucionista que foi inaugurado com os trabalhos de Dosi e Rosenberg.

e as formas como esse ambiente possibilitam o desenvolvimento e implementação de determinadas tecnologias, e sua efetividade, ao longo do tempo⁷.

Após os primeiros contatos com essas leituras minha rotina na biblioteca e nas conversas com o prof. Mackenzie se tornaram mais intensas. Numa reunião de trabalho, o prof. Mackenzie pediu que eu explicasse melhor sobre o que estava pesquisando e então ele me introduziu o trabalho que transformaria toda a minha pesquisa e, efetivamente, seria o principal trabalho para a minha formação acadêmica. Trata-se da obra de do engenheiro e historiador Thomas P. Hughes, principalmente seu grande estudo *Networks of Power*⁸. O trabalho de Hughes parte da proposta de se utilizar da teoria dos sistemas para descrever a construção e desenvolvimento de grandes sistemas sociotécnicos. A importância do trabalho de Hughes, que até hoje não foi traduzido para o português, é fundamental para todo o campo de pesquisa dos STS, já que acaba por apresentar uma solução para os impasses da Teoria do Ator-Rede e coloca a História como a abordagem fundamental para se compreender de que forma a tecnologia é constitutiva das sociedades ao longo do tempo.

O trabalho de Hughes me possibilitou pensar numa abordagem bastante concreta para o processo de eletrificação em S. Paulo e de que forma uma empresa, a Light & Power Company, se transformou em peça central para o desenvolvimento do município e abriu espaço para os automóveis. Outros trabalhos do autor⁹ dialogam com uma vasta tradição de se compreender a tecnologia na história e seu papel fundamental nas relações

⁷ Há um grande debate sobre o papel da tecnologia e seu desenvolvimento social. Sobre as propostas de abordagens sociológicas e historiográficas cf.: BIJKER, Wiebe E. "Sociohistorical Technology Studies". In: JOSANOFF, S et al. **Handbook of Science and Technology Studies**. London: SAGE, 1995; BIJKER, Wiebe E. & PINCH, Trevor F. "The Social Construction of Facts and Artifacts: Or How the Sociology of Technology Might Benefit Each Other". In: **Social Studies of Science**, vol. 14 (1984), 399-444; GÖKALP, Iskender. "From the Engine to the Laboratory or Vice Versa: Prelude for an Investigation of the Science & Technology Relationship in Car Combustion Engineering". In: SØRENSEN, Knut H (ed.). **The Car and its Environments**. The Past, Present and Future of the Motorcar in Europe. Brussels: European Commission of Social Sciences, 1993; MacKENZIE, Donald. "How Do We Know the Properties of Artefacts? Applying the Sociology of Knowledge to Technology" In: FOX, Robert (ed.). **Technological Change: Methods and Themes in the History of Technology**. London: Harwood, 1996; MacKENZIE, Donald. **Inventing Accuracy**. A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance. Cambridge: MIT Press, 2001; MacKENZIE, Donald. & SPINARDI, Graham. "Tacit Knowledge and the Uninvention of Nuclear Weapons". In: **American Journal of Sociology**, vol. 101, n. 1 (July 1995), 44-99; MARX, Leo & SMITH, Merritt Roe. **Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism**. Cambridge: MIT Press, 2001; VERGRAGT, Philip J. "The Social Shaping of Industrial Innovations". In: **Social Studies of Science**. 18 (1988). 483-513.

⁸ HUGHES, Thomas P. **Networks of Power**. Eletrificação in Western Society, 1880-1930. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1993.

⁹ Alguns trabalhos fundamentais de Hughes que são importantes para se compreender o fenômeno tecnológico, bem como as relações entre tecnologia e sociedade, cf.: HUGHES, Thomas P. **Human-Built World**. How to Think about Technology and Culture. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

humanas¹⁰, bem como oferecem um caminho seguro dentro das teses socioconstrutivistas para se compreender o fenômeno tecnológico, sem se deixar levar por determinismos ou armadilhas metafísicas.

A partir de então, as leituras que trazia de meu período de graduação passaram a ser incorporadas dentro dessa nova perspectiva, principalmente o conceito de economia moral desenvolvida por Edward Thompson¹¹ e os trabalhos de Eric Hobsbawm. Foi um período de ampliação de leituras para diversas áreas do conhecimento, principalmente economia, sociologia e História da Europa. Acabei me transformando num comprador de livros (ao menos na quantidade que minha bolsa permitia) e freguês da simpática loja da Blackwell's, em South Bridge.

Em meu “*second term*” cursei outras disciplinas que me proporcionaram o contato com outras abordagens de grande interesse e que acabaram por influenciar não apenas nos destinos de minha pesquisa então, mas também na forma como passei a encarar a introdução e disseminação das novas tecnologias no Brasil e a forma como nossas instituições moldaram, de maneira torta, nossa pesquisa científica. No caso dos estudos sobre a tecnologia, a disciplina de Estudos de Caso (*Case Studies*) me ajudou de forma decisiva a estruturar o que viria a ser minha pesquisa de doutorado.

A disciplina em questão proporcionou a leitura de trabalhos que apontam para a construção de metodologias específicas para o estudo do surgimento e disseminação de determinadas tecnologias, através de abordagens socioconstrutivistas. O resultado foi a necessidade de compartimentalizar meu trabalho para compreender de que forma duas tecnologias de transporte de caráter bastante distinto, o bonde e o automóvel, acabaram por influenciar a forma como a cidade de S. Paulo se desenvolveu nos primeiros anos do século XX. Durante a defesa da tese, um dos membros da banca, prof. Elias Thomé Saliba, chamou a atenção dessa compartimentalização e das estratégias que utilizei para relacionar esses objetos distintos dentro da construção narrativa. Ele disse que, apesar de eu querer esconder, minha tese era dividida em parte um e parte dois. Ao final, para demonstrar que não havia nenhum tipo de entendimento naquela abordagem ele fez

¹⁰ Um trabalho clássico que simboliza essa tradição é o trabalho de Lewis Mumford, famoso pelo seu clássico estudo **A cidade na história**, no caso específico cf.: MUMFORD, Lewis. **The myth of the machine**. Technics and human development. Vol. 1. San Diego: Harvest/HBJ Book, s/d.

¹¹ THOMPSON, Edward P. “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”. In: Idem. **Customs in Common**. Studies in Traditional Culture. New York: The New Press, 1993.

aquele que foi o maior elogio em minha carreira acadêmica, por ter sido feito por um ex-professor que eu tanto admirava: “é uma tese de primeira linha”.

Ao final e meu período em Edimburgo acabei me tornando um outro pesquisador. Havia saído de um campo específico dentro da História para outro, mais interdisciplinar. Isso influenciou grandemente no meu trabalho de ensino e na forma como me preparei para me tornar docente no ensino superior.

Ao retornar ao Brasil, em 2004, havia pouco tempo para escrever meu trabalho. Naquele momento percebi que havia uma lacuna bibliográfica em relação à abordagem que eu me propunha e, principalmente, a necessidade de complementar a minha base documental, o que me forçou a me impor um rígido programa de trabalho que quase me levou a total exaustão. Foi o momento em que busquei estudar outros autores que estavam fora da minha perspectiva de leituras que trazia de minha graduação¹². Esse período foi de grande importância para a pesquisa e me possibilitou uma abertura de horizontes.

No mesmo período tive de retornar aos arquivos da Fundação Energia de S. Paulo, cujas instalações ficavam no bairro do Cambuci, zona sul de São Paulo, onde se encontrava a antiga sede das oficinas da Light & Power Co., na Rua dos Lavapés. De segunda a quarta-feira ficava do início do expediente até o final da tarde, pesquisando os arquivos disponibilizados pela Fundação.

Cabe aqui um parêntesis. Infelizmente os arquivos da empresa não se encontram mais em posse da Fundação. O acordo de privatização da Eletropaulo, entregou todo o patrimônio documental da empresa que foi brigado, por um período de apenas 10 anos, de manter a guarda e preservação do acervo. A área onde se encontravam as oficinas da Light & Power Co. foram vendidas para incorporadoras e todo o seu acervo foi pulverizado. Uma grande perda para a história da cidade de S. Paulo e de todo o Brasil. A incorporação da área para projetos imobiliários foi um crime contra a memória

¹² Basicamente tive de procurar um grupo de estudos que tratava o processo de transformação da cidade sob a ótica da ciência e da tecnologia. Usualmente eram trabalhos com forte influência da escola metódica, mas que traziam precioso material para tratar do meu objeto. Para alguns exemplos cf.: MAGALHÃES, Gildo. **Força e luz**. Eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000; McDOWALL, Duncan. **The Light**. Brazilian Traction Light and Power Company Limited. 1899-1945. Toronto: University of Toronto Press, 1988; MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**: uma perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 1994; NAGANIMI, Marilda. **A contribuição da Escola Politécnica da USP na tecnologia e industrialização do Brasil (1880-1980)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. No caso ainda foi necessário buscar alguns trabalhos da área econômica, mas de escopo completamente diverso do meu SZMRECSÁNYI, Tamás e SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Energia elétrica e capital estrangeiro: o caso da São Paulo Light & Power Co”. Resgate: **Revista de Cultura**, n. 4, p. 9-17, 1992.

nacional, resultado de um projeto de privatização mal pensado. À época em que a Fundação havia fechado seu espaço de consulta para os pesquisadores e havia grande incerteza em relação ao destino do enorme acervo documental que contava a história da eletrificação no Brasil nos primeiros trinta anos do século XX, entrei em contato com o professor aposentado da UNESP, Gildo Magalhães, para conversar sobre a possibilidade de o Museu Paulista assumir o acervo. Na ocasião ele me disse que havia feito a consulta e a direção do Museu à época o informou que não teria condições de receber o vasto conjunto documental.

Após dois intensos meses de trabalho de levantamento de fontes, recolhi alguns documentos até então não trabalhados sobre os primeiros anos da empresa no Brasil. Esse material foi de fundamental importância para compreender o impacto que a empresa, os bondes e a eletrificação trouxeram à cidade. No entanto, quando encerrei o primeiro capítulo de meu trabalho, no início de dezembro, tinha pouco mais de três meses para concluir a escrita da tese. A consciência de contar com um prazo tão curto de trabalho, além da forte cobrança de minha orientadora, profa. Estefânia Knotz Canguçu Fraga (cobrança que apenas foi amenizada quando ela terminou de ler o primeiro capítulo), me levaram a adotar uma rotina de trabalho extremamente exaustiva.

Isso marcou tanto a minha formação que é tema que costumo abordar com meus orientandos, quando enfrentam o momento de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e foi tema de debate com minhas orientandas de mestrado. Não considero uma história de superação, mas sim um erro de planejamento que me custou quatro meses de isolamento e pouco contato social. No entanto, ao final de março de 2005, mais especificamente no dia 29 daquele mês, terminei de imprimir o trabalho de 348 páginas e gastar meus últimos recursos para seguir as orientações de encadernação da biblioteca da PUC-SP.

A defesa foi marcada para o início de maio de 2005. Na banca estavam os professores Elias Thomé Saliba, Maria Odila Leite da Silva Dias, Hermetes Reis Araújo e Maria Inês Machado Pinto. A defesa ocorreria numa segunda-feira, mas, na sexta-feira que anterior à defesa, um membro da banca me ligou para informar que não havia recebido o trabalho para a leitura. Telefonei imediatamente para a minha orientadora e houve uma enorme confusão. Terminei tendo de levar minha única cópia à casa da docente. À época, morava no bairro da Vila Maria, divisa com a cidade de Guarulhos, na

zona norte de São Paulo e fui, de ônibus (dois no total) até o bairro de Pinheiros, numa travessa da Av. Faria Lima, mais de duas horas de viagem.

Na segunda-feira, conforme agendado defesa teve início de forma pontual, às 13h00 e se encerrou às 19h20min. Naquele dia, ao chegar na sala, a docente que alegou não ter recebido uma cópia de meu trabalho me devolveu meu exemplar dizendo que havia se enganado (sem pedido de desculpas). Foi um dia exaustivo, mas que me legou o título de doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Se encerrava ali meu período de formação e começava o meu caminho em busca de uma colocação no ensino superior, algo que, rapidamente, notei ser muito complicado. Como milhares de doutores que ao longo dos anos se formam no Brasil iniciei minha busca por uma colocação em uma universidade.

Rapidamente meu intento de continuar em S. Paulo numa instituição privada se viu frustrado, já que naquela época, 2005 (parece-me que a situação não se alterou), o meu título de doutorado não abria portas, mas sim as fechava. Comecei a buscar trabalho em diversas instituições de ensino, sem sucesso. Até que comecei a enviar currículos para diversas instituições privadas pelo Brasil. Não havia, até então, me preparado para concursos em universidades públicas, pois não possuía experiência com o ensino em nível superior. Naquele momento tinha como possibilidades enfrentar o desemprego, buscar uma colocação na rede de ensino pública do Estado de S. Paulo (onde meu doutorado me garantiria uma pequeno diferencial salarial), ou buscar um pós-doutoramento.

Quando comecei a escrever um projeto de pós-doutorado, que submeteria à Universidade de São Paulo, fui inesperadamente chamado para uma entrevista numa universidade a quase mil quilômetros de São Paulo, na cidade de Governador Valadares, no leste de Minas Gerais. No final de 2005 fui até a cidade e no início do ano seguinte, comecei meu trabalho no ensino superior. Tinha início a minha história como docente em uma universidade, posição que ocupo há dezoito anos.

3. ENSINO

Minha experiência no ensino superior se inicia com a minha chegada à Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Ingressei na UNIVALE em janeiro de 2006. Tratava-se de uma instituição privada na cidade de Governador Valares. Pela ausência de alternativas de qualificação, a UNIVALE era o principal centro de formação de professores na região, com várias licenciaturas, entre elas o curso de História. Como todo docente iniciante, ainda mais numa instituição privada, acabei assumindo uma grande carga horária de ensino, ministrando no curso de história, as disciplinas de História Moderna e Contemporânea II, além de disciplinas para o curso de Jornalismo e Comunicação, História e Cultura Brasileira e Revisão de Algumas Construções Histórico-Culturais¹³.

Os cursos de graduação da UNIVALE estavam em constante transformação, com grande rotatividade de docentes, o que é algo, infelizmente, usual em instituições de ensino superior privado. No entanto, por sua própria história, a Fundação Percival Farquhar tinha a ambição de lançar alguns cursos de pós-graduação *Stricto sensu* e os docentes envolvidos na área de humanidades, principalmente no curso de História, eram os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto.

Essa situação trouxe uma certa estabilidade na área de ensino e foi fundamental para o desenvolvimento das disciplinas na graduação. Foi uma experiência muito importante entrar em contato com os alunos da Fundação, boa parte deles bolsistas. Primeiramente lidar com alunos vindos de uma formação e experiência completamente diferente daquela que então eu conhecia. Isso me fez pensar que as estratégias didáticas que utilizava nas redes pública e privada de ensino médio teriam de ser alteradas. Nas turmas do curso de História essa tarefa se mostrou mais simples, no entanto, no curso de Jornalismo e Comunicação tive um grande desafio, principalmente em relação à cobrança de leituras e debates feitas por mim e a forma como aquilo era encarado pelos alunos e, também, pelos docentes. Tive muitos problemas que, inclusive, me lembraram os embates que eu, como professor iniciante, sofri lidando com alunos do ensino médio, nas redes pública e privada em São Paulo. Outro desafio, ligado ao primeiro, foi o grande leque de disciplinas que tive de assumir, me forçando a ler muito, sem ter uma biblioteca robusta

¹³ Disciplinas ministradas no primeiro semestre de 2006, fevereiro a julho.

ao meu alcance (a biblioteca da UNIVALE possuía um bom acervo, mas os títulos eram pulverizados em várias áreas).

Ao longo do segundo semestre de 2006 eu meu colega, prof. Jean Luís Neves Abreu (hoje docente do INHIS/UFU) começamos a trabalhar na criação de um curso de pós-graduação que se propusesse a trabalhar com Estudos Territoriais. Isso fez com que, além das disciplinas que não faziam parte de minhas atribuições, tive de preparar disciplinas específicas que constassem na grade curricular do curso para, sob o ponto de vista do Coordenador do Curso de História da Instituição, facilitar o caminho da proposta de criação de mestrado. Foi assim que criei a disciplina Formação Histórica do Território, as quais ministrei juntamente com História Contemporânea I e Teoria da História¹⁴.

O primeiro semestre de 2007 foi bastante agitado para a construção do projeto de mestrado da instituição. Nesse período, por conta da estruturação do projeto, realizamos vários eventos e reuniões com representantes da CAPES, o que me possibilitou ter uma carga horária reduzida em relação aos semestres anteriores. Ministrei nesse período as disciplinas de História Contemporânea II e História Moderna. Foi um momento importante para me firmar em um campo específico nas disciplinas de graduação, já que minha formação intelectual me encaminhava, naturalmente, para o campo das disciplinas ligadas à área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). No entanto, uma crise envolvendo a cúpula da Fundação mantenedora da UNIVALE lançou a instituição numa profunda crise que resultou num profundo enxugamento do quadro de docentes. Fui demitido em julho de 2007 e soube, posteriormente, que a CAPES aprovara a proposta construída por mim e pelo prof. Jean Luís Neves Abreu.

No ano seguinte, após um intervalo de nove meses, ingressei por concurso na Universidade Federal de Uberlândia. O concurso contava com trinta e oito candidatos inscritos, dos quais trinta e três compareceram. Foi um processo confuso, mas no qual fui aprovado em primeiro lugar. Naquele período, o curso de graduação em História, da extinta Faculdade de Ciências Humanas do Pontal (FACIP-UFU) se encontrava em fase de implementação e tínhamos entradas de oitenta alunos, nos turnos matutino e noturno, o que mantinha nossa carga horária em 16h/a semanais, por conta da escassez de docentes.

¹⁴ Disciplinas ministradas no segundo semestre de 2006, foram Teoria da História, História Contemporânea I, além de duas disciplinas ofertadas como extensão, com carga horária reduzida: Gestão do Território e Elementos de Abordagem Territorial. Período: agosto a dezembro de 2006.

No entanto, a carga horária, em outras unidades considerada alta, me parecia razoável já que ministrávamos apenas duas disciplinas, o que facilitava a preparação de aulas.

As condições de trabalho não eram ainda as ideais. Nos encontrávamos num espaço alugado em uma instituição particular de ensino da cidade, tínhamos alguns problemas de alocação de espaço para as disciplinas e, por conta de uma prática que levou alguns anos para ser alterada, os docentes ingressantes acabaram assumindo uma gama muito ampla de disciplinas, o que dificultava a preparação das aulas e o aprofundamento de alguns dos temas que um especialista deveria tratar. No meu primeiro semestre ministrei as disciplinas de História Medieval I e História Moderna¹⁵. Por ser tratar de um curso em implementação, nossa biblioteca ainda estava muito aquém de oferecer os títulos necessários para auxiliar professores e alunos na construção das aulas e disciplinas. O próprio espaço da biblioteca ficava num local improvisado, numa escola chamada Raio de Sol, cujo espaço era originalmente dedicado à Educação Infantil. Os livros estavam numa sala pequena, já sobrecarregada com a quantidade de títulos. Isso nos forçava a investir muitos recursos na compra de livros (o que, confesso, me agradava bastante), algo que influenciou em meu segundo momento de reflexão sobre o papel do ensino superior e sua missão, que ia além da formação de professores e bacharéis na área.

Para enfrentar o desafio de ministrar a disciplina de História Medieval, utilizei como estratégia buscar os programas dos docentes que me ministraram essa disciplina na Universidade de S. Paulo, bem como me utilizar dos textos que li no meu período de formação, além de alguns outros títulos que foram leituras fundamentais de então. No entanto, tive minha primeira grande lição como docente de uma universidade pública. Gastei um longo tempo preparando a disciplina e fazendo as leituras necessárias para preparar as aulas e me utilizei de vários títulos em língua estrangeira. Tive o cuidado de colocar como leitura obrigatória apenas os textos em português e espanhol. A ideia que eu tinha era de apresentar uma disciplina com a melhor qualidade possível, no entanto, a reação dos alunos não foi das melhores. Depois da apresentação do curso e das primeiras duas semanas, os discentes organizaram uma pequena comissão e foram até a coordenação de curso reclamar do tipo de disciplina que estava ministrando. Segundo me contou a coordenadora de então, eles achavam a disciplina muito difícil e que não tinham a obrigação de ler textos em língua estrangeira. Havia na bibliografia textos em português, espanhol, inglês e francês, sendo que apenas textos em português e espanhol faziam parte

¹⁵ Disciplinas ministradas no primeiro semestre de 2008, de abril a julho.

das leituras obrigatórias. A coordenadora me disse algumas palavras que considerei muito ruins, mas diziam muito do que eu enfrentaria daquele momento em diante. Ela me solicitou que oferecesse uma disciplina mais palatável para os alunos, que eram pessoas muito simples (na verdade os termos foram outros, que não cabem aqui).

Minha ideia de que a universidade pública deveria ser um espaço de excelência e de formação de qualidade, foi rapidamente substituído por uma realidade onde teria de lidar com as limitações de infraestrutura, as deficiências de formação de nossos discentes e a necessidade de oferecer cursos que pudessem, de alguma forma, sanar as falhas que traziam de suas formações básicas. Para tornar a situação mais difícil, a coordenação do curso à época acreditava que os docentes deveriam fazer um rodízio pelas disciplinas da grade, sob a alegação de que todos deveriam aprender um pouco mais sobre cada campo de estudo da História. No segundo semestre de 2008, ingressei no Colegiado do Curso de História da FACIP (minha primeira passagem, que durou até o final de 2009) e procurei iniciar um debate sobre a necessidade de revermos esse tipo de posicionamento, já que resultava num curso onde as especialidades dos docentes eram desperdiçadas e, além de resultar num enorme esforço para a preparação das disciplinas (e os gastos dela decorrentes), resultavam no oferecimento de disciplinas com muitas lacunas.

No período que vai do primeiro semestre letivo do ano de 2008 até o segundo semestre letivo do ano de 2009, ministrei um total de seis disciplinas diferentes, com carga horária que variou de 16 h/a semanais a 20h/a semanais (no primeiro semestre de 2009). Nesse período, apesar da grande resistência de dois membros de nosso curso, alguns professores conseguiram costurar um modelo de distribuição de disciplinas que possibilitasse minimamente definir áreas de atividade para os nossos docentes. Formei um grupo que envolvia, além de mim, os então professores do curso Amon Santos Pinho e Eduardo Giavara, e iniciamos o trabalho de criar um modelo de áreas e distribuição de disciplinas que nos desse condições de ministrar os cursos em nossas áreas de formação. O que parecia ser algo óbvio, que os docentes ministrassem as disciplinas em suas áreas específicas, foi motivo de disputa dentro do curso.

No segundo semestre de 2009 apresentamos para o curso um documento intitulado “Critérios para distribuição de disciplinas”. Nesse documento se propunham as regras básicas para estabelecer critérios de distribuição¹⁶ e se propunham a criação de áreas

¹⁶ “O objetivo deste documento é o de propor critérios para a distribuição de disciplinas dentro de parâmetros que contemplem as necessidades do curso de história. Nesse sentido, os critérios aprovados

específicas onde seriam distribuídos os docentes do curso de história. As áreas contemplavam a estrutura básica tradicional de um curso de graduação em História no Brasil, e tinham como parâmetros a estrutura básica dos currículos da maioria das instituições de ensino superior nacionais. Foram definidas nove grandes áreas e as disciplinas presentes em nosso projeto pedagógico foram distribuídas, estabelecendo um mínimo de racionalidade para o curso.

Área do conhecimento em História	Disciplinas
História Antiga e Medieval	Introdução à História Antiga História Medieval I História Medieval II
História Moderna e Contemporânea	História Moderna I História Moderna II História Contemporânea I História Contemporânea II Fundamentos da Economia Política (SS)
Teoria e Metodologia da História	Estudos Históricos I Estudos Históricos II Historiografia Geral Historiografia Brasileira MTPH PIPE I
História do Brasil: Colônia e Império	História do Brasil I História do Brasil II
História do Brasil: República	História do Brasil III História do Brasil IV
História Regional e Memória	História Regional e Local Patrimônio, História e Memória
História da América	História da América I História da América II História da América III
História da África	História da África
Ensino de História	PIPE II PIPE III PIPE IV Metodologia e Ensino de História I Metodologia e Ensino de História II Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III Estágio Supervisionado IV Estágio Supervisionado V Produção do Conhecimento em História

procuram contemplar as especificidades dos trabalhos desenvolvidos professores do curso de história, proporcionando uma divisão baseada em critérios que levem em conta áreas onde as pesquisas de cada professor possam dialogar com os trabalhos individuais”.

O processo de distribuição das disciplinas teve como parâmetro uma análise dos CVs Lattes do corpo docente, produzindo critérios ligados às pesquisas de mestrado e doutorado e posterior produção de pesquisa. Em caso de empate na pontuação foram criados critérios específicos¹⁷. Por conta do corpo docente reduzido, foram criados critérios para a atuação em outras áreas que não aquela indicada pelo professor, que possibilitassem que cada docente pudesse circular por áreas afins para, em caso de necessidade de se ministrar a disciplina, não fosse preciso começar um novo ciclo de leituras para se enfrentar um assunto completamente novo¹⁸. Por fim, restaram algumas disciplinas que, a rigor, são um problema até hoje em nosso curso, por não possuir um docente específico e por existirem poucas pessoas formadas na área no país, dificultando a contratação de um docente específico. Trata-se das disciplinas de História Antiga e Medieval (que nas últimas reformas do PPC, infelizmente, tiveram seu espaço reduzido). Para isso, foram criados critérios de sorteio¹⁹, mas que nunca foram utilizados, já que os docentes do curso se organizaram para assumir a tarefa nas áreas afins. Por fim, o documento procurou determinar a carga horária para os docentes que assumirem a Coordenação do Curso e/ou carga horária em disciplinas na pós-graduação²⁰.

A implementação dessas determinações ocorreu após distribuição das disciplinas, feita com base na análise de currículos. O processo não ocorreu sem conflitos, mas, ao

¹⁷ “1. A preferência de escolha da disciplina se dará por afinidade da área de pesquisa e atuação do professor; 2. A definição da área será realizada a partir da análise qualitativa do trabalho de pesquisa (tese de doutorado, artigos publicados ou projetos de pesquisa concluídos e em andamento): 2.1. A avaliação que resultará no processo de atribuição das disciplinas será pública e realizada com base na análise do currículo Lattes e da produção pertinente; 3. Em caso de áreas de trabalho coincidentes, o critério de desempate será pautado pelos seguintes fatores: 3.1. Análise quantitativa da produção acadêmica na área pretendida; 3.2. Tempo de trabalho no ensino superior”.

¹⁸ “4. A determinação da área de atuação dará ao professor a possibilidade de atuação na disciplina pelo período de seis (06) semestres consecutivos, cabendo ao professor assumir outra disciplina dentro de seu campo de atuação e afinidade, ao final do prazo estipulado; 5. No caso da contratação de novos professores sua inserção nas áreas de pesquisa será imediata, porém concorrerão para as disciplinas na área de ingresso apenas ao final do término do rodízio de disciplinas determinado pela distribuição em andamento no momento; 6. Fica a critério dos professores negociarem, ou não, a sua permanência ministrando as disciplinas as quais foram contemplados, desde que não haja outros interessados em ministrar a mesma. 7. Caso haja o interesse em mudar de disciplina antes de findo o prazo de seis (06) semestres, cabe negociação entre os professores membros de determinada área”.

¹⁹ “8. Nas disciplinas onde não houver manifestado interesse nenhum professor, assumir-se-á o seguinte critério para a atribuição, respeitando-se a rotatividade semestral: 8.1. A disciplina em questão será atribuída através de sorteio, envolvendo inicialmente todos os professores; 8.2. O professor sorteado num semestre ficará livre do sorteio no semestre seguinte; 8.3. Os participantes dos sorteios, nesse sentido, serão definidos pela exclusão dos contemplados nos sorteios anteriores; 8.4. Quando todos os professores tiverem sido contemplados no sorteio, reinicia-se a prática com todos os nomes.

²⁰ 9. Após a distribuição equitativa da carga horária, sem prejuízo ao restante dos professores, será levado em conta o trabalho dos professores em atividades extra-sala (pós-graduação, orientações, projetos de pesquisa, projetos e cursos de extensão). 10. Ao coordenador do curso será atribuída uma carga horária máxima na graduação de oito (08) h/aula semanal”.

final, foi implementado como Resolução do Curso de Graduação em História²¹ e, por falta de revisão ou propostas, mantem-se como única resolução de divisão de áreas do curso.

O impacto desse processo foi positivo. Desde então concentrei minha atuação nas disciplinas da área de História Moderna e Contemporânea, sejam obrigatórias ou optativas com raras exceções, assumindo a disciplina de Historiografia Brasileira no segundo semestre de 2016 e de História Medieval no segundo semestre de 2021. Nesse período também fui o responsável por ministrar a disciplina de História da Economia e da Tecnologia, no curso de Engenharia de Produção, entre os anos de 2014 e 2016.

A introdução da divisão de áreas foi de grande importância para a própria organização futura do Curso de Graduação em História no Pontal. Após essa divisão, a própria lógica de abertura de concursos para contratação de docentes mudou. Até aquele momento, por conta de uma prática herdada do Instituto de História (INHIS), que legou os primeiros docentes de nosso curso, todos os concursos eram realizados para uma área única: Teoria e Metodologia da História. Essa prática gerava uma série de problemas para a organização interna do curso de História, seja o de Uberlândia, seja o do Pontal. Após a nossa divisão de área realizamos nosso primeiro concurso fora da área que era comum até então, abrindo um concurso para a área de História da América. Houve resistência interna, de um dos primeiros docentes a ingressar no curso de História da FACIP e do próprio INHIS, cujo um dos expoentes (hoje falecido) chegou a ligar para a Coordenação do Curso de História do Pontal para dizer que não podíamos abrir concurso em outra área que não a de Teoria. O concurso foi realizado e hoje a prática de realização de concursos em uma única área foi abandonado em ambas as unidades.

No mesmo ano de 2009 surgiu a oportunidade de abertura de um Programa de Educação Tutorial – PET, institucional. Não havia a possibilidade de bolsas para os tutores, mas havia a oferta de dez bolsas para os discentes, algo que parecia, já à época, fundamental para mantermos os alunos no curso. Naquele ano ainda nos encontrávamos na FACIP e alguns docentes de outros cursos de graduação se organizaram para preparar os projetos. Apesar de o curso como um todo ter demonstrado o interesse na construção de um PET, nenhum docente se dispôs a preparar o projeto e encaminhar a proposta ao Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação de Grupos PET – CLAA/UFU.

²¹ Resolução COHIP 07/2010.

Numa conversa informal envolvendo além de mim os então professores do curso, Eduardo Giavara e Janaina Zito Losada, concordamos em preparar uma proposta. A profa. Losada era uma entusiasta do PET, já que foi petiana na Universidade Federal do Paraná. Durante uma semana e algumas reuniões preparamos a proposta que foi encaminhada ao CLAA e aprovada em nossa unidade, junto com o PET do curso de Geografia, formando então os dois primeiros Programas de Educação Tutorial de um campus fora de sede na UFU. O PET, até hoje, realiza um trabalho essencial na manutenção dos estudantes em nosso curso, bem como no desenvolvimento de atividades as mais diversas. O trabalho do PET, apesar de alguns problemas que apresentou ao longo dos anos, se provou de grande importância não apenas para o curso de História, mas para todo o campus. Por razões diversas eu, como proponente, jamais assumi a tutoria do PET.

A partir do ano de 2010, o curso iniciou o complexo trabalho do Projeto Político-Pedagógico do Curso²². Houve, desde o início, algumas discussões sobre a validade da revisão do Projeto que estava sendo debatido a partir da introdução do Núcleo Docente-Estruturante do Curso. Participei dos primeiros debates envolvendo a reformulação do PPC em minha primeira passagem pelo NDE. Os debates de então, envolviam a proposta de reorganizarmos os TCCs que, naquele momento, apareciam como grande gargalo em nosso curso. Todo o processo foi desenvolvido de forma bastante comprometida e profissional pela profa. Ângela Aparecida Teles, que acompanhou, cobrou e concluiu o trabalho que levou ao nosso atual PPC. Minha contribuição, além da discussão de reposicionamento das disciplinas ao longo da grade (onde minha proposta para posicionar as disciplinas de Teoria da História mais para a parte final do curso foram derrotadas), foi na construção de uma proposta para a criação de Núcleos de Projetos dentro do próprio curso. A ideia seria a de incentivar os discentes a acompanharem o trabalho de pesquisa dos docentes nas disciplinas e desenvolverem seus projetos que seriam, ao longo do curso, encaminhados para a construção dos projetos de TCC.

A ideia dos Núcleos parecia uma saída plausível para tentar solucionar o problema da dispersão dos alunos em relação à construção dos projetos de TCC e, de alguma forma,

²² Conforme apontado no nosso atual PPC: “A partir de sua instituição através da Portaria FACIP nº 49 de 15/09/2010, o NDE- Núcleo Docente Estruturante do Curso de História passou a realizar avaliações internas do curso. Os resultados das avaliações concluídas nos dois semestres de 2010 foram sistematizados e apresentados ao curso no primeiro semestre de 2011. Em seguida, foi organizado o primeiro Seminário de Revisão do PPC realizado nos dias 03 e 04 de outubro com a participação de discentes, docentes e técnicos do curso”. Brasil, Universidade Federal de Uberlândia, **Projeto Político-Pedagógico do Curso de História do Campus Pontal**. Ituiutaba, 2019, p.6.

incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa de forma mais orgânica junto ao curso de História (já que não possuíamos, e ainda não possuímos, um programa de pós-graduação).

Aproveitando a divisão de áreas, os Núcleos dividiram os docentes em três grupos de trabalho que pudessem receber os alunos desde os primeiros anos de ingresso. Na versão final, os Núcleos de Projetos foram nomeados como Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão, no entanto, ainda preservando a proposta inicial²³. A ideia seria a de que os núcleos tivessem uma estrutura e regimento internos próprios, como um Núcleo de Pesquisa ligado à Unidade Acadêmica. A proposta foi apresentada nas discussões do Fórum de Licenciaturas e contou com certa simpatia entre seus membros. No entanto, após a aprovação do projeto, em 2019, os Núcleos internos do curso não se institucionalizaram. O período de construção e implementação do PPC do curso foi um período difícil, onde enfrentamos um longo processo de desestruturação interna que resultou na cisão de nossa Unidade Acadêmica inicial para gerar a configuração administrativa atual de nosso campus. Além disso, enfrentamos uma pandemia que paralisou nossas atividades didáticas por mais de um ano. No início deste ano, após discussões travadas dentro do NDE, tendo em vistas a revisão de nosso PPC (por conta da curricularização da extensão), o projeto de Núcleos foi abandonado em definitivo.

Uma das razões para o desenlace acima foi a crise que levou à divisão da unidade acadêmica inicial. Entre os anos de 2014 e 2016 o curso de História passou por um momento bastante complicado, bem como a FACIP. Uma crise interna acabou por resultar no desmembramento da nossa Unidade em outras três Unidades Acadêmicas: O Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO), a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES) e o Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICENP). À época, estava em minha primeira passagem como Coordenador do Curso de História onde o curso atravessou uma de suas fases mais

²³ Os Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão têm como objetivo o desenvolvimento de um trabalho voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando a construção de uma trajetória acadêmica coesa nesses três campos. O papel dos núcleos será o de articular as atividades desenvolvidas junto às disciplinas ministradas ao longo do curso de História, com o trabalho prático proposto pelo Projeto Interdisciplinar. Além disso, os núcleos têm por função manter um espaço permanente de articulação entre as atividades desenvolvidas nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, nos TCCs e nos diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no curso de História. Os núcleos devem interagir com os projetos desenvolvidos junto ao CEPDOMP, ao LAPAMI, ao LAPEH e como apoio ao PET História, através dos projetos desenvolvidos por seus bolsistas. Brasil, Universidade Federal de Uberlândia, **Projeto Político-Pedagógico do Curso de História do Campus Pontal**. Ituiutaba, 2019, pp. 19-20.

diffíceis. Foi nesse momento que ficou bastante clara a intersecção entre o trabalho administrativo e o trabalho didático pedagógico.

Como coordenador do curso de História, acabei me envolvendo de forma direta no processo de crise que envolveu toda a nossa unidade acadêmica. Essa situação envolveu a solicitação de abertura de um concurso para a contratação de um docente para o curso de História, na área de Ensino de História. Isso tudo ocorreu conta de uma disputa política interna, num processo que se iniciou em 2009 e acabou refletindo na transformação do projeto inicial que norteava nosso curso²⁴. O problema da implosão da FACIP, que será abordado na última parte deste memorial, foi resultado de uma interferência do diretor da então unidade que congregava onze cursos, com o intuito de retirar um dos docentes do curso de História e realocar essa vaga no curso de Engenharia de Produção.

As discussões que estávamos então travando em relação à reestruturação do PPC e na contratação de um docente para qualificar a nossa área de ensino foram suspensas e a perspectiva de oferecer algumas inovações dentro do curso foram em parte abortadas. Nesse período ficou claro para mim que o papel do Coordenador de Curso, como representante de um grupo de docentes e discentes dentro da unidade, além de defensor de uma proposta de ensino, estava intimamente ligado ao papel de gestor e político dentro do mundo acadêmico. O resultado desse processo que se iniciou foi que nosso curso perdeu uma vaga docente (recuperado apenas no ano de 2022) e no meu adoecimento. O legado para mim foi ter me transformado num homem de instituição. Compreendi, a duras penas, o que era uma universidade e de que forma o ensino (a porta de entrada e saída de nosso contato com a sociedade) era peça fundamental para a sobrevivência de nossos cursos, nossa pesquisa e nossa extensão.

Após encerrada essa minha primeira passagem pela Coordenação de Curso, no ano de 2016, me afastei para um período de qualificação acadêmica (muito mais por conta de meu quadro diagnosticado de burnout), retornei no ano seguinte num período de mudança e de grande apreensão em relação ao futuro da universidade pública no Brasil. Voltei a atuar como coordenador de curso em 2019, substituindo o prof. Eduardo Giavara

²⁴ No ano de 2009 a recém-empossada reitoria interferiu no projeto original da FACIP. Nessa intervenção foram criados dois cursos e reorganizados outros dois. A FACIP passou de nove para onze cursos. O curso de História foi um dos que renunciou a seu turno matutino, além da contratação de seis novos docentes. Essas vagas foram destinadas (06) para a criação do curso de Serviço Social e (01) para a criação do curso de Engenharia de Produção.

que havia sido redistribuído para a Universidade Federal de Goiás. Nesse período, acabei tendo de enfrentar outro grande desafio que foi a pandemia de COVID-19 e a introdução do ensino remoto.

Com a eclosão da pandemia da COVID-19, a Universidade Federal de Uberlândia teve de enfrentar talvez seu mais difícil desafio institucional. No início de 2020 era Coordenador do Curso de Graduação em História e fui o responsável por repassar aos docentes e discentes as informações sobre os desdobramentos dos eventos e as respostas que nossa instituição daria à declaração de emergência sanitária. Foi um momento complexo e desafiador para mim, não apenas enquanto coordenador de curso, mas também como docente e pessoa. No início daquele ano havíamos organizado a tradicional semana de recepção aos nossos estudantes. Tínhamos então, compondo nosso curso, a maior parte de nossos estudantes vindos de outras cidades e estados. Lembro claramente do evento e da forma alegre que recebemos nossa turma (uma turma grande para o padrão de nosso curso, quase trinta alunos).

No entanto, com o passar dos dias, ficou claro que alguma resposta à ameaça da pandemia seria dada. Essa resposta foi dada no dia 17 de março de 2020, por uma medida assinada pelo Presidente Comitê de Monitoramento ao COVID-19 no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, o ex-diretor da FACIP, prof. Armindo Quillici Neto. Tratava-se da Decisão Administrativa REITO n.1/2020, que suspendia as aulas na nossa instituição a partir do dia seguinte, 18 de março de 2020. Aquele momento me marcou profundamente. A própria lembrança do dia, ao descrever aqui os eventos, me traz a sensação do medo e da apreensão. Recebemos a Decisão no final da tarde daquele terça-feira e me preparei para comunicar aos nossos alunos e professores. Avisei, primeiramente, ao nosso corpo docente via whatsapp e, no início da noite, passei de sala em sala avisando que, a partir do dia seguinte, teríamos as atividades suspensas por tempo indeterminado.

Em todas as salas, a cada pergunta pedindo informações sobre nosso retorno e sobre o que iria acontecer, procurava acalmar nossos alunos. O que repeti, todas vezes, era para que não se preocupassem. Procurava descontraír a tensão dizendo que aquilo passaria logo e que deviam se preparar porque não teríamos férias no final do ano, em tom jocoso. Sabia que aquilo não era verdade, mas era meu papel como docente procurar passar confiança aos nossos alunos, afirmando que tudo aquilo passaria de forma rápida. Nos dias seguintes, lembro de ter recebido e-mails e mensagens tanto de nossos alunos

matriculados, quanto de egressos, me perguntando o que deveriam fazer. Naquele momento de incerteza, com um governo cujas ações conspiravam contra a própria população, respondi mais de uma vez para terem calma, usarem máscaras (não havia mais máscaras nas farmácias e nem recomendação para tal procedimento), ficarem em casa se puderem e seguirem as determinações do Ministério da Saúde (naquele momento o ministro de ocasião estava seguindo as recomendações da OMS e fazendo valer sua formação médica). Foi nesse momento que assumi, por completo, meu papel como um homem da instituição, algo que começou a ser construído anos antes, durante o desmembramento da FACIP.

Após longos meses de espera e de indefinição, por conta da pressão para retornarmos às atividades de ensino em meio ao caos enfrentado no país, com o quase colapso do sistema de saúde, a Universidade Federal de Uberlândia começou a discutir a adoção de um modelo de ensino remoto que pudesse garantir que nossos estudantes continuassem a sua formação e que, de alguma forma, pudéssemos evitar a evasão que já estava acontecendo (estudantes buscando instituições privadas para a obtenção de seus diplomas)²⁵. Entre o final de abril e início de agosto de 2020, as unidades acadêmicas e as coordenações de curso começaram a discutir a adoção de um modelo remoto de ensino, cuja proposta seria a de adoção de aulas remotas e reestruturação das disciplinas para servirem a esse propósito. O nosso NDE realizou, então, uma pesquisa envolvendo os docentes do Curso de Graduação em História, entre os dias 18 e 25 de maio de 2020, por meio da ferramenta Google Formulários. Dos 119 alunos matriculados no primeiro semestre de 2020, tivemos 82 respostas, sendo destas 73 validadas. Entre as informações solicitadas na consulta estavam o local onde os alunos se encontravam, acesso a computadores e internet. Os dados apontavam carência de acesso a equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento do ensino remoto, no entanto, um interesse de 72,6% dos que responderam por participar das atividades. Nas discussões travadas dentro de nosso curso, ficou claro o desafio que enfrentaríamos e ao qual deveríamos adaptar nossas estratégias didático-pedagógicas. O curso de História, o que causou certa surpresa

²⁵ A discussão foi possível graças ao Parecer nº 05/2020 do Conselho Nacional de Educação - CNE, homologado pelo Ministério da Educação - MEC, em 29 de maio de 2020, que dispõe sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19 e ao Parecer nº 9/2020 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação - CNE, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2020, que dispõe sobre o "Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19.

entre nossos pares, apoiou a instituição das atividades remotas. Em agosto de 2020, a Universidade Federal de Uberlândia aprovou a introdução das Atividades Acadêmicas Remotas Emergenciais – AARE²⁶.

O debate para a introdução das AARE foi bastante intenso e, naquele momento, apontava para um grande embate entre dois modelos de ensino e, principalmente, a forma como o debate político que vivíamos influenciava as decisões da Universidade. Como coordenador do curso de História, fui um dos responsáveis pela construção do texto posicionando o Instituto de Ciências Humanas como favorável à adoção das medidas emergência, texto que foi aprovado pelo Conselho de nossa Unidade Acadêmica e enviado então à PROGRAD. Houve enorme resistência de nossa representação sindical e de seu representante no Campus Pontal. Isso ficou claro nos debates travados no CONGRAD, onde houve até ameaças de judicialização da questão.

Como docente e coordenador, procurei organizar as conversas com os professores do curso para compreender de que forma poderíamos oferecer os conteúdos de nossas disciplinas, mantendo um mínimo de qualidade diante do desafio de usarmos ferramentas remotas de ensino que jamais havíamos utilizado antes. A primeira barreira a ser vencida foi a de entender que o ensino remoto não era Ensino à Distância, que não nos utilizaríamos das metodologias de EaD²⁷ e que deveríamos construir uma metodologia nova, com base nas ferramentas disponíveis. A segunda barreira foi a de escolher dentre as diversas possibilidades oferecidas por diversas ferramentas e plataformas para oferecermos as nossas aulas aos alunos e, por fim, o desafio institucional de prover acesso aos discentes a esses conteúdos, numa realidade de grande exclusão digital (que ficará cristalina quando no início das atividades emergenciais).

Para possibilitar a inclusão desse novo modelo a Universidade Federal de Uberlândia criou um Período Letivo Especial (PLE), cuja adesão era facultativa (o que representou um grande erro para a instituição), e onde cada um de nós, como docentes,

²⁶ As AARE foram estabelecidas pelo Conselho de Graduação, através da resolução CONGRAD 08, de 07 de agosto de 2020.

²⁷ Conforme apontado em seu Art. 3º “As AARE são ações típicas do processo de ensino e aprendizagem que, em decorrência da ocasional necessidade da manutenção do isolamento físico entre os participantes desse processo, por conta da Pandemia da COVID-19, são realizadas com a mediação dos recursos das tecnologias digitais de comunicação e informação e resultarão no enriquecimento formativo e no aproveitamento curricular, de acordo com um plano de atividade próprio para o período de suspensão do Calendário Acadêmico.

Parágrafo único. Devido ao caráter excepcional das AARE, não se aplicam a elas as regras da modalidade de ensino Educação a Distância previstas no art. 80 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017”. Resolução CONGRAD 08, de 07 de agosto de 2020.

deveriam escolher a participação e a forma como ofereceriam as disciplinas. Isso se transformou num dos grandes desafios para todos os docentes, que deveriam organizar as disciplinas dentro das especificações dadas pelas diversas plataformas oferecidas, além de estabelecer meios de comunicação remotos específicos para estar em contato com os estudantes²⁸. Isso se mostrou um grande desafio didático-pedagógico, já que os docentes que participaram (e devo ressaltar, muitos docentes não quiseram oferecer disciplinas) tiveram pouco tempo para preparar e se adaptar às diversas plataformas que foram adotadas. Houve, por parte do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), a oferta de cursos rápidos de qualificação para a utilização do Moodle e da Plataforma Teams, adotada pela UFU após acordo com a Microsoft, no entanto, os problemas, que se avolumaram, só foram sendo resolvidos com o passar do tempo.

As disciplinas que ofereci no primeiro Período Letivo Especial (PLE-1), História Contemporânea I e História Moderna II, tiveram um número de matriculados além do normal. No período de matrícula identifiquei vários alunos de outras unidades acadêmicas, principalmente do INHIS, que buscaram se matricular nas disciplinas oferecidas pelo curso de graduação em História do ICHPO. No sentido inverso, houve um considerável número de alunos do curso de História buscando se matricular em disciplinas oferecidas por outras unidades acadêmicas, principalmente do INHIS. O fato curioso, foi a de que o INHIS indeferiu todos os pedidos de matrícula de nossos alunos no PLE-1, enquanto o ICHPO deferiu todos os pedidos dos alunos do INHIS.

A oferta das disciplinas foi um grande desafio, talvez o maior desafio como docente desde que iniciei minha carreira. Procurei estruturar uma série de aulas remotas,

²⁸ “Art. 7º Caberá ao docente responsável pela disciplina a elaboração de Plano de Ensino específico para a oferta, utilizando para tanto o modelo de Plano de Ensino anexo à Resolução nº 30/2011, do Conselho de Graduação.

§ 1º O Plano de Ensino de disciplinas ofertadas no âmbito das AARE deve ser preenchido de acordo com o prescrito na Resolução nº 30/2011, do Conselho de Graduação e com os seguintes acréscimos:

I - na Metodologia:

- a) carga-horária de atividades síncronas com o horário previsto das atividades, seguindo as orientações do Plano de Oferta das AARE, conforme o disposto no inciso III, § 1º, do art. 6º, e a identificação da Plataforma de TI e softwares que serão utilizados;
- b) carga-horária de atividades assíncronas, seguindo as orientações do Plano de Oferta das AARE, conforme o disposto no inciso III, § 1º, do art. 6º, com a identificação da Plataforma de TI, softwares que serão utilizados e o endereço web onde os arquivos estarão disponíveis;
- c) carga-horária das demais atividades que será cumprida pelos discentes como atividades letivas da respectiva disciplina;
- d) se houver carga-horária prática, a descrição detalhada de como ela será realizada e de quais recursos os discentes deverão dispor; e
- e) como e onde os discentes terão acesso às referências bibliográficas e a material de apoio utilizados na disciplina, dando preferência a materiais que poderão ser acessados remotamente pelos discentes;

que eram pré-gravadas, utilizando uma plataforma gratuita para gerar os *streamings*. Preparava as aulas, levando em conta a forma como os alunos assistiriam, provavelmente a partir de celulares. Os *slides* que produzia deviam possuir letras grandes, as gravações não podiam passar muito de uma hora, e aprende a utilizar alguns marcadores, como forma de saber quando fechar a projeção dos *slides*, para que os alunos pudessem ver meu rosto, não apenas ouvir a minha voz. Toda a produção do material assíncrono, que tomava um enorme tempo e energia para a sua realização, eram disponibilizados em canal específico do YouTube, e cujo processo de publicação resultou numa série de problemas. Aprendi de forma amarga que era necessário tomar muito cuidado com o uso de imagens e vídeos disponíveis na própria plataforma. Tive por três vezes vídeos derrubados pela empresa em meu canal por utilização indevida de material protegido. Apesar de serem trechos curtíssimos, o algoritmo derrubava os conteúdos. Isso me levou a ter de regravar às pressas várias aulas. Respondia a todas as advertências que o YouTube me enviava, avisando a natureza do material produzido, sem jamais ter recebido nenhuma resposta. Por fim, mais de uma vez, tive problemas com meu provedor de internet e solicitei estabilidade na rede. Em 2021, já como diretor de minha unidade, cheguei a utilizar meu cargo de gestor num contato com a empresa provedora, fazendo com que o atendente me promettesse fazer um registro específico para o enfrentamento da instabilidade, situação que não foi, de fato, solucionada.

Os encontros síncronos eram também um desafio, já que os espaços eram para a discussão das aulas assíncronas e tratar dos textos de leitura obrigatória. Minha experiência como docente era bastante frustrante, já que enfrentava um comportamento extremamente passivo de meus alunos, bem como uma interlocução com imagens que identificavam a presença virtual dos discentes, mas que as câmeras sempre permaneciam fechadas, ou por problemas com a internet, ou por conta de os alunos estarem conectados, mas não de fato presentes. Obviamente o resultado dessa interação foi frustrante e levou em constante revisão do material a ser disponibilizado para os alunos, além de revisões constante de conteúdo para um semestre que foram extremamente comprimidos, uma realidade de respondia não apenas a questões administrativas, mas também ao próprio tempo do mundo virtual.

O período do ensino remoto deixou um grande legado para a universidade. Infelizmente, a maior parte desse legado é negativo. Como docente aprendi muitas lições e estratégias para a utilização de ferramentas de comunicação remota, mas também notei

que o legado disso para o processo didático-pedagógico foi muito ruim. Uma tendência de alheamento de nossos alunos em sala de aula, algo que todos nós já sentíamos em anos anteriores, se acentuou. O uso de ferramentas como os slides, algo para facilitar a explanação do conteúdo em sala de aula, virou uma espécie de fim em si mesmo. Os alunos demandam até hoje que os *slides* sejam compartilhados via espaços de armazenamento e praticamente já não utilizam mais cadernos de anotação. Outra estratégia é o uso de câmeras de celulares para fotografar o material exposto pelos *datashows* disponíveis em nossas salas de aula. Além disso, o desaparecimento dos textos de leitura físicos (em nosso período de graduação era a substituição dos livros por fotocópias), parecer ter tornado mais difícil e complexo o hábito da leitura e da discussão do conteúdo dos textos pelos alunos em sala de aula.

Por fim, apesar de proibidos regimentalmente por nossa instituição, alguns docentes continuam a se utilizar do recurso de aulas remotas para não comparecerem em sala de aula, acentuando o processo de esvaziamento da instituição. A situação é grave e influencia diretamente nas estratégias que procuramos adotar no dia a dia de nossas atividades didático-pedagógicas. Essa herança do período do ensino remoto é, para mim, o grande desafio que todos os docentes devem enfrentar daqui por diante, para dar sentido à própria existência da universidade e o próprio sentido de nossa profissão

4. PESQUISA

Meu trabalho de pesquisa se iniciou tardiamente, já que durante a maior parte de meus anos na FFLCH trabalhava em dois turnos na rede estadual e privada de ensino de S. Paulo (no período da manhã e noite, intercaladamente ao longo da semana). Apenas após o término de minha graduação passei a me dedicar a desenvolver um projeto de pesquisa para o mestrado, usando o tempo que usualmente eram reservados para as disciplinas da graduação. Esse início tardio foi prejudicial já que não tive contato com grupos ou projetos de pesquisas, além de me faltar alguma reflexão sobre a estruturação de um projeto de pesquisa. No curso de História, à minha época, o Trabalho de Conclusão de Curso não existia.

Após um período de intensas leituras e de espera de um ano e meio para ingressar num programa de pós-graduação, iniciei minha pesquisa tendo como objeto o impacto causado pelo automóvel na cidade de São Paulo no início do século XX. Meu objeto se mostrou desafiador já que tratava de um artefato técnico e compreender de que forma uma máquina poderia interferir na expansão urbana e na vida dos habitantes daquela que se tornaria a maior metrópole do hemisfério sul (tenho certo prazer por hipérbolos quando trato da cidade de São Paulo) trazia muitas perguntas.

Por conta da constante troca de ideias com um grupo de colegas que pesquisavam a cidade de São Paulo no início do século XX e, principalmente, a ideia de uma identidade paulista. Esse contato, mais minha pesquisa com as revistas “A Estrada de Rodagem” e “Boas Estradas”, revistas dedicadas ao chamado motorismo e à relação desse “esporte” com o passado imaginado dos bandeirantes como formadores do estado nacional brasileiro, me levou à estruturação do primeiro trabalho trazendo uma reflexão mais detida sobre o fenômeno, “O automóvel e a cidade: relações entre tecnologia e sociedade na São Paulo dos anos 20”²⁹. Essa minha primeira participação tardia num encontro de historiadores foi particularmente marcante. Durante minha apresentação, num encontro particularmente esvaziado (realidade característica dos encontros da ANPUH), um professor da UNESP e alguns estudantes compareceram e tivemos um debate

²⁹ SAVIO, Marco A. C. “O automóvel e a cidade: relações entre tecnologia e sociedade na São Paulo dos anos 20”. In: **História 2000 – Perspectivas**. Anais XV Encontro Regional de História (ANPUH-SP). São Paulo, 2000.

interessante. O professor, cujo nome infelizmente não sei, elogiou meu trabalho e me incentivou a continuar com a pesquisa, pois não existiam muitos trabalhos sobre o tema e que entender o papel do automóvel como símbolo da modernidade na estruturação da política paulista e brasileira era fundamental. Uma das falas dele me marcou bastante. Segundo ele, os destinos da política brasileira na década de 20 do século passado eram decididos em dois locais: na sede do Automóvel Clube de S. Paulo e na Choperia Pinguim, em Ribeirão Preto. Essa conversa me deu a convicção de que o trabalho que desenvolvia tinha algo a dizer, o que é importante para um estudante de mestrado.

A pesquisa de mestrado ainda me levou a estudar o surgimento de uma legislação específica sobre o automóvel em S. Paulo, os projetos de urbanização e legislação de tráfego (que me trouxeram a necessidade de entender a estruturação do transporte público a partir da chegada da Light & Power Co.), várias idas à biblioteca do Largo do S. Francisco, na Faculdade de Direito da USP, onde encontrei valioso material sobre os debates legais ao redor do automóvel, além dos primeiros estudos processuais sobre a relação do automóvel e a legislação brasileira, o que me possibilitou construir no texto a primeira proposta de uma rede sociotécnica relacionada ao automóvel em S. Paulo. Meu trabalho de mestrado foi defendido no final do ano de 2000, com o título **A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade nos anos 20**. O trabalho foi contemplado posteriormente com uma publicação, sendo publicado pela EDUC/FAPESP no ano de 2003, com o título **A modernidade sobre rodas. Tecnologia automotiva, sociedade e cultura**³⁰.

No início de 2001 ingressei no doutorado. Meu trabalho já era conhecido pelos docentes do Programa de Pós e fui incentivado a buscar um doutorado sanduíche. Não havia, então, muitas pesquisas que utilizavam das discussões ligadas aos Estudos da Ciência e da Tecnologia na PUC. Minha pesquisa começou a se ampliar e o projeto que apresentei se relacionava com a construção de uma rede de transportes na cidade e S. Paulo e a forma como a introdução de novas tecnologias alterou a estrutura urbana e social da metrópole em nascimento. Paralelamente, por conta do caráter simbólico que os bondes e, principalmente, os automóveis traziam sobre uma ideia difusa de modernidade, acabei por me interessar pela figura de Santos-Dumont, o mítico pai da aviação e filho de uma importante família do estado e com grande peso político no PRP. O primeiro

³⁰ SAVIO, Marco A. C. **A modernidade sobre rodas**. Tecnologia automotiva, sociedade e cultura. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2003.

automóvel a chegar no Brasil teria vindo pelas mãos de Santos-Dumont e essa história foi usada como meio de impulsionar o motorismo no Brasil.

Em 2001 apresentei na ANPUH-Nacional um trabalho intitulado “Santos-Dumont e a construção de um projeto de modernização na capital paulista: inovações tecnológicas, e cultura no início do século XX”³¹. Naquele momento pensava na possibilidade de que meu trabalho de doutorado pudesse gerar alguns subprodutos, principalmente um estudo sobre os primórdios da aviação e o papel de Santos-Dumont nessas pesquisas. No ano de 2004, quando estava na reta final de meu doutorado sanduíche, cheguei a visitar o *Musée da L’air et de L’espace*, em Burget, onde se encontra uma farta documentação sobre as pesquisas de desenvolvimento de aviões e, curiosamente, na entrada da biblioteca, se encontra uma réplica do Demoiselle, avião desenvolvido por Dumont.

No entanto, a pesquisa de doutorado seguiu firme no propósito original e, por conta da pesquisa sobre a Light & Power Co. acabei por ser forçado a estudar o processo de eletrificação na cidade de S. Paulo. Foi nesse momento que tive contato com o trabalho de Thomas P. Hughes e comecei a utilizar amplamente o conceito de sistemas sociotécnicos. Em 2004 apresentei em Oxford o trabalho “Scientific Knowledge and Politics: The Role of the Politecnic School in the Modernisation of São Paulo”³², que tratava da criação do laboratório de eletrotécnica da Escola Politécnica de São Paulo e de como alguns trabalhos produzidos pelo laboratório foram utilizados pela empresa para convencer a prefeitura de S. Paulo a adotar a iluminação elétrica em substituição da iluminação a gás. Pela primeira vez, vi meu trabalho causar uma discussão detida. Afirmava no texto que o uso do discurso científico para apontar a superioridade de determinada tecnologia sobre outra, na verdade escondia que a iluminação a gás era mais eficiente e barata que os equipamentos de iluminação elétrica que a Light oferecia à época. Além disso, mostrava que a Prefeitura, com a decisão pela iluminação elétrica, levou a empresa que concorria com a empresa canadense, a “São Paulo Gas Co.” à falência e a ser incorporada à Light. Ao final, um professor de Oxford me elogiou e me

³¹ SAVIO, Marco. A. C. “Santos-Dumont e a construção de um projeto de modernização na capital paulista: inovações tecnológicas, e cultura no início do século XX”. IN: **Entre o indivíduo e o coletivo**. Anais XXI Simpósio Nacional de História (ANPUH). Niterói/RJ, 2001.

³² “Scientific Knowledge and Politics: The Role of the Politecnic School in the Modernisation of São Paulo”. In: **1st ABEP**. Oxford Centre of Brazilian Studies Conference. Oxford/UK: Oxford University Press, 2004.

falou de uma lembrança de infância. Ele me disse que a iluminação a gás de Londres só foi substituída totalmente no final da década de 1950.

Ao retornar ao Brasil, enquanto concluía a redação de meu doutorado, participei de uma série de encontros na PUC-SP apresentando, principalmente, as discussões ligadas aos debates sobre ciência e tecnologia. Apresentei comunicações em dois eventos distintos, a XII Semana da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP³³ e a Semana de História da PUC-SP³⁴. Em ambos os eventos coordenei um grupo de trabalho, com os pesquisadores que trabalhavam com ciência e cultura material no mestrado e doutorado do Programa de História, e apresentei algumas comunicações. Foram dois momentos importantes que antecederam a defesa de meu doutorado.

Nos meses seguintes me dediquei à escrita de minha tese de doutorado. O trabalho, que tratava de metropolização de S. Paulo e do impacto que as tecnologias de transportes legaram à nascente metrópole foi defendido no dia 13 de junho de 2005, com o título de “A cidade e as máquinas. Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista, 1900-1930”. A defesa marcou um período de formação em pesquisa de seis longos anos e me habilitou a buscar um posto de trabalho no ensino superior. Posteriormente, o trabalho foi publicado como livro, no ano de 2010³⁵.

No mesmo ano tive aprovada a minha primeira publicação. Se tratava de uma versão estendida do primeiro capítulo de minha tese, onde me utilizava de um conceito lançado por Thomas P. Hughes para tratar da difusão e aceitação de determinadas tecnologias pela sociedade. Trata-se do artigo “A Light & Power e a construção do *momentum* da eletricidade em S. Paulo”³⁶. A ideia de *momentum*, termo emprestado da física, auxiliou na compreensão da forma como as tecnologias da eletricidade se tornaram hegemônicas na cidade de São Paulo e posteriormente em outras capitais, isso graças às políticas monopolísticas adotadas pela Light & Power Co. e a anuência dos poderes

³³ No evento apresentei a seguinte comunicação: SAVIO, Marco A. C. “A formação social da ciência e da tecnologia: perspectivas teóricas”, no grupo de trabalho que coordenei “Ciências, Tecnologias e Sociedade: Perspectivas Historiográficas”. XII Semana da Faculdade de Ciências Sociais, 16 a 20 de agosto de 2004.

³⁴ No evento apresentei a seguinte comunicação: SAVIO, Marco A. C. “Robert Merton e a sociologia da ciência: perspectivas historiográficas”. Ministrei também o Minicurso “História, Tecnologia e Cultura”. Semana de História PUC-SP, de 18 a 22 de outubro de 2004.

³⁵ SAVIO, Marco A. C. **A cidade e as máquinas**. Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista, 1900-1930. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2010.

³⁶ SAVIO, Marco A. C. “A Light & Power e a construção do momentum da eletricidade em S. Paulo”. In: **Tempos Históricos**. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon/PR, v.7, p. 187-214, 2005.

públicos. Nesse processo a empresa passa a ser chamada pela população paulista de “a toda poderosa”.

Meu primeiro trabalho no ensino superior foi a Universidade de Vale do Rio Doce, UNIVALE, onde integrei o grupo para a construção de uma proposta de mestrado. A ideia seria a de desenvolver uma pesquisa ao redor do conceito de território e fiquei responsável pela elaboração de uma estrutura teórico-metodológica que pudesse dar sustentação ao projeto. Passei a dedicar um grande esforço de pesquisa sobre a região, além de leituras que pudessem auxiliar na proposta. Nesse período, comecei a estabelecer algumas relações possíveis entre os campos dos Estudos da Ciência e da Tecnologia, da História Ambiental e da Geografia, para possibilitar auxiliar na construção da proposta.

Em junho de 2006, foi realizada a primeira apresentação da pesquisa que desenvolvia por conta do projeto de criação de mestrado, que mostrava já os desafios que tínhamos pela frente: “Modernização, Ciência e Patrimônio Cultural”³⁷. Foi um evento muito interessante, pois a instituição conseguiu trazer uma grande pesquisadora, a arqueóloga e antropóloga Nélida Guidon. Os primeiros resultados desse projeto foram apresentados no IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da UNIVALE “O estudo do território e as Ciências Humanas – novos objetos, novas abordagens”³⁸. Esse evento foi a pedra fundamental para a construção da proposta que se transformou posteriormente no primeiro programa de mestrado da região (e que está em funcionamento até hoje). No mesmo evento apresentei o trabalho “Processos Históricos de Territorialização”³⁹, que tratava das relações entre a história e a construção da ideia de território. Ao longo desse processo de construção da proposta, comecei a orientar alunos sobre a temática⁴⁰, bem como participar de cursos de extensão na instituição. Foi um período que exigiu um grande dispêndio de energia seja por conta das dificuldades de transporte na cidade, seja por problemas relativos às dificuldades de acesso a ferramentas básicas de pesquisa como

³⁷ ABREU, Jean Luiz N. & SAVIO, Marco A. “Modernização, Ciência e Patrimônio Cultural” In: **congresso Euro-Brasileiro de Gestão do Patrimônio Cultural**. UNIVALE, 07 de julho de 2006.

³⁸ SAVIO, Marco A. C. “O estudo do território e as Ciências Humanas – novos objetos, novas abordagens”. In: **IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica**. A pesquisa interdisciplinar no campo da promoção da saúde. Governador Valadares, 26 a 28 de setembro de 2006.

³⁹ SAVIO, Marco A. C. “Processos históricos de territorialização”. In: **IV Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica**. A pesquisa interdisciplinar no campo da promoção da saúde. Governador Valadares, 26 a 28 de setembro de 2006.

⁴⁰ Bolsa PIBIC/FAPEMIG, para o projeto “Os processos de urbanização e territorialização em Governador Valadares, 1940-1990”: orientanda: Dalete Gama de Souza.

acesso à internet (à época, vários bairros da cidade de Governador Valadares não tinham acesso a nenhum tipo de internet).

Nos meses anteriores aos eventos realizados pela instituição para promover discussões para a construção da pós-graduação, a UNIVALE tentou acordos com outras instituições para enviar o projeto. As negativas levaram nosso grupo a propor um passo ousado que foi a de solicitar a criação desse curso de mestrado. No final de 2006 eu e o professor Jean Luiz Neves Abreu iniciamos o preenchimento do Aplicativo para Avaliação de Propostas de Cursos Novos – APCN, da CAPES. A proposta do mestrado interdisciplinar em Gestão Integrada do Território, que envolvia a área do Direito, da Saúde e da História, foi aprovada. A aprovação foi vista com surpresa, pois a produção dos docentes era baixa e fora do campo de conhecimento proposto, mas o ineditismo e isolamento da instituição na região devem ter sido preponderantes. Apesar da grande vitória, nem dois meses depois da aprovação, a instituição entrou em séria crise e vários docentes, entre eles eu, foram demitidos. A crise que se instaurou durou quase dois anos para ser resolvida, mas o programa de mestrado por nós proposto ainda continua em funcionamento. É uma pequena marca deixada pelo meu trabalho que, certamente, não deve ser notada pelos docentes que atualmente trabalham na instituição.

Ao final de meu período na UNIVALE tive aprovada a minha segunda publicação, também oriunda de um capítulo de minha tese de doutorado, reestruturado e que tratava do automóvel como símbolo da modernidade e modernização. Curiosamente é este um dos meus trabalhos mais citados e pelo qual mais sou procurado por estudantes de mestrado e doutorado que tratam do tema. Trata-se do artigo “Há liras de Orfeu em todos os automóveis: as feiras automobilísticas e as seduções do automóvel em São Paulo, nos anos 1920”⁴¹. Esse artigo, provavelmente, é meu único trabalho de matriz benjaminiana que foi publicado. Apesar disso, o trabalho conta com grande influência de um livro de Asa Briggs, **Victorin Things**, onde o historiador britânico trata da importância da cultura material para avaliar o caráter de determinada sociedade. A ideia de um inventário das técnicas foi de grande importância para tratar do fenômeno do automóvel e a forma como, até os nossos dias, ele espelha um determinado desejo de ordem e ascensão social no Brasil e em outros países do mundo. Importante notar como até os dias atuais, as grandes

⁴¹ SAVIO, Marco A. C. “Há liras de Orfeu em todos os automóveis: as feiras automobilísticas e as seduções do automóvel em São Paulo, nos anos 1920”. In: **Cadernos CEOM**. Chapecó, UNOESC, v.24, p. 217-236, 2007.

feiras automobilísticas mobilizam, no Brasil e no mundo, um enorme contingente de pessoas sendo, onde ocorrem, sucesso de público e objeto de grande interesse da imprensa local.

Após a minha saída da UNIVALE, ainda desempregado, apresentei num evento da UFOP, em Mariana/MG, o trabalho “Bandeiras, estradas e automóveis: o mito bandeirante e o automobilismo na historiografia paulista no início do século XX”⁴². No trabalho retomava a pesquisa sobre o papel do automóvel na retomada da mitologia bandeirante da década de 1920 e a forma como os pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se tornaram entusiastas do automóvel. O curioso é notar como o automóvel é peça central nos discursos políticos do grupo ligado a um dos grandes expoentes do Partido Republicano Paulista, Washington Luís, cujo lema de sua campanha para o governo do Estado de São Paulo era “governar é construir estradas”.

No início de 2008 foi aprovado em concurso público e iniciei minha carreira na Universidade Federal de Uberlândia, tomando posse no dia 11 de abril de 2008, lotado no Campus Pontal, na cidade de Ituiutaba. Foi um ano onde retomei o trabalho com minhas fontes originais, me afastando do debate sobre território que havia marcado meus estudos em 2006 e 2007. Nesse ano retomei com determinação as leituras sobre o debate da “Guerra das Ciências” e busquei refletir sobre o papel da ciência na sociedade contemporânea, concomitantemente, retomei meu trabalho sobre o papel da tecnologia na sociedade paulista, abordando a ideia de “transferência tecnológica”.

Em agosto apresentei, em Mariana, o trabalho “Thomas Kuhn, Ludwick Fleck e o caráter histórico do conhecimento científico”⁴³. Nesse trabalho, retomei uma discussão que trouxe de meu retorno da Universidade de Edimburgo e que me trazia um grande interesse, compreender de que forma a ciência respondia aos condicionamentos históricos e institucionais. Apesar de ser uma discussão de grande importância, meu interesse se limitava a entender de que forma o uso das ciências na sociedade paulista da década de 1920 era um fator eminentemente político, não intelectual. Isso retornou mais a frente em trabalhos específicos sobre o tema.

⁴² SAVIO, Marco A. C. “Bandeiras, estradas e automóveis: o mito bandeirante e o automobilismo na historiografia paulista no início do século XX”. In: **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia**. UFOP, Mariana, 2007.

⁴³ SAVIO, Marco A. C. trabalho “Thomas Kuhn, Ludwick Fleck e o caráter histórico do conhecimento científico” In: **Anais do II Seminário Nacional de História da Historiografia**, A dinâmica do historicismo. UFOP, Mariana, 2008.

No final deste ano, apresentei meu segundo trabalho em língua estrangeira, na *International Conference Technologies of Globalization*, realizada pela Technische Universität Darmstadt, na Alemanha. O trabalho intitulado “Technology Transfer and Modernization: The Case of São Paulo’s Tramway System (1900-1909)”⁴⁴ aplicava o conceito de “transferência tecnológica” apresentado por Thomas P. Hughes ao caso da construção da rede de bondes em São Paulo. O trabalho em questão ainda possui um grande espaço para o seu desenvolvimento. A ideia de pensar o estilo de transferência tecnológica adotado pela Light & Power Co, apontado por mim como eclético (já que se baseou em várias experiências e equipamentos de diversas cidades do mundo), resultou num sistema altamente lucrativo, porém violento e exclusivista. O trabalho foi apresentado no grupo “Globalization Revisited: World-embracing Technologies in a Historical Perspective”. Foi um dos debates mais interessantes que participei no exterior, envolvendo pesquisadores de vários países (incluindo uma portuguesa que presidia os trabalhos e fez questão de me cumprimentar em português) onde ocorreram intensos debates.

Também no ano de 2008 foi publicado o artigo “Economia Moral e Revolta: o caso dos bondes em S. Paulo”⁴⁵, meu último artigo vindo da tese de doutorado. O artigo em questão trata da “revolta dos carroceiros” em 1909, que paralisou a cidade de S. Paulo durante três dias, paralisação que foi o resultado de uma explosão de violência contra a empresa de transportes Light & Power Co. Me utilizei do conceito de economia moral, de Edward Thompson, para apontar de que forma a entrada da empresa no ramo de cargas da cidade de S. Paulo, desequilibrou o mercado que envolvia a mais antiga e organizada categoria de trabalhadores da cidade, os carroceiros. O uso de Thompson para abordar a questão foi sugestão de meu orientador em Edimburgo, prof. Donald Mackenzie. Nesse trabalho, que considero um de meus mais importantes, aponto de que forma a empresa desestabilizou o mercado de cargas na cidade não apenas oferecendo concorrência direta, mas também pelo próprio processo de instalação dos trilhos e de eletrificação da cidade, matando animais, gerando obstáculos ao trabalho dos carroceiros, além de influenciarem diretamente na legislação sobre a utilização das ruas da capital. Um belo exemplo de

⁴⁴ SAVIO, Marco. A. C. “Technology Transfer and Modernization: The Case of São Paulo’s Tramway System (1900-1909)”. In: **Technologies of Globalization. International Conference (Proceedings)**. Darmstadt: Technische Universität Darmstadt/Forschungsgemeinschaft – DFG, p. 262-274.

⁴⁵ SAVIO, Marco A. C. “Economia Moral e Revolta: o caso dos bondes em São Paulo. In: **Projeto História**, v. 34, PUC-SP, p. 133-146, 2008.

como a estruturação de determinados sistemas sociotécnicos determinam a reordenação da estrutura econômica e social.

No final de 2009, voltei a apresentar um trabalho sobre a Light & Power Co, num evento patrocinado pela Fundação Energia e Saneamento, e realizado no Museu da Energia. O trabalho “Tecnologia, modernização e política: a Light & Power Co. e a formação do mercado de trabalho em S. Paulo”⁴⁶, foi o embrião de um futuro trabalho que se transformou em um artigo, mas que, até hoje, não foi publicado.

Nos anos seguintes, por conta do intenso trabalho e das disputas internas dentro de meu curso e de minha unidade acadêmica, o trabalho de pesquisa sofreu uma pausa e uma redefinição que, olhando em retrospectiva, foi um erro que teve um custo grande para o desenvolvimento de meu trabalho posteriormente. Durante o ano de 2009 e de 2010, me uni à profa. Janaina Zito Losada e ao prof. Eduardo Giavara, por conta de afinidades pessoais, para propormos o PET-História. Essa proximidade me levou a conhecer o trabalho de ambos os docentes com a chamada História Ambiental. Nesse período formamos o primeiro grupo de pesquisa ligado ao curso de História da FACIP, o grupo “História, Ambiente e Sociedade”⁴⁷. Formado em 2009 o grupo se propunha a desenvolver pesquisas voltadas para a História Ambiental e foi o início de tentativas de aproximação com o Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História (INHIS), UFU. Naquele período, o curso sofreu uma intervenção da administração superior e as projetadas 18 vagas docentes foram reduzidas para 12 vagas. A perspectiva de não conseguirmos construir nos anos seguintes um programa de pós-graduação levou a essa tentativa de participar do programa do INHIS.

Nesse período, construí um projeto de pesquisa que, apesar de dialogar com a base teórica de minha pesquisa, fugia completamente de meus objetos anteriores. Trata-se do projeto “Do Proálcool aos biocombustíveis: história, ciência e política no programa

⁴⁶ SAVIO, Marco A. C. “Tecnologia, modernização e política: a Light & Power Co. e a formação do mercado de trabalho em S. Paulo” **Encontro sobre fontes e pesquisas em energia**. Fundação Energia e Saneamento. São Paulo, 17 de outubro de 2009.

⁴⁷ “O grupo de pesquisa - História, ambiente e sociedade - tem por objetivos desenvolver pesquisas na área de história ambiental e estudos da ciência e da tecnologia, contribuindo para a difusão e ampliação do debate na área no qual se insere. Para isso, o grupo tem como finalidade coordenar e desenvolver trabalhos específicos sobre os temas de suas linhas de pesquisa envolvendo graduandos, pós-graduandos e professores. Os trabalhos nele desenvolvidos visam construir referências e oferecer subsídios para pesquisas, artigos, resenhas e a divulgação através de congressos, simpósios e semanas científicas. Além disso, o grupo propõe-se a incentivar a pesquisa entre os estudantes participantes”. Cf.: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/31285> .

energético brasileiro”⁴⁸. Quando pensei o projeto, fiz uma projeção longa de pesquisa, já que partiria do zero, para utilizá-lo como ponte para ampliar a minha formação (pensei em um novo doutorado na área da Ciências Sociais) e como forma de levarmos adiante o grupo de pesquisa registrado no diretório de grupos do CNPq. No entanto, as dificuldades com fontes e as próprias barreiras internas que nosso grupo encontrou na instituição foram determinantes para os caminhos tomados daquele momento em diante.

No ano de 2010 apresentei o primeiro trabalho resultante da pesquisa, cujo título era “Biocombustíveis e mudança climática: história, política e ciência”⁴⁹. O trabalho foi apresentado no Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações e foi relativamente bem-sucedido. No entanto, comecei a ter dúvidas sobre a viabilidade de trabalhar com a História Ambiental, bem como a viabilidade do próprio projeto na forma que estava disposto. Nesse simpósio tive um debate público e um tanto quanto inusual com o palestrante, prof. José Augusto Pádua, onde coloquei dúvidas sobre os usos do conceito de natureza e citei o papel dos Estudos da Ciência e da Tecnologia. Por conta disso, fui convidado a participar de um programa de TV local para discutir a questão da mudança climática e porque as pessoas questionavam os dados científicos.

Nesse período orientei minha primeira iniciação científica na FACIP, com base no projeto maior, tendo o subprojeto o título “Mudança Climática: as políticas ambientais e de mitigação no Brasil (2002-2008)”. Orientei nesse projeto a estudante Jéssica Garcia da Silveira (que foi a minha melhor orientanda e cujo trabalho alçou voos maiores – fez seu mestrado e doutorado na FFLCH/USP com período sanduíche na Université de La

⁴⁸ “O projeto busca analisar a história do desenvolvimento dos biocombustíveis no Brasil, partindo do Proálcool nos anos 1970 até a atual fase de retomada dos combustíveis alternativos, já sob a égide da ideia dos biocombustíveis. Especificamente o projeto procura analisar o trabalho de desenvolvimento do programa em seus primórdios e como a política do período do Proálcool influenciou no trabalho científico de desenvolvimento e nos modelos adotados pelo programa. Por outro lado, num período que tem início no início deste século, observar a retomada do programa sob a forte influência do discurso ligado à ideia de mudança climática que influenciou, de forma decisiva, a retomada do programa de biocombustíveis no Brasil. Sob este aspecto, o interesse em analisar a história dos biocombustíveis no Brasil - uma história já centenária - busca resgatar uma parte da história da ciência e da tecnologia brasileira, bem como entender de que forma a política influenciou a ciência nos primórdios do programa (no caso, o regime buscando uma alternativa energética à dependência do petróleo), e como a ciência influenciou a política, no caso de que forma o fenômeno da mudança climática acabou por alavancar a retomada de pesquisas na área, bem como alterou até semanticamente o principal produto do programa brasileiro, de álcool para etanol. Essa proposta se insere na necessidade de compreender de forma global o processo de mudança na matriz energética brasileira e compreendê-lo dentro de um processo mais abrangente iniciado com a Cúpula do Mundo, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e que desembocou nos Tratados de Kyoto”.

⁴⁹ SAVIO, Marco A. C. “Biocombustíveis e mudança climática: história, política e ciência” In: **Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. UFSC/LABIMHA, Florianópolis, 2010.

Rochelle)⁵⁰. Essa pesquisa rendeu alguns frutos, no entanto, a dificuldade em buscar fontes por conta do cada vez mais pesado trabalho na minha unidade e em meu curso, bem como os problemas naturais de mudança de objeto de pesquisa começaram a se mostrar claramente. Cabe ressaltar que tanto o aumento de carga de trabalho, quanto as mudanças, foram oriundos de escolhas feitas por mim.

No ano de 2011, produzi alguns trabalhos relacionados ao projeto de pesquisa e à História Ambiental. Foi um ano bastante intenso seja no campo da pesquisa, seja no campo do ensino, seja no campo da gestão. Tive aprovado a apresentação de um trabalho no 6th Encounters of Sea and Land, conferência da área de História Ambiental que envolvia pesquisadores europeus e de todo mundo, O trabalho “From Sugar-Cane to Ethanol: The Sugar-Cane Culture in Brazil and Its Dilemmas”⁵¹ foi selecionado para o evento que ocorreu em Turku, na Finlândia. Além das dúvidas que alimentava sobre o projeto, havia poucas semanas antes recebido uma negativa de financiamento de projeto que apresentei ao CNPq, sob a alegação de que o “projeto estava muito no início”, foram essas as palavras do avaliador.

Em 2011 eu e Jéssica Garcia da Silveira apresentamos o trabalho “Mitigação, Resiliência e o Plano Nacional sobre Mudança Climática”⁵², onde houve certa repercussão e um debate duro com um dos presentes, já que ele não aceitava que a citação que fizemos durante a apresentação relativa ao Relatório Brundtland tivesse um caráter positivo. Nesse ano, publiquei o primeiro artigo sobre o tema, que me levantou uma série de dúvidas sobre o caminho que estava seguindo e se, de fato, haveria a possibilidade de ampliar o debate com a história ambiental. Trata-se do artigo “Contando histórias sobre a natureza: o Princípio da Simetria, a Teoria do Ator-Rede e a História Ambiental”⁵³. O trabalho em questão se trata de uma revisão da historiografia na área e a proposta de uma visão comparativa sobre a natureza oferecida por essas diversas abordagens. O trabalho

⁵⁰ A iniciação científica se encerrou com a defesa do TCC. O trabalho intitulado “Notas sobre o parlamento ambiental brasileiro: o CONAMA e o processo de institucionalização do meio ambiente no Brasil (1981-1987).

⁵¹ SAVIO, Marco A. C. “From Sugar-Cane to Ethanol: The Sugar-Cane Culture in Brazil and Its Dilemmas”. In: **Encounter of Sea and Land**. The 6th ESEH Conferece, University of Turku, Department of Finnish History, 2011, v.1, p. 230-241.

⁵² SAVIO, Marco A. C. & SILVEIRA, Jéssica Garcia. “Mitigação, Resiliência e o Plano Nacional de Mudança Climática”. In: **Anais ANPUH 50 anos**. XXI Simpósio Nacional de História, São Paulo: ANPUH, 2011.

⁵³ SAVIO, Marco A. C. “Contando histórias sobre a natureza: o Princípio da Simetria, a Teoria do Ator-Rede e a História Ambiental”. In: **Cadernos História**, vol 24, Uberlândia/MG: INHIS/UFU, 2011, p. 37-59.

foi importante para a reflexão sobre os potenciais da História Ambiental, bem como para oferecer uma visão crítica sobre as limitações do tema. No entanto, a leitura de muitas obras clássicas da História Ambiental no período me levou a acumular ainda mais dúvidas, principalmente diante das perspectivas que possuía (e ainda possuo), sobre os usos do conceito “natureza” no campo das ciências humanas.

No ano de 2012, a situação das relações internas de nosso curso, bem como as limitações oferecidas pela nossa instituição, me levou a buscar de forma mais ativa uma alternativa para participar de um programa de pós-graduação. Até então, não havia perspectiva alguma de montarmos um programa próprio. Além disso, não havia mais pessoas que trabalhassem com assunto similar para que pudéssemos, de alguma forma, nos encaixar em qualquer proposta a ser construída. Três docentes de nosso curso tentaram, após uma determinação do recém-empossado Reitor, prof. Elmiro Santos Resende em relação ao nosso campus fora de sede, nos candidatar a participar do programa de pós-graduação do INHIS. Após a determinação o programa realizou alterações em seu estatuto dificultando o credenciamento de novos docentes. Na ocasião os pedidos de credenciamento feitos por mim, pela profa. Janaina Zito Losada e pelo prof. Amon Santos Pinho foram negados.

Como não havia, então, perspectivas no desenvolvimento de minha pesquisa num programa de pós-graduação de minha própria instituição, busquei me alocar em outro programa que pudesse me receber como pesquisador. O ano de 2012 foi um ano marcado por algumas decisões no campo de pesquisa que representaram uma tentativa de correção de rota dentro do meu trabalho, além de serem reflexo de uma série de frustrações que conheci nos anos anteriores. Naquele ano apresentei um trabalho na ANPUH/São Paulo que seria a minha despedida de meu encontro com a História Ambiental. O trabalho intitulado “História e natureza, ciência e sociedade”⁵⁴. Nesse trabalho procurei me utilizar das discussões da Sociologia do Conhecimento Científico para apresentar uma crítica a um dos principais trabalhos do campo de História Ambiental. Trata-se do belíssimo trabalho de Donald Worster, “*Rivers of Empire. Water, aridity, and the growth of American West*”. No trabalho, o autor trata do papel da hidrografia do oeste dos Estados Unidos e seu papel na ocupação do território. No entanto, o trabalho centra sua análise muito mais nas instituições e na economia do que propriamente nos rios (não há uma

⁵⁴ SAVIO, Marco A. C. “História e natureza, ciência e sociedade” In: **Anais do XXI Encontro de História – Trabalho, Cultura e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2012

descrição das bacias hidrográficas da região, me levando novamente à crítica principal que tenho à História Ambiental, que é o uso do conceito de natureza). O trabalho de Worster se encaixa perfeitamente como uma obra dentro dos Estudos da Ciência e da Tecnologia. O debate foi muito interessante, o que me deixou um sabor amargo, por ser a última vez que teria contato com aquele grupo presente no encontro realizado na UNICAMP.

No mesmo ano de 2012, após alguns contatos com docentes da instituição, acabei fazendo o requerimento de credenciamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC, onde iniciei em maio de 2012 minha breve trajetória na pós-graduação enquanto docente. Naquele momento a escolha me pareceu uma possibilidade não apenas de participar de um programa de pós-graduação, orientar pesquisas e produzir minhas próprias pesquisas, mas também a possibilidade de encontrar uma saída da UFU que, ao menos no que diz respeito ao meu campus, parecia haver esgotado as possibilidades de crescimento.

No entanto, meu período no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas foi bastante complicado. Assumi várias disciplinas no programa e fui o responsável pela criação de uma disciplina nova, que até hoje consta no quadro de disciplinas optativas do programa, Perspectivas Econômicas e Sociais da Tecnologia – PEST. No entanto, o ritmo de viagens constantes a São Paulo, além dos gastos com transporte, resultou num desgaste que influenciou tanto no trabalho quanto na vida pessoal. O resultado foi o de desacelerar meu trabalho de pesquisa, o contrário do que eu previa. No ano de 2013 participei de um concurso público na instituição e acabei sendo classificado em segundo lugar, com 0,4 ponto atrás do primeiro colocado. Minhas perspectivas pareciam reduzidas no programa.

Nesse ano publiquei um trabalho que considero de grande importância na minha história como pesquisador. Essa publicação só foi possível graças às minhas idas a São Paulo e à possibilidade de visitar a biblioteca da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O artigo em questão, publicado na Revista Manguinhos, intitulado “As Guerras de Minerva: a ‘Revista Polytechnica’ e a construção de uma ideia de ciência em São Paulo, 1904-1917”⁵⁵. O trabalho em questão trata da discussão sobre o conceito de ciência nas instituições paulistas e a tentativa do Laboratório de Resistência dos Materiais

⁵⁵ SAVIO, Marco A. C. As Guerras de Minerva: a ‘Revista Polytechnica’ e a construção de uma ideia de ciência em São Paulo, 1904-1917”. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol.20, p. 1315-1332, 2013.

da Politécnica se colocar como instituição líder de pesquisa nas engenharias no Brasil. O debate dali seguido mostrou a distância entre as tradicionais instituições de engenharia da capital federal e a Escola Politécnica, que era usada como símbolo de uma pretensa superioridade paulista no campo científico.

No ano de 2014 a situação se complicou em definitivo quando, por conta de disputas internas dentro do curso de graduação em História, assumi pela primeira vez o cargo de Coordenador de Curso. A carga de trabalho que já estava alta, se tornou ainda maior, refletindo inclusive na minha saúde. Naquele ano comecei a orientar minhas primeiras pesquisas de mestrado⁵⁶, dentro da lógica de um programa interdisciplinar. Apesar disso, o próprio trabalho dentro de um programa de pós-graduação, numa instituição como a UFABC, onde docentes de outras instituições também se qualificavam, me possibilitou participar de um grupo que estudava as políticas de inovação no Brasil, algo que obrigatoriamente fazia parte de minhas aulas na instituição.

Fui convidado a participar da confecção de um trabalho sobre o papel da inovação nas empresas do ABC Paulista, por um grupo de docentes ligados à Fundação Santo André. O artigo é o meu trabalho mais citado, mas principalmente pelo fato de esse não estar encaixado na área de história ou ciências sociais, mas sim na área de administração. Trata-se do trabalho “Fatores da cultura organizacional que condicionam ou limitam o processo de inovação”⁵⁷. Trata-se de um trabalho ligado diretamente às discussões que eram travadas na disciplina PEST, discussões essas que são um desenvolvimento natural de meu trabalho de pesquisa original. Nesse mesmo ano, apresentei um trabalho que se desdobraria num artigo que foi o meu primeiro artigo a ser recusado. O trabalho em questão foi apresentado num encontro da ANPUH/SP. Trata-se do trabalho “Coronelismo empresarial, tecnologia e modernização: o papel da Light & Power Co. na urbanização de São Paulo”⁵⁸. O trabalho também é resultado de minha passagem pela UFABC, já que me possibilitou visitar algumas vezes os arquivos da Fundação Energia e Saneamento. O trabalho que foi, posteriormente, apresentado como artigo à Revista de História da

⁵⁶ AS orientações foram encerradas no final de 2015 e início de 2016, com as respectivas defesas. Trata-se do trabalho de Camila Cristina Furchi, “A iniciativa brasileira de nanotecnologia: história debate e impasses”; e o trabalho de Amanda Nogueira, “A modernização do Porto de Santos: um estudo comparativo entre dados históricos, IDH e percepção do trabalhador portuário”.

⁵⁷ KUBO, E. K. M.; MAIA, C & SAVIO, M. A. C. “Fatores da cultura organizacional que condicionam ou limitam o processo de inovação”. In: **Revista Capital Científico** (UNICENTRO), v. 12, p.150-163, 2014.

⁵⁸ SAVIO, Marco A. C. “Coronelismo empresarial, tecnologia e modernização: o papel da Light & Power Co. na urbanização de São Paulo”. In: **Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP – História da Produção do Espaço Público**, São Paulo, 2014.

Universidade de São Paulo, foi rejeitado pelos pareceristas pois ambos, com razão, apontavam que eram necessários mais dados referentes às eleições de 1906, e que eu deveria consultar os arquivos da justiça eleitoral. O artigo ainda se encontra pendente da realização dessa pesquisa complementar para embasar o argumento principal, a de que a Light & Power Co. interferiu diretamente nas eleições municipais de São Paulo elegendo uma bancada de vereadores.

O aumento da carga de trabalho e a crise dentro de minha unidade acadêmica começaram a cobrar um preço maior. No ano de 2015, não sei determinar bem a época do ano, fui chamado pela Coordenação da Pós-Graduação para me informar que eu não poderia continuar como membro permanente no programa pois não havia atingido os números necessários de produção e que seria deixado como colaborador até que pudesse apresentar o volume de trabalhos necessários. Lembro que escrevi um e-mail para a Coordenação do Programa me desculpando (e foram desculpas sinceras, talvez feitas a mim mesmo) e que não poderia continuar no programa. Foram, até ali, quase três anos de participação intensa, mas que não se materializaram num aumento significativo da produção pois, ficou claro, não podia me desvincular da Universidade Federal de Uberlândia para trabalhar na pós e com pesquisa como pretendia. As viagens cobravam seu preço e o início da desintegração da FACIP, processo na qual involuntariamente estava inserido, se fizeram sentir. No final de 2014, por conta do afastamento da profa. Janaína Zito Losada, o Grupo de Pesquisa “História, Ambiente e Sociedade” foi extinto. Se iniciava ali um processo em que enfrentaria uma grande carga de trabalho e responsabilidade que impactariam pesadamente na minha pesquisa.

No ano de 2015 ainda publiquei um capítulo de livro que foi resultado da retomada da pesquisa nos arquivos. Trata-se do trabalho “Lembranças da Cachoeira do Inferno: as águas, a anergia e a represa de Parnahyba (1899-1901)”⁵⁹, que foi um trabalho clássico dos Estudos da Ciência e da Tecnologia, mas que foi publicado num livro de História Ambiental, resultado do contato que tive nos anos anteriores com alguns pesquisadores na área. O ano se completou ainda com a apresentação de um trabalho no encontro da ESOCITE, ainda refletindo meu retorno aos arquivos em São Paulo e as discussões sobre teoria da inovação nas disciplinas da UFABC. Trata-se do trabalho “Tecnologia e

⁵⁹ SAVIO, Marco A. C. “Lembranças da Cachoeira do Inferno: as águas, a anergia e a represa de Parnahyba (1899-1901)”. In: JORGE, Janes (Org.). **Cidades Paulistas**. Estudos de história ambiental urbana. São Paulo: Alameda, 2015, p. 119-136.

improvisado. A inovação em ambientes de escassez: o caso das oficinas da Light & Power Co.”⁶⁰. Nesse texto recuperei algumas fontes da empresa sobre o funcionamento de suas oficinas. A história dessas oficinas é a história do processo de inovação no país num ambiente onde a inovação não é ditada por imperativos de aumento da eficiência ou lucratividade, mas sim pela escassez.

O ano de 2016 foi um ano bastante difícil no âmbito pessoal e institucional para a FACIP, num momento em que eu era o coordenador do curso de graduação em História (algo que será abordado mais adiante). Durante esse período enfrentei problemas de saúde que, em certo sentido, foram graves e minha produção intelectual caiu de forma abrupta. No ano de 2016 tive apenas um artigo publicado, que ainda é reflexo de minha passagem por São Paulo e que, para concluí-lo, me levou ainda a mais duas ou três visitas à biblioteca da Escola Politécnica da USP. Trata-se do artigo “Divulgação científica, imagem e política: o papel da revista Politécnica na definição das instituições de ciência em S. Paulo”⁶¹. Nesse trabalho fiz uma análise das tecnologias materiais, literárias e sociais utilizadas para construir a imagem da Escola Politécnica como principal instituição de ciência no Brasil. Nesse trabalho utilizei como material de análise uma vasta iconografia produzida pela própria Revista Politécnica como forma de divulgação da instituição. A rigor, foi meu último trabalho sobre o tema. Nesse ano, também fiz minhas últimas participações como docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. Uma lembrança forte é de estar sentado no saguão principal do prédio do Campus de Santo André, após a defesa de minha última orientanda, e de ter entregado o crachá na sala do Programa.

No ano de 2017, ainda me recuperando de uma doença, solicitei um afastamento para qualificação de pós-doutorado. Passei o ano de 2017 junto ao Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a supervisão do prof. José Vitor Bomtempo. O contato original foi feito com o grupo de Economia da Energia da UFRJ, no Instituto de Economia. No entanto, a pedido do prof. Bomtempo, acabei desenvolvendo meu trabalho junto ao IQ. Foi um período complicado e que se mostrou bastante frustrante. Passei boa parte de meu tempo lendo teses de doutorado, trabalhos

⁶⁰ SAVIO, Marco A. C. “Tecnologia e improvisado. A inovação em ambientes de escassez: o caso das oficinas da Light & Power Co.” In: **Anais do VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ESOCITE, 2015)**. Rio de Janeiro, 2015.

⁶¹ SAVIO, Marco A. C. “Divulgação científica, imagem e política: o papel da revista Politécnica na definição das instituições de ciência em S. Paulo”. In: **ArtCultura**, vol. 18, p.55-71, 2016.

diversos sobre a história do Proálcool e viajando constantemente entre Rio de Janeiro e Uberlândia. Ministrei uma disciplina no Instituto de Química e, ao final do processo, levantei uma grande quantidade de material, mas sem a possibilidade de desenvolver um estudo mais concreto sobre o processo.

Quando estava concluindo o estágio pós-doutoral, percebi que a pesquisa que desejava fazer estava ainda muito longe de se concretizar e de que necessitaria de mais alguns anos de trabalho, principalmente para dar conta de meu interesse principal, o desenvolvimento dos motores a etanol no Centro Tecnológico da Aeronáutica e, posteriormente, a difusão dos automóveis a álcool. Além disso, a pesquisa mostrava que seria impossível fazer esse levantamento sem compreender o quadro maior, envolvendo o Plano de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (principal objeto de estudo do professor Bomtempo) o que levou à conclusão de que o objetivo final seria uma história do etanol no Brasil. Ao final, retornei ao objetivo inicial, que seria um trabalho de grande fôlego que deveria mirar, inclusive, a defesa de uma nova tese a ser tomada como o topo da carreira. Naquele momento, por conta da situação que vivia, se mostrou tarefa impossível.

Além do enorme relatório que entreguei, relatando todos os caminhos da pesquisa, alguns seminários que ministrei e ter sido apresentado aos trabalhos do pesquisador holandês Frank Geels, que ampliaram os estudos sobre ciência e tecnologia que até hoje alimentam meu trabalho de pesquisa, minhas expectativas com o meu pós-doutorado não se cumpriram. No ano de 2019 produzi meu último trabalho sobre o tema, apresentado na ESOCITE. Trata-se do trabalho “Os biocombustíveis no programa energético brasileiro: continuidades e descontinuidades (1975-2002)”⁶².

Nos anos seguintes, por conta da pandemia, procurei encontrar alternativas para meu trabalho de pesquisa. Em 2019 assumi novamente a posição de coordenador do curso de História e, no período de isolamento que se seguiu, enfrentei a solidão e as dificuldades que todos os docentes engajados na administração de seus cursos, unidades e preocupados com seus estudantes e colegas, passou. Nesse período, orientei um trabalho com grande potencial e no qual me envolvi diretamente, inclusive auxiliando na produção de um texto para a apresentação. Trata-se do trabalho “Entre o analógico e o digital: trajetórias

⁶² SAVIO, Marco A. C. “Os biocombustíveis no programa energético brasileiro: continuidades e descontinuidades (1975-2002)”. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional de Ciência, tecnologia e Sociedade**. Belo Horizonte, vol. 1, p. 1006-1023, 2019.

tecnológicas de equipamentos musicais eletrônicos híbridos, 1976-1979”⁶³, escrito juntamente com meu orientando Caio Alves Lima. O trabalho se baseava na análise de uma fonte inédita, inclusive no exterior, tratava-se da revista *Synapse*, uma revista que surgiu no final da década de 1970 e que tratava da introdução das tecnologias digitais no mundo da música.

Fo a primeira vez que tive a oportunidade de colocar os conceitos apresentados por Geels num estudo específico, tratando de trajetórias tecnológicas e a forma como essas trajetórias constroem nichos e posteriormente se manifestam no chamado “horizonte tecnológico”. O trabalho que me trouxe tamanho folego terminou, ao menos para mim, de forma melancólica, já que meu orientando manifestou, após a defesa, que não desejava continuar seu trabalho de pesquisa.

Nesse período, comecei a trabalhar com o conceito de Humanidades Digitais. A aproximação com o tema se deu, obviamente, por conta da introdução do ensino remoto e os desafios que todos enfrentamos no período de 2020/2021. Por iniciativa do professor Giliard da Silva Prado, no final de 2019, tivemos o primeiro contato com a ideia de História Digital, que, naquele momento, era uma novidade para mim. Iniciamos uma série de leituras sobre o tema e tivemos alguns encontros para tratar do tema e ali surgiu a ideia de criar um Núcleo de Pesquisa para tratar do tema. Em 2020 apresentei um pequeno estudo sobre as humanidades digitais, “As humanidades na era das tecnologias digitais: reflexões e desafios para o historiador”⁶⁴. Naquele momento estava iniciando as leituras sobre o tema e retomando autores que li nos anos 1990, como Pierre Levi e Manuel Castells. Iniciei uma série de conversas com docentes do curso de História e dos cursos de Geografia e Pedagogia, que compõem a nossa unidade acadêmica, o Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

No mesmo ano fiz o esboço da estrutura do primeiro núcleo de pesquisa de nossa instituição que tratava da ideia das humanidades digitais. Internamente, as conversas para a criação do Núcleo de Pesquisas prosperaram e em agosto de 2020 foi registrado na plataforma de grupos do CNPq o Grupo de Pesquisa intitulado Núcleo de Estudos e

⁶³ LIMA, C. A.; SAVIO, M. A. C. “Entre o analógico e o digital: trajetórias tecnológicas de equipamentos musicais eletrônicos híbridos, 1976-1979”. In: **Anais da VII Semana de História do Pontal: democracia, direitos humanos e educação**. Ituiutaba, 2020, p. 47-58.

⁶⁴ SAVIO, Marco A. C. “As humanidades na era das tecnologias digitais: reflexões e desafios para o historiador”. In: **Anais da VII Semana de História do Pontal: democracia, direitos humanos e educação**. Ituiutaba, v.1, 2020, p. 35-46.

Pesquisas em Humanidades Digitais (NEPEHD). A proposta do NEPEHD, grupo institucionalizado em 2022, se baseava na definição de três linhas de pesquisa (História Pública Digital; Tecnologias Digitais, Linguagens e Educação e; Territorialidades, Identidades e Representações no Mundo Digital) tendo como premissa a ampliação das reflexões sobre a digitalização da sociedade e seus impactos tanto na universidade como em nossas instituições⁶⁵.

Em 2021 apresentei o primeiro trabalho resultante do estudo da introdução do ensino remoto na Universidade Federal de Uberlândia, trata-se do trabalho “Ensino remoto, interfaces e contradições: o caso das Atividades Acadêmicas remotas Emergenciais (AARE) na Universidade Federal de Uberlândia”⁶⁶. O trabalho apresentado gerou algumas discussões e trocas de ideias com vários dos participantes. Esse trabalho gerou um projeto que está, no presente momento, paralisado e que resultou numa pesquisa de iniciação científica, no ano de 2022, intitulado “O ensino remoto nas universidades públicas brasileiras”, tendo como orientando a discente Lorryne Aparecida Moura Tereza.

Em fevereiro de 2021 assumi a direção do Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Durante o ano de 2021, o NEPEHD permaneceu ativo, com reuniões periódicas e realização de eventos, onde compareceram alguns nomes de relevo na pesquisa nacional e internacional. No entanto, por conta da sobrecarga de trabalho, me retirei da Coordenação do grupo em 2022.

De 2021 para cá, o trabalho de gestão acabou por ocupar a quase totalidade de meu trabalho na Universidade Federal de Uberlândia. Os meus projetos de pesquisa

⁶⁵ “O NEPEHD tem por objetivos o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares envolvendo as humanidades e as tecnologias digitais e de computação. O Núcleo se propõe a promover a inserção e compreensão do uso de tecnologias digitais na produção e difusão do conhecimento, envolvendo uma colaboração interdisciplinar entre os diversos campos das humanidades e da computação e ciências da informação, reconhecendo que o campo de construção e difusão do conhecimento em humanidades não é mais impresso, mas sim nato-digital. Nesse sentido, o Núcleo tem como desafios compreender as formas de construção e difusão do conhecimento em humanidades no mundo digital, bem como o de interagir, propor e criticar os caminhos propostos pela difusão da tecnologia digital, suas linguagens e o desenvolvimento de reflexões metodológicas sobre o uso de dados e metadados digitais. O amplo campo das Humanidades Digitais (HD) aponta para a necessidade da construção de um campo interpretativo comum que possibilite um diálogo amplo e constante entre os assuntos que envolvem a tecnologia e a sua difusão, bem como o papel do campo das humanidades na adequação dessas mesmas tecnologias às necessidades humanas”.

⁶⁶ SAVIO, Marco A. C. trabalho “Ensino remoto, interfaces e contradições: o caso das Atividades Acadêmicas remotas Emergenciais (AARE) na Universidade Federal de Uberlândia”. In: **Anais IX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (IX ESOCITE) – Qual interdisciplinaridades queremos?** São Carlos, UFSCAR, 2021, p. 718-726.

foram, pouco a pouco paralisados em função de demandas cada vez maiores de nossa unidade e de nosso campus. O projeto das Humanidades Digitais, bem como o trabalho apresentado na ESOCITE em 2021 se transformaram num artigo que, até hoje, precisa ser revisto e concluído para apresentação para publicação.

Minha trajetória na pesquisa, bem transformações no meu trabalho como pesquisador foram o resultado de um conjunto de fatores que mostram bem a intersecção entre a vida pessoal a realidade institucional e a estrutura de trabalho oferecida pela universidade. Olhando em retrospectiva, talvez se tivesse ingressado no Programa de Pós-Graduação em História do INHIS quando submeti meu interesse em meu credenciamento, meus caminhos teriam sido bem diferentes. Provavelmente não teria abandonado meu trabalho de pesquisa original, e nem teria sofrido o desgaste, físico e mental, de me engajar e participar de um programa de pós-graduação em outro estado, a um custo financeiro e vital muito alto. No entanto, ao terminar de escrever este capítulo tenho o conforto de que minha carreira como pesquisador tem grande potencial e pode ser retomada futuramente, quando as condições forem propícias para me que possa me dedicar a ela com mais afinco.

5. EXTENSÃO

O trabalho extensionista é um dos princípios da atividade docente no ensino superior. No entanto, a prática extensionista também se refere ao próprio desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa na instituição, bem como às políticas de apoio específicas para o desenvolvimento dessas atividades. Usualmente, a extensão é uma prática corriqueira nas Instituições Federais de Ensino Superior, mas nas instituições privadas, usualmente, está ligada a cursos pagos, com objetivos específicos, limitando a ação dos docentes.

Minha carreira no ensino superior se iniciou numa instituição privada de ensino superior. Nessa instituição nossas atividades estavam ligadas a projetos específicos ligados aos interesses de criação de um programa de pós-graduação na universidade que, à época, seria o primeiro programa em toda a região leste de Minas Gerais. As atividades de extensão se concentraram na construção de participação num curso de pós-graduação *Lato sensu*, com o intuito de arrecadação de fundos e da construção da proposta do mestrado em nossa instituição.

Minha primeira experiência na extensão foi na preparação e participação no curso de Pós-Graduação *Lato sensu* “Euro-Brasileiro em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural”⁶⁷. Além da organização do curso, ofereci a disciplina “Elementos de Abordagem Territorial I”. Por se tratar de um curso de caráter aberto e multidisciplinar recebemos alunos de várias áreas, principalmente Jornalismo e Direito. No mesmo curso ofereci a disciplina Elementos de Abordagem Territorial II, concluindo a minha participação.

Outro curso de extensão onde ministrei disciplinas na UNIVALE no curso de Pós-Graduação *Lato sensu* “História e Cultura Brasileira”⁶⁸. Por sua própria natureza, o curso me obrigou a ampliar enormemente meu leque de leituras para abordar o previsto na ementa da disciplina. Essas primeiras experiências com extensão não foram satisfatórias, no sentido de não auxiliarem no desenvolvimento de uma reflexão sobre o papel da extensão na Universidade. Não havia, principalmente no curso “História e Cultura

⁶⁷ O curso “Euro-Brasileiro em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural” foi um curso ministrado no mês de maio de 2006, com a participação de dois docentes da Universidade do Minho.

⁶⁸ O curso “História e Cultura Brasileira” foi ministrado concomitantemente com o curso “Euro-Brasileiro”, gerando naquele momento uma grande sobrecarga de trabalho.

Brasileira”, uma preocupação de divulgação da pesquisa sendo realizada na instituição, mas sim uma forma de conseguir arrecadar recursos para a Fundação Percival Farquhar.

Os trabalhos desenvolvidos para a construção da pós-graduação levaram também a um evento que pode ser considerado de extensão. No caso foi a minha participação, representando a UNIVALE, no 1.º Seminário de Responsabilidade Social do Rio Doce, organizado pela FIEMG local e onde foi debatido os temas território, meio ambiente e desenvolvimento⁶⁹.

Minha curta passagem pela UNIVALE não me legou uma experiência significativa no campo da extensão. Minha chegada à Universidade Federal de Uberlândia iniciou meu trabalho na extensão, mas muito mais como uma necessidade da FACIP, a primeira unidade criada no primeiro campus fora de sede da UFU do que propriamente um trabalho específico de ampliação da divulgação das pesquisas do nosso curso para a comunidade de Ituiutaba.

Em 2008 foi o organizador do primeiro grande evento extensionista de nosso curso. Trata-se da I Seminário de Práticas Educativas do Curso de História – Cultura, Trabalho e Cidade⁷⁰. Foi um Seminário curto, porém intenso. Nossa unidade, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, contava então com nove cursos e poucos recursos. Naquele momento não havíamos sequer eleito um(a) Diretor(a) e possuíamos uma diretora interina, profa. Leila Bittar Moukachar Ramos. As dificuldades para a obtenção de apoio para a compra de materiais, os mais básicos, para a realização do evento foram grandes e, a todo o momento, era necessário se contatar a sede para a liberação de recursos. As compras desses materiais foram feitas pelos organizadores e alunos das comissões nas lojas do varejo de Ituiutaba.

Por conta do pequeno corpo docente, as tarefas de organização e participação direta no evento se concentraram em poucas pessoas. Além de estar na Coordenação também fui o responsável por propor e participar vários eventos durante o Seminário⁷¹. O encerramento ficou por conta dos organizadores e contou com a presença de um

⁶⁹ SAVIO, Marco A. C. “O debate sobre o meio ambiente no mundo contemporâneo”. Palestra. 1.º Seminário de Responsabilidade Social do Rio Doce, FIEMG Regional do Rio Doce. Organização Comitê de Cidadania Empresarial da Regional Rio Doce.

⁷⁰ I Seminário de Práticas Educativas do Curso de História, de 24 a 26 de novembro de 2008. Organizadores: Marco Antonio Cornacioni Sávio e Sergio Paulo Moraes.

⁷¹ Durante o seminário promovemos uma minimostra de cinema, onde fui o apresentador e debatedor. No dia 24 de novembro fizemos a abertura das sessões de cinema com “O Gabinete do Dr. Caligari”; no dia 25 de novembro apresentamos e debatemos o filme “Tempos Modernos”; por fim, no dia 26 de novembro apresentamos o filme “Metrópolis”.

convidado. O evento foi encerrado com a mesa redonda: “Edward Thompson (1924-1993): Experiência, Cultura, Política e História”, que contou com, além de minha presença e a do prof. Sérgio Paulo Morais, com a presença do prof. Paulo Roberto de Almeida, então docente do INHIS⁷². Tivemos, pela primeira vez, a participação de docentes da rede pública de Ituiutaba, convidados diretamente por nós e por alguns estudantes. Foi uma espécie de momento inaugural dos eventos de extensão em nosso curso.

Em setembro de 2008 fui pela primeira vez convidado por outro curso para ministrar uma palestra. No caso, palestrei para os alunos do curso de Ciências Biológicas como atividade da disciplina “Filosofia da Ciência”. Até hoje sou o único docente a trabalhar com a temática em nosso campus. O tema da palestra foi “O Programa Forte e a Teoria do Ator-Rede”⁷³. Foi uma palestra interessante, apesar de ter percebido que para um primeiro contato dos estudantes e professores que estavam presentes seria importante ter preparado uma apresentação mais geral sobre o tema.

No ano de 2009 iniciamos uma série de pequenos eventos, como forma de tentar atrair os nossos alunos para uma participação além da sala de aula, uma necessidade para nossa unidade que anda não possuía um campus próprio. Em novembro de 2009, participei como moderador do I Ciclo de Palestras do Curso de História do Pontal⁷⁴, onde os alunos apresentavam seus trabalhos, juntamente com alguns docentes. O evento foi organizado pelo prof. Amon Santos Pinho. Nesse período, se tornou comum dentro da FACIP participarmos de atividades por convite de outros cursos.

Nesse mesmo ano, por conta da série de contatos que realizávamos com os docentes do INHIS/UFU, fui convidado para participar da Comissão Organizadora da Semana de História de 2009 e do X Encontro de Professores de História do Triângulo Mineiro⁷⁵, promovido pelo INHIS e pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História, CDHIS. Além da organização, participei também da Comissão Científica do evento

⁷² O evento final contou também com um balanço dos trabalhos apresentados pelos alunos. À época ainda não possuíamos nossa sede e o evento foi todo organizado nas dependências da UEMG.

⁷³ A palestra foi apresentada no dia 23 de setembro, tratando dos debates que ficaram conhecidos como “Guerra das Ciências”

⁷⁴ Trata-se da sessão de abertura, realizada no dia 10 de novembro de 2009, com o tema: “Pelos Veredas da História: música, teatro e as experiências políticas no Brasil contemporâneo”

⁷⁵ Como no nosso caso, a Semana de História do INHIS também continha outro evento, no caso o Encontro de Professores de História do Triângulo Mineiro

Em agosto de 2010, mesma época em que começávamos a preparar a proposta para um novo evento, fui convidado pelo Grupo InterPET a proferir uma palestra⁷⁶ sobre a universidade no Brasil, na chamada VIII Jornada PET: Brasil, mostra a tua cara. No ano 2010 fui o presidente da Comissão Organizadora da I Semana de História do Pontal⁷⁷. Como reflexo dos debates que eu e os professores Janaína Zito Losada e Eduardo Giavara começamos a travar sobre a História Ambiental, o tema da I Semana foi Cultura, Educação e Ambiente. As atividades da Semana incorporaram, também, o III Seminário de Práticas Educativas do Curso de História, prática que continua até os dias de hoje. Nessa semana, como nas anteriores, houve grande concentração de trabalho na comissão organizadora, que também se envolveu em várias atividades durante o evento.

Fui conferencista na Mesa Redonda “História, Natureza e Sociedade”, onde apresentei as primeiras reflexões sobre a relação entre a História Ambiental e os Estudos da Ciência e da Tecnologia.⁷⁸, contando com a presença dos professores Marcelo Lapuente Mahl e Jean Luiz Neves Abreu, ambos do INHIS/UFU. Também nesse evento, coordenei o Simpósio Temático – “Natureza, Espaço e Técnica”, que contou com a participação de meus colegas e a apresentação de uma série de trabalhos ligados ao meio ambiente⁷⁹. Nesse evento também foi feito o lançamento do meu segundo livro, “**A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista**”, além do livro da profa. Betânia de O. Laterza Ribeiro e Sauloéber Tarsio de Souza, “**Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba**”. Os autores fizeram uma apresentação dos trabalhos que estavam sendo lançados, no primeiro evento desse tipo em nossa Unidade Acadêmica. O evento contou com a presença de nomes importantes, os historiadores Tania regina de Lucca e Paulo Martinez.

Voltei a participar de outro evento a convite de docentes de outro curso apenas no ano de 2012. Nesse período a nossa Unidade passou por uma mudança significativa, que foi também uma mudança física. Durante o ano de 2011 houve uma grande pressão para o término das obras em nosso campus e no início de 2012 houve uma espécie de invasão do nosso atual campus. Os prédios foram ocupados ainda com parte das obras em

⁷⁶ Trata-se da palestra “Os rumos da universidade brasileira”.

⁷⁷ Fui o presidente da Comissão Organizadora da I Semana de História do Pontal – Cultura, Educação e Ambiente – III Seminário de Práticas Educativas.

⁷⁸ A Mesa Redonda ocorreu no dia 23 de novembro de 2010.

⁷⁹ A mesa ocorreu no dia 24 de novembro de 2010.

andamento. No caso, fui chamado por um docente do curso de Geografia que organizava, desde o ano anterior, um ciclo de debates chamado Café com Ciência. Na ocasião, fui convidado como docente responsável pela disciplina História Contemporânea I, apresentando a palestra “Energia e poder – a crise da ordem internacional e os conflitos pelos recursos energéticos mundiais”⁸⁰. No debate estavam presentes alunos de vários cursos, alguns docentes e membros da comunidade tijuicana. Dentre eles uma senhora estadunidense que gerou um grande debate ao contestar a minha abordagem, alegando que a Guerra do Iraque foi motivada para impedir o regime Hussein de desenvolver armas de destruição em massa.

Ao final desse mesmo ano, o curso de História promoveu um evento que teve alguma repercussão dentro da unidade e ensejou alguns debates sobre a necessidade de criação de uma unidade envolvendo apenas as humanidades. Essas experiências mostram como a dinâmica do ensino, pesquisa e extensão influenciam a lógica da organização administrativa. O evento, organizado pelo prof. Amon Santos Pinho, envolveu docentes dos cursos de História, Pedagogia e Geografia⁸¹. À época, eu era Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH) e auxiliei o professor na organização. No evento apresentei a palestra intitulada “Ciência, tecnologia e história: Marx e a abordagem estruturalista das tecnociências”. A palestra causou um grande debate, mas muito mais pela forma como apresentei o Manifesto Comunista do que propriamente sobre a discussão acerca o sócio construtivismo nos Estudos da Ciência e da Tecnologia.

Nos anos seguintes, por conta das disputas internas e de meu trabalho junto à coordenação do curso de História, minhas participações em trabalhos de extensão foram apenas residuais, auxiliando na organização de algumas atividades, mas sem participação direta em nenhum evento. Com o desmembramento da FACIP e meu afastamento para pós-doutoramento em 2017, voltei apenas a participar da organização de um evento em 2018. Foi um evento importante pois ocorreu num momento sensível de nossa história, bem como sensível para a universidade pública no Brasil. Organizei, juntamente com a profa. Ângela Aparecida Teles o curso sobre o Golpe de Estado de 2016⁸². O curso foi

⁸⁰ O evento Café com Ciência era organizado pelo professor Carlos Roberto A. Candeiro, único paleontologista de nosso campus. O evento ocorreu em 28 fevereiro de 2012.

⁸¹ O nome do evento foi “Colóquio Filosofia, Educação e História: diálogos e cruzamentos”, e ocorreu em dezembro de 2012.

⁸² SAVIO, Marco A. C. & TELES, Ângela A. “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Ituiutaba de 07/06/2018 a 01/09/2018.

organizado respondendo a uma série de mobilizações que ocorriam no país à época para refletir sobre o processo que derrubou a presidente Dilma Rousseff. O curso contou com grande participação de estudantes, docentes e membros da comunidade tijuicana. Como a Unidade não tinha os recursos necessários para trazer os palestrantes, obtivemos o apoio do sindicato dos docentes da UFU – ADUFU, que custeou parte dos deslocamentos. Eu e profa. Ângela A. Teles trouxemos os convidados de carro de Uberlândia até Ituiutaba, e o sindicato reembolsava nosso combustível.

O evento ficou conhecido como “o curso do golpe” e teve desdobramentos que jamais imaginávamos que passaríamos. O primeiro foi a situação em que pela primeira, e única vez, sofri uma ameaça em minha carreira docente na Universidade Federal de Uberlândia. Por conta do tema do curso, sofremos ameaças através das redes sociais onde divulgamos o evento. Não se tratavam se ameaças físicas, mas ameaças simbólicas, de membros da comunidade tijuicana e até um dos técnicos administrativos de nossa instituição solicitando, de forma veemente, que se abrisse espaço para que ele, e outras pessoas, tivessem falas para evitar uma visão considerada “esquerdista”. A segunda ameaça surgiu de uma notícia que passou a circular, de que uma juíza da região se inscreveria para assistir o curso com o objetivo de fiscalizar o evento. Ao final, o curso ocorreu ao longo de quase um mês e com interessantes debates, sem nenhuma intercorrência do gênero. O evento marcou o início de um período sombrio para o nosso campus e todo o país.

No ano de 2019, como desdobramento dos debates que iniciamos no final de 2018, fui o presidente da Comissão da VII Semana de História, cujo tema foi Democracia, Direitos Humanos e Educação⁸³. O evento não sofreu nenhum tipo de intercorrência como no ano anterior, mas foi marcado por forte mobilização política, principalmente dos estudantes. O tema⁸⁴ foi escolhido como forma de continuar o debate iniciado no “curso

⁸³ SAVIO, Marco A. C. “VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação”. Ituiutaba, Campus Pontal/UFU, 17 a 20/09/2019.

⁸⁴ “O mundo assiste, nessa segunda década do século XXI, a uma série de desafios colocados contra a democracia e suas diversas formas de representação. A democracia, enquanto valor a ser preservado, e sua manifestação mais efetiva no que tange aos direitos individuais e coletivos de todas as sociedades, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são manifestações fundamentais dos anseios das pessoas que buscam por um mundo mais solidário e com menos sofrimento. Em seus já setenta anos de existência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a representação mais bem acabada da luta tanto pela democracia, quanto pelos direitos da pessoa humana. Esses direitos civis, políticos e sociais, ratificados pelo Brasil como membro pleno da Organização das Nações Unidas, guiam a nossa jovem democracia e respondem legalmente aos anseios dos brasileiros; anseios esses manifestados no desejo por liberdade pessoal e de pensamento, no desejo por liberdade de religião e de culto, no desejo por liberdade e estabilidade econômica, no desejo por liberdade de associação político-partidárias e de exercer seus direitos

do golpe” e mobilizou os estudantes de vários cursos, não apenas do ICH, mas também da FACES, notadamente o curso de Serviço Social. Foi o último grande evento de nosso curso antes da eclosão da pandemia da COVID-19. Nesse evento, além de participar da Comissão Científica, fui coordenador de simpósio temático sobre história digital⁸⁵, refletindo a estruturação de nosso Núcleo de Pesquisa, o NEPEHD. Nesse simpósio, apresentei um trabalho sobre as humanidades digitais⁸⁶, refletindo os debates travados no Núcleo que, àquele momento, estava em atividade plena, com muitos debates e preparação de eventos.

Durante a semana, eu e a profa. Ângela Aparecida Teles apresentamos um ciclo de filmes sobre a temática, a “Mostra de cinema: Democracia e Direitos Humanos. Fiquei responsável pelo debate sobre o curta metragem “Não matarás” (1988) de Kristov Kieslowski. Apresentei um breve histórico sobre a produção do grande diretor polonês e uma intersecção entre minha história pessoal em relação ao filme e nossas atividades naquele encontro. A coincidência se deu pois, na data do debate, 20 de setembro de 2019, era data de meu aniversário e lembrei o fato de ter assistido a todo “O decálogo” de Kieslowski num evento de extensão da Universidade de São Paulo, realizado no CINUSP, com a presença de pesquisadores da história do cinema. O debate foi muito bom, com a presença de muitos docentes da rede pública de Ituiutaba e foi fundamental para a nossa noite de encerramento.

Na noite do encerramento participei da mesa redonda, Cinema, Democracia e Direitos Humanos, onde fiz uma apresentação, a partir dos debates sobre os títulos de nossa minimostra de cinema, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a importância de celebrar aquele documento num momento de trevas para a nossa sociedade, e numa situação em que o discurso fortemente marcado por uma espécie de

políticos e de expressão, bem como nos mais importantes anseios manifestos no direito ao trabalho, no direito à educação, no direito à saúde e no direito à proteção contra a miséria e a opressão. Numa época em que os direitos representados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos se veem ameaçados pela ascensão dos usos políticos dos discursos de ódio, do medo, refletir sobre esse processo é algo de fundamental importância. É papel da Universidade discutir os desafios para a democracia e a educação no Brasil do século XXI”

⁸⁵ Coordenação do Simpósio Temático: História Digital, Mídias e Tecnologias do Virtual, dia 18/09/2020, . “VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação”. Ituiutaba, Campus Pontal/UFU, 17 a 20/09/2019.

⁸⁶ SAVIO, Marco A. C. “As humanidades na era das tecnologias digitais: reflexões e desafios para o historiador”, **Anais VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação**, 2019.

fascismo difuso que vivíamos no início do governo de então, apontava para a celebração da morte e da necropolítica como agenda de governo.

Ao final do evento, fiquei responsável pela confecção dos Anais da VII Semana de História do Pontal⁸⁷. O trabalho ficou inteiramente ao meu encargo e foi concluído alguns meses depois. Ao terminar os anais do evento ficou claro para mim que foi a atividade de extensão cuja minha participação foi mais ampla. Fiz desde a proposta do tema, passando pela organização, apresentando trabalho, ministrando palestras e produzindo os anais.

No ano seguinte, com a pandemia de COVID-19, nossa instituição decretou a paralisação das atividades educacionais no início de março. Foi um período muito difícil, onde não sabíamos ao certo uma data de retorno, nem mesmo quais ferramentas utilizaríamos quando do início do ensino remoto. Nos meses seguintes, começou a se criar uma cultura das chamadas “lives”, que criaram algumas celebridades que abordavam temas importantes para a época, principalmente relativas à crise sanitária que vivíamos. Em junho de 2020, propus, junto com a profa. Ângela Aparecida Teles, o primeiro evento de nosso curso em formato remoto. O evento “Diálogos sobre Pandemia e História”⁸⁸, foi coordenado por mim e durou de 16 a 30 de junho de 2020 e contou com pesquisadores do Instituto de História da UFU, da PUC-MG, da Fundação Fiocruz e da UFMG. Nesse evento, além da coordenação, fui mediador e apresentador de trabalho.

Para realizarmos o evento, criei um canal específico para o nosso Instituto de Ciências Humanas do Pontal, o Diálogos ICH⁸⁹, onde foram realizados outros eventos de extensão de docentes de nossa unidade. No evento quem questão apresentei uma live intitulada “O impacto da gripe espanhola em S. Paulo”⁹⁰, que abordou as transformações que a gripe espanhola trouxe à cidade de São Paulo em 1917, parando as atividades até da poderosa Light & Power Co. e apresentei uma série de imagens sobre a Gripe Espanhola de 1917, bem como imagens da cidade de S. Paulo durante o período da

⁸⁷ SAVIO, Marco A. C. **Anais VII Semana de História do Pontal** – Democracia, Diretor Humanos e Educação, 2019. [anais da semana de historia.pdf \(ufu.br\)](#) ISSN 2179-5665

⁸⁸ SAVIO, Marco A. C. & TELES, Ângela A. “Diálogos sobre pandemia e história: as crises sanitárias e seus impactos na sociedade”. Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Canal Diálogos ICH. Endereço da apresentação do curso: <https://www.youtube.com/live/dD5Zk1gPP5E?si=OnRcROCy3UTnbVC>

⁸⁹ <https://www.youtube.com/@dialogosich833>

⁹⁰ https://www.youtube.com/live/iyl7HIHIzLU?si=2heCqS0_c5Ufr6LG

COVID-19. Além disso fui mediador de três outras lives que trataram sobre eugenia, política dos corpos e pandemia no cinema⁹¹.

O evento pode ser considerado um sucesso. Pela primeira vez tivemos um evento que teve alcance internacional, com a participação e pessoas de Angola e dos Estados Unidos entre os inscritos. Na apresentação dos resultados do evento, em reunião do curso, feita de forma remota, pela primeira vez lidamos com a realidade dos eventos remotos, lidando não apenas com o número de inscritos (foram quase duzentas pessoas, algo significativo para a realidade de nosso campus), mas também com o número de visualizações, que levou nosso canal à mudança de status segundo as políticas de administração do YouTube, passando rapidamente dos duzentos inscritos.

Naquele momento o evento foi considerado um grande sucesso. Na esteira dessa realização participei como colaborador na organização do evento “Painel 70 anos da televisão no Brasil: história, memória e historiografia”⁹², organizado pelo prof. Wellington Amarante Oliveira. Nesse evento fui mediador da Mesa Redonda “Educação, Ciência e Cultura na Televisão”. O evento atraiu muitos participantes, mas provavelmente por conta da explosão desse tipo de eventos no YouTube, não conseguiu apresentar números tão significativos. Esse segundo evento de extensão remoto foi produzido pelo canal do LAPEH, Laboratório de Pesquisa e Ensino de História, ligado ao curso de História do ICHPO.

No ano de 2021, organizei o primeiro grande evento ligado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades Digitais – NEPEHD. Tratou-se do I Encontro em Humanidades Digitais #HD01⁹³. O evento contou com alguns nomes importantes da área no Brasil e com um convidado internacional, o prof. David Nemer (The University of Virginia), e com um dos principais nomes da área no Brasil, o prof. Sérgio Amadeu (UFABC). Além de organizador, fui o mediador de todos os debates e apresentei, junto com meus colegas de Núcleo, uma mesa redonda com as pesquisas por nós desenvolvidas

⁹¹ Foram as seguintes lives que mediei: Pietra Diwan, “Da eugenia ao neo-eugenismo: reinvenção ou permanência”; Jean Luiz Neves Abreu “A conservação da saúde dos corpos e os meios para se prevenir sobre as pestes” e Ângela Aparecida Teles “Pandemia e cinema: um olhar sobre as produções fílmicas de Hollywood”

⁹² OLIVEIRA, W. A. & SAVIO, M. A. C. “Painel 70 anos da televisão no Brasil: história, memória e historiografia” de 14 a 18/09/2020. O evento foi transmitido pelo canal do LAPEH <https://www.youtube.com/live/36xxd3JGmdc?si=Rr8NYJ8qB6RSNR87>

⁹³ #HD01 – Encontro em Humanidades Digitais. De 18 a 20 de agosto de 2021. Canal Diálogos ICH, <https://www.youtube.com/@dialogosich833>

junto ao NEPEHD⁹⁴. O evento foi um marco para o Núcleo, que foi o primeiro núcleo de pesquisa a ser estabelecido em nossa unidade acadêmica e, até o hoje, o único núcleo na Universidade Federal de Uberlândia a tratar do tema. Apesar do número de inscritos ter ficado muito abaixo dos eventos pioneiros em nosso curso, ele conseguiu um bom número de visualizações ao longo do tempo.

O último grande evento que participei foi como colaborador na I Semana Acadêmica do Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Assim que assumi a direção da unidade propus a todos os cursos que passássemos a organizar um grande evento unificado, que pudesse apresentar os trabalhos de nossa unidade a toda a comunidade acadêmica e atrair uma maior participação da sociedade tijuicana, principalmente professores da rede de ensino básica e média da cidade de Ituiutaba. Após uma certa resistência de parte dos docentes dos cursos que compõe a nossa unidade, que até aquele momento organizavam eventos relativos a cada um de seus cursos, conseguimos estruturar uma comissão organizadora e realizar o evento, com a temática “Brasil, 200 anos de independência?”⁹⁵. Evento teve um ótimo alcance, sendo o primeiro evento presencial pós- pandemia. Apesar das dificuldades, principalmente financeiras, o evento contou com convidados de outros estados, diversas mesas redondas, simpósios temáticos, minicursos e atraiu um número significativo de professores da rede de ensino da cidade de Ituiutaba. A Semana Acadêmica foi projetada para ser um evento bienal, mas, não será realizada neste ano por conta dos problemas com o calendário acadêmico e, principalmente, graças à paralisação ocasionada pelo movimento paredista em nossa universidade.

Nos últimos dois anos as demandas relacionadas às minhas atividades na gestão me afastaram da participação em eventos de extensão. Alguns meses atrás conversei com colegas e perguntei se haveria interesse dos professores da área de história e geografia em curso sobre a situação geopolítica no mundo atual. A ideia seria a de oferecer um curso, com alguns encontros, para professores da rede pública de ensino de Ituiutaba, nossos

⁹⁴ O #HD01 apresentou as seguintes lives: Sérgio “Amadeu. Governança algorítmica e o neoliberalismo” <https://www.youtube.com/live/IStXCXG33tE?si=Vf8sbB-nLp7Iwex> ; David Nemer “Tecnologias do oprimido: desigualdades e estratégias no mundo digital” <https://www.youtube.com/live/dwajUvIOezI?si=PO6-IV-JwU7ZWOJN> ; AMARANTE, W. O.; OLIVEIRA JR, A.; SAVIO, M. A. C.; SOUZA, R. A. & VIEIRA, K. L. S. S. “As humanidades digitais na universidade” <https://www.youtube.com/live/3kxoJnbSI7A?si=kbdPZo1ArnIym4Qi>

⁹⁵ I Semana Acadêmica do Instituto de Ciências Humanas do Pontal: Brasi, 200 anos de independência? Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Ituiutaba, de 07 a 11 de novembro de 2022.

discentes e interessados. Pensei em tratar dos temas da Guerra na Ucrânia, genocídio na Palestina e a crise do dólar, como eventos correlatos e sintomas de uma crise da hegemonia dos EUA. O primeiro encontro trataria do colapso da URSS e a expansão da OTAN até a invasão da Ucrânia pela Rússia. Coloquei essa questão aqui pois, quando abri o Sistema de Extensão UFU (SIEX) para registrar essa proposta, encontrei uma proposta semipreenchida, do ano anterior, tratando de tema similar, mas que, por conta das demandas da Direção e meu envolvimento em questões do campus, da Universidade e da cidade de Ituiutaba, acabaram me impedindo de realizar o evento.

Ainda espero, no próximo ano, retomar a proposta. Também espero poder colaborar, novamente, com a organização da II Semana Acadêmica do Instituto de Ciências Humanas do Pontal. A participação na gestão em períodos de retomada das atividades pós-pandemia e de crise na universidade pública cobraram seu preço nos últimos três anos.

6. GESTÃO

Minha atuação no campo da gestão, ao longo de minha carreira na Universidade Federal de Uberlândia talvez seja o termômetro das mudanças pelas quais passei, seja como docente, seja como indivíduo, bem como das mudanças vividas pelo meu campus, ao longo desses últimos dezesseis anos. Olhando em retrospectiva, fica difícil separar meu papel na gestão de meu trabalho como docente, como pesquisador ou como participante e proponente de eventos de extensão. No entanto, de fevereiro de 2021 até o presente, meu trabalho como gestor tem tomado quase todos os espaços de minha atividade na Universidade Federal de Uberlândia, bem como me tem levado a ver minha instituição de uma forma que, para mim, seria impossível anteriormente.

É importante apontar que, na forma como nossa instituição está estruturada, as pessoas que trabalham em um de nossos três campi fora de sede, vivem numa realidade distinta das pessoas que vivem nos campi de Uberlândia. Por conta de sua estrutura regimental, os campi fora de sede não constam na estrutura organizacional de nossa universidade. Essa situação leva aos gestores dos campi fora de Uberlândia a assumirem responsabilidades que não são comuns aos gestores que trabalham na sede. No campus de Ituiutaba, o mais antigo, e o mais estruturado dos três campi em outras cidades, temos uma situação que pode ser considerada privilegiada quando comparado com Patos de Minas e Monte Carmela, cidades onde existem outros campi da UFU. Em nosso caso, possuímos unidades acadêmicas e não somos ligados a outras unidades acadêmicas de Uberlândia. Essa situação leva os gestores a terem de agir de forma a responder a demandas muito maiores do que os que trabalham na sede. Como coordenador, é comum que o trabalho vá além da gestão burocrática e acadêmica dos cursos (o que já não é pouco), mas também leva ao trabalho da gestão política e administrativa numa escala maior, tendo de resolver problemas também junto à administração superior. No caso dos diretores de unidade acadêmica, a situação os transforma em pequenos reitores sem, no entanto, acesso a um orçamento digno de nome e dependente de constantes negociações com a administração superior e seus braços executivos que se encontram, majoritariamente, na cidade de Uberlândia, 140 km distante de Ituiutaba.

Essa realidade faz com que qualquer trabalho, mesmo em estruturas internas nos cursos, acabe por se transformar em trabalho de gestão. Essa realidade vem mudando ao

longo dos últimos anos, mas ainda traz a qualquer pessoa que assuma um simples cargo de coordenação de laboratório, encargos que também passam pelo trabalho de gestão. Por conta dessa realidade, acredito que meu trajeto como gestor começou, na realidade, antes de eu assumir um cargo de coordenação de curso ou de direção da unidade. Acredito que meu trabalho como gestor iniciou quando, em 2010, assumi o cargo de Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - LAPEH⁹⁶. Quando assumi esse cargo, o LAPEH estava em funcionamento numa sala improvisada no antigo campus da UEMG (Bloco A2, sala 06/08) que, então, alugava seus espaços para o funcionamento de nossa unidade acadêmica, então chamada de Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP.

O laboratório carecia de uma estrutura mínima de funcionamento, não possuindo equipamentos básicos, pouco mobiliário e sequer um regimento que fosse digno do nome. Naquele período, participei de um edital para equipamento de laboratórios, algo que não ocorria na instituição há algum tempo. Nesse processo tive de organizar, junto ao curso, as necessidades para equipar o laboratório, bem como a forma como estruturaríamos o espaço após a nossa mudança para o nosso atual campus (fato que ocorreu apenas no ano de 2012). Isso resultou numa costura envolvendo os docentes de nossa área de ensino, a qual eu não participava, bem como algumas necessidades para o funcionamento do laboratório e o trabalho do nosso secretário. Ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012 foram três propostas enviada aos editais conjuntos PROGRAD/PROPLAD⁹⁷. No total, levantei 75 mil reais em investimentos para o Laboratório e preparei a base para que seu uso pudesse receber os projetos dos docentes da área de ensino (algo que, durante meu período de gestão, ocorreu apenas uma vez). Nesse período, também apresentei a primeira proposta de regimento do LAPEH, em 2012, que foi a base para a versão que continua até hoje como o regimento do Laboratório (houve algumas mudanças inseridas no regimento no ano de 2022).

O LAPEH foi o local onde comecei a entender melhor uma dinâmica institucional que estava ligada à parte da gestão. Apesar de ter feito parte do Colegiado do Curso de História entre 2010 e 2011, foi na Coordenação do LAPEH que comecei a me relacionar de forma mais direta com a administração de nossa universidade, para além do espaço de

⁹⁶ Portaria Curso de História (COHIP), n. 01 de 03 de maio de 2010.

⁹⁷ Os projetos foram encaminhados para concorrer nos Editais Conjuntos PROGRAD/PROPLAD de Apoio à Memória do Ensino de Graduação. Existiam três níveis de propostas, de 25mil até 75 mil reais.

nossa unidade acadêmica. No entanto, foi a partir de 2014 que meu trabalho na gestão assume um novo sentido e foi, a partir de então, que passei a me tornar o que chamo de “homem da instituição”, já que minha história na UFU passou a deixar marcas tanto em mim, quanto na própria estrutura de nosso campus.

Assumi pela primeira vez o cargo de Coordenador do Curso de Graduação em História⁹⁸ substituindo a profa. Ângela Aparecida Teles. O nosso curso, de muitos anos, era um curso problemático, que sempre enfrentou muitas dificuldades envolvendo docentes e as propostas de gestão que tentavam ser implantadas. A atribuição de disciplinas sempre foi um problema, que foi remediado pela Proposta de Divisão de Disciplinas que apresentei alguns anos antes. No entanto, o fato de muitos docentes viverem em outro município e desenvolverem trabalhos em outras unidades acadêmicas era um fator de constante perturbação. Outro grande problema era o trabalho interno dentro da FACIP. Tratava-se de uma grande unidade acadêmica, a segunda maior de toda a Universidade Federal de Uberlândia, perdendo apenas para a Faculdade de Medicina – FAMED. A FACIP contava então com 11 cursos, representando as três grandes áreas do conhecimento, e cujo Conselho era um grande espaço de disputas pelos recursos e pelos projetos que deveriam nortear o futuro da Unidade. Isso transformava a vida dos coordenadores de curso num intenso processo de disputa que envolvia os diversos cursos de graduação, com uma direção que, apesar dos esforços, sofria muito para apaziguar as enormes disputas internas que surgiam.

A situação à época que eu assumi pela primeira vez a coordenação do curso era particularmente sensível por conta de uma intervenção feita para administração superior, no ano de 2009, que resultou na criação de dois cursos sem o número de docentes necessário para a carga de trabalho necessária para o dia a dia. Trata-se dos cursos de Engenharia de Produção e de Serviço Social. Para o primeiro caso, o curso de História renunciou a um código de vaga, para o segundo, o curso de História renunciou a cinco códigos de vaga. Para ambos, o curso de História passou a oferecer, em forma de serviço, algumas disciplinas. Inclusive, o projeto pedagógico do curso de Serviço Social⁹⁹ foi feito pelas mãos dos docentes do curso de História: profa. Ângela Aparecida Teles, prof. Eduardo Giavara e profa. Janaína Zito Losada. Esses dois cursos, em poucos anos de existência, se viram estrangulados pelo trabalho no ensino de graduação, pela crônica

⁹⁸ Portaria de Pessoal 568/2024. Exerci a Coordenação do curso de junho de 2014 a junho de 2016.

⁹⁹ O PPC do curso de Serviço Social ainda permanece o mesmo.

falta de docentes, sendo usual que os docentes tivessem uma carga horária de 16h/a semana, algo que inviabilizava outros projetos. No caso do curso de Engenharia de Produção, o projeto pedagógico do curso previa entradas semestrais, o que tornava mais aguda a exigência de participação na graduação¹⁰⁰.

A situação que descrevi se tornou explosiva quando da saída de dois professores do curso de graduação em História. O primeiro em 2015 e o segundo em 2016. Essas saídas resultaram numa pressão, por parte dos docentes do curso de Engenharia de Produção, para que o curso de História cedesse uma vaga para diminuir a carga de trabalho dos docentes do curso de engenharia. O problema daí resultante foi um enorme embate dentro da unidade acadêmica, já que o curso de Engenharia de Produção foi criado a partir do uso de uma vaga originalmente destinada ao curso de História¹⁰¹. Uma decisão desastrada do diretor da FACIP, à época, acabou levando a um duríssimo embate dentro do Conselho e à criação de uma comissão (que foi duas vezes extinta e, ao final, substituída por um docente do curso de Ciências Biológicas, cujo relatório jamais foi aprovado) com o objetivo de avaliar as vagas e o trabalho docente na unidade. Cursos com carga horária tradicionalmente baixa, como a Matemática, se viram expostos e iniciou-se um processo fratricida em nosso campus, tendo como epicentro a disputa de uma vaga do curso de História.

Como coordenador de curso à época, me vi no centro desse processo, sendo pressionado por docentes do meu próprio que não me desejavam como coordenador (e também não queriam assumir a missão) e por docentes de vários cursos, além do diretor da FACIP. Em meio a esse processo, uma interposição de recursos de cursos de graduação que se viam ameaçados, e com razão, por uma política de delação que se instaurou então, pediu vistas do processo quando da apresentação da primeira versão do relatório de vagas docentes e possibilitou que encaminhássemos à PROREH (hoje PROGEP), a solicitação de abertura de concurso para a área de Ensino de História, no final de 2015. Isso ocorreu no início de dezembro de 2015. Comemorei como uma grande vitória. A descrição da vaga e toda a tabela de pontuação para nortear a análise das provas de títulos foi feito por

¹⁰⁰ O projeto pedagógico do curso de Engenharia de Produção foi alterado em 2022, mas manteve as entradas semestrais. Hoje o curso conta com 15 docentes, seis a mais do que o previsto inicialmente.

¹⁰¹ Apesar d aprovação da proposta dentro do curso e, posteriormente, em Assembleia da Unidade Acadêmica, boa parte dos docentes votaram contra o encerramento de um dos períodos de nosso curso (no caso o matutino) para que as vagas fossem cedidas para a criação de um novo curso. Só foi possível a obtenção desse resultado com manobras da coordenadora de curso de então, muita pressão da Direção da Unidade e da Administração Superior. Eu e o prof. Amon Santos Pinho foram os únicos docentes a se oporem até o final.

mim e o então prof. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior. No entanto, a comemoração durou até poucos dias antes das festas de final de ano. Recebi uma ligação do diretor da unidade acadêmica pedindo desculpas e me avisando que o concurso seria cancelado, pois o curso de Engenharia de Produção havia entrado com um recurso extraordinário (não me lembro se junto ao CONGRAD ou ao CONSUN), barrando a abertura do concurso até decisão final do processo (anos depois o coordenador de curso de Engenharia de Produção me confidenciou que a sugestão do recurso foi feita pelo nosso diretor). A notícia foi recebida de forma muito ruim em nosso curso, mostrando que teríamos de enfrentar uma nova luta dali por diante, já que no início do ano seguinte perderíamos mais um docente.

O ano de 2016 se iniciou com as mesmas disputas envolvendo o curso de Engenharia de Produção e outros cursos de nossa unidade. Enquanto a direção da FACIP insistia na apresentação do relatório que avaliava a distribuição docente em nosso campus, os cursos começaram a se organizar ao redor de propostas de criação de novas unidades acadêmicas, já que ficava claro que a luta interna levaria a um resultado desastroso para todos os envolvidos. No mais em fevereiro de 2016 foi apresentada a primeira proposta de criação de nova unidade acadêmica, tratava-se do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal – ICENP, cuja proposta congregava os cursos de Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas. O surgimento da proposta do ICENP levou a uma grande agitação entre os representantes de outros cursos, além de uma tentativa por parte da direção da unidade de tentar impedir que o processo fosse adiante. Logo surgiram rumores de que haveria a proposta de uma segunda unidade acadêmica, congregando a área de ciências sociais aplicadas. Nesse meio tempo, fui chamado, junto com os coordenadores dos cursos de Geografia e Pedagogia, para ouvir uma proposta de reforma da FACIP, com a criação de uma estrutura departamental, o que não solucionava os nossos problemas, já que a decisão sobre o futuro de cada um dos cursos de graduação, segundo o Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, continuava nas mãos do CONFACIP. Apesar das alegações do diretor da unidade, não houve aderência por parte dos presentes nem dos docentes dos cursos, aumentando o impasse.

No início de março de 2016, numa terça-feira pela manhã (não consigo precisar a data) quando chegava à sala da Coordenação do Curso de Graduação em História, no Bloco C do campus Pontal, encontrei parado na porta da sala vizinha, que abriga a Coordenação do Curso de Graduação em Geografia, o então coordenador do curso, prof. Rildo Aparecido Costa (atualmente docente do Instituto de Geografia). Neste momento

em que escrevo tenho numa lembrança muito viva daquele dia. Lembro dele me chamar para conversar sobre a situação, dizer que surgira uma proposta de criação de nova unidade que congregaria as ciências sociais aplicadas e que tínhamos de seguir o mesmo caminho, ou continuaríamos juntos da FACIP, com o curso de Engenharia de Produção, que havia paralisado o nosso concurso e lutava pelo código de vaga originalmente nosso. Foi quando o prof. Rildo me mostrou o pequeno rascunho de algumas folhas impressas que segurava, em forma de canudo, em sua mão direita, trata-se do primeiro rascunho com a proposta de criação do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO.

Nas semanas seguintes eu e o prof. Rildo trabalhamos na estruturação da proposta e na tentativa de mobilizar os docentes dos cursos que comporiam, no futuro, o nosso Instituto. O desafio mostrou-se muito grande. O diretor da FACIP era docente do curso de Pedagogia, enquanto seu sucessor (já que não havia outros candidatos dispostos a assumirem a direção da FACIP) era do curso de Geografia. Apesar das dificuldades e do boicote, convocamos a primeira reunião para tratar da criação do ICHPO em 05 de abril de 2016, no auditório 03, Bloco B do Campus Pontal. A reunião contou com um bom número de docentes que assistiram à apresentação das primeiras informações sobre nossa proposta, um esboço de logo, que fiz no Power Point (que realmente não ficou muito bom). Apesar da boa recepção, eu e o prof. Rildo começamos a sofrer forte pressão de muitos colegas que, ou não pareciam entender o que estava acontecendo, ou simplesmente acreditavam que se tratava de uma tentativa de golpe contra um grupo político que participava do processo eleitoral para Reitor à época.

Lembro de ter recebido um e-mail do professor que seria o primeiro diretor do ICHPO, com dezenas de questionamentos sobre as razões pelas quais estava levando aquilo adiante e solicitando minha imediata resposta. Respondi questão a questão e, por conta de problemas com o envio do e-mail, tive de reenviar várias vezes as mesmas respostas para todos os técnicos e docentes que formariam o ICHPO. Jamais recebi uma resposta ou sequer confirmação de recebimento por parte do professor que fez os questionamentos. Poucas semanas depois, o prof. Rildo pediu licença por razões médicas. Nesse interim integrei o grupo que discutia o processo de desmembramento da FACIP, como único representante do ICHPO. Lembro de longas conversas com a profa. Rejane Prado, do Curso de Graduação em Administração, que estava à frente do projeto de criação do que viria a ser a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia

de Produção e Serviço Social – FACES (cabe chamar a atenção que a Engenharia de Produção foi incluída no projeto quando o desmembramento se tornou inevitável).

No dia 09 de julho tivemos uma assembleia, envolvendo os três cursos que comporiam a unidade¹⁰², apesar da adesão a assembleia não consegui deliberar sobre a proposta de criação da nova unidade e um surpreendente, e para mim triste, pedido dos docentes do curso de Geografia, de se adiar a assembleia pois não tinham tido tempo para avaliar o projeto de criação, o que atrasou ainda mais uma decisão. Na última reunião que tive à frente do processo, poucas pessoas compareceram. Cerca de dez docentes, ligados aos três cursos que comporiam o ICHPO, fizeram parte da conversa sobre o futuro da criação da nova unidade. Estava claro naquele momento que o processo não teria mais volta, mas as pressões que recebi ao longa daquela semana para apresentar mudanças no projeto de criação, além das pressões internas do próprio curso de História, haviam me deixado exausto. Durante a reunião tive um mal-estar, lembro-me de ter dado todos os papéis que carregava comigo ao prof. Eduardo Giavara e pedi para ele seguir em frente com a reunião. Sai do auditório 3, sem saber exatamente onde estava (uma lembrança forte que tenho daquele momento), até que a profa. Sandra Alves Fiuza, docente do curso de História, me segurou pelo braço e disse que me levaria ao hospital. Chegando no hospital lembro de ter dito à recepcionista, que queria então que eu preenchesse um

¹⁰² Para fins de ilustração, registra-se na ata da Assembleia: “O professor Marco A. C. Sávio deu início à apresentação do projeto de criação do Instituto de Ciências Humanas, conforme desenvolvido até aquele momento. A apresentação começou com a explanação das linhas gerais da proposta e da ênfase na discussão do caráter interdisciplinar originalmente traçado para a FACIP e que balizou o debate inicial sobre o ICH. A apresentação seguiu com o debate sobre o conceito de multi e interdisciplinaridade conforme apresentado pela CAPES a partir de 1998. Em seguida foi apresentada a proposta de organização geral do ICH, sua Assembleia, o seu Conselho, Direção e Colegiados dos cursos presentes na Unidade. A seguir apresentou-se a estrutura administrativa, com a Secretaria de Direção e suas Secretarias de Cursos. Foi também apresentado um levantamento sobre os técnicos que formarão a futura Unidade e o corpo docente que inicialmente faria parte do Instituto, composto por um quadro de 56 docentes. Em seguida foi apresentada a participação dos professores que comporão a Unidade em programas de pós-graduação, na UFU e em outras IFES. A apresentação continuou com a apresentação da relação de número de vagas a serem oferecidas pelo ICH e o percentual e ocupação dessas vagas, com um comparativo com o percentual total de vagas ocupadas na FACIP. A apresentação também tratou da questão do Patrimônio do ICH e sua destinação após o desmembramento da FACIP. A apresentação continuou com uma curta vista do espaço físico que ficará sob responsabilidade do ICH e, por fim, a apresentação tratou de forma geral das finalidades da criação do Instituto, finalidades essas divididas nos seguintes pontos: finalidades acadêmicas, finalidades de pesquisa, finalidades de ensino e finalidades de extensão. Ao final da apresentação o professor Marco A. C. Sávio informou que a Geografia pediria um adiamento da Assembleia sobre a alegação de que não houve tempo hábil para a análise da proposta. O professor lembrou que a proposta apresentada na Assembleia havia sido distribuída originalmente a mais de vinte dias, tendo havido inclusive uma Assembleia para debater as linhas gerais do documento, porém com pouca adesão”. **Ata da Assembleia dos professores e alunos do curso de Geografia, História e Pedagogia, para discutir o projeto de desmembramento da FACIP e de criação do Instituto de Ciências Humanas (ICH), realizado no dia nove de junho de dois mil e dezesseis, no Anfiteatro I, Bloco B, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal.**

cadastro após eu ter passado os documentos do convênio e minha identidade, apenas que eu ia desmaiar e precisava de ajuda. Me colocaram numa cadeira de rodas e acordei, não sei quanto tempo depois, numa maca, um médico veio me ver e me perguntou se eu tomava remédios para controle de pressão. Eu disse que sim. Ele me respondeu que se eu não tomasse, teria tido um AVC. Foi minha vez de solicitar licença para tratamento de saúde e quando retornei, o processo de desmembramento já havia sido encaminhado para o CONSUN, tendo como parecerista a profa. Karen Ribeiro, da FAGEN. A redação do projeto de nossa unidade foi concluída pelas mãos do prof. Antonio Oliveira Jr., do curso de Geografia. Hoje o ICHPO é uma das três unidades que compõe o nosso campus.

No segundo semestre de 2016, por conta de um diagnóstico de burnout, me afastei das responsabilidades da gestão. Foi um período de atividade bastante discreta e de construção de uma solicitação de afastamento para qualificação. De março de 2017 a março de 2018 cumpri um período de pós-doutorado na UFRJ. Quando retornei em 2018, novamente o curso enfrentava problemas, pois não havia nomes dispostos a assumir a posição de coordenador de curso. Para compor me ofereci como substituto legal, enquanto a cadeira de coordenador seria assumida pelo prof. Eduardo Giavara. Esse arranjo funcionou muito bem até o segundo semestre de 2019, quando o professor Giavara se transfere para a Universidade Federal de Goiás, num processo de redistribuição por permuta, recebendo o curso a profa. Geovanna Melo. Novamente, assumi a coordenação do curso¹⁰³, no que seria para mim, à época, meu último momento à frente do cargo. Afinal, havia muitos docentes que jamais haviam assumido, até aquele momento, a frente da coordenação do curso.

Ao final de 2019, um momento particularmente difícil em minha vida pessoal, chegaram as primeiras notícias que davam conta d disseminação da COVID-19 e, em março de 2020, 11 de março, foi declarado o estado de pandemia global pela OMS. Uma semana depois, nosso reitor, prof. Valder Steffen Jr, decretou o cancelamento das atividades presenciais. Naqueles dias o papel do Coordenador foi muito mais o de organizar os trabalhos da Coordenação e acalmar os alunos que buscavam contato por e-mail com a coordenação de curso. Como descrito anteriormente, muitos queriam saber sobre a pandemia, orientações como deveriam agir no dia a dia, informações sobre se as aulas seriam ou não suspensas e como deviam se portar com suas famílias, como lidar com as informações conflitantes vindas do governo brasileiro de então. Até o dia que

¹⁰³ Portaria REITO Nº 1328, de 31 de outubro de 2019.

comuniquei aos alunos, indo de sala em sala, sobre a decisão de nossa instituição e procurando aclamar a todos, apesar de eu mesmo não estar calmo.

Em 2021, quando iniciávamos as discussões para o retorno das atividades presenciais, ocorreu uma surpresa. O então diretor do ICHPO, antigo diretor da FACIP, prof. Hélio Carlos Miranda de Oliveira, me contatou para informar que deixaria a direção da unidade. Em 2020 havia me tornado seu substituto legal e me tornava seu sucessor natural. Depois de pensar por uma semana, decidi aceitar o desafio e assumir, em caráter interino, a direção do ICHPO. Em fevereiro de 2021, após eleição pelo CONICHPO, foi empossado como diretor *Pro tempore* do Instituto de Ciências Humanas do Pontal¹⁰⁴, com a missão de conduzir a transição do retorno para as atividades presenciais e convocar, em seguida, uma eleição para uma nova direção.

No entanto, os meses à frente da direção em caráter temporário mostraram-se muito difíceis. Ainda não havíamos retornado ao modelo presencial e a universidade estava preparando os protocolos de retorno. Nesse período, cabia às direções convocarem docentes e técnicos para tratar do retorno, sabendo que havia grande pressão da sociedade para a reabertura dos campi universitários brasileiros Brasil afora. Além disso, a conjuntura política era muito prejudicial ao projeto de universidade pública, aumentando a necessidade de discutirmos um retorno controlado. Convoquei uma reunião com os técnicos da unidade para discutirmos um retorno escalonado, colocando a situação como fundamental para retomarmos as atividades. A reunião ocorreu nas dependências do Auditório 03, no Bloco B do campus Pontal. Foi providenciado a distribuição de máscaras, bem como álcool em gel. Solicitei a todos os que compareceram que se sentassem com a distância de duas poltronas em fileiras intercaladas.

Informei que os protocolos para o retorno estavam sendo propostos pelo Comitê de Biossegurança da UFU e que a proposta era a de comparecimento intercalado dos técnicos nos cursos. A ideia era a de que houvesse presente apenas um técnico por dia, planejando o retorno tendo como base a proximidade das salas e as atividades. Juntamente disso, foi solicitada à direção que preparasse compras de EPIs para as diversas atividades a serem desenvolvidas pelos cursos de Geografia, História e Pedagogia. Foram convocadas várias reuniões com os coordenadores de curso para dimensionarmos o volume de gastos com EPIs necessários para a nossa unidade. As compras foram feitas

¹⁰⁴ Portaria de Pessoal 573, de 19 de fevereiro de 2021.

tendo em vista garantir máscaras para todos os docentes e técnicos, álcool gel em todos os ambientes e estoques específicos para distribuição aos estudantes que ingressassem no campus sem máscaras. Para regular a distribuição dos EPIs, foi criado um protocolo de total de máscaras por mês para cada docente, a quantidade de álcool em gel para os cursos, salas de aula e laboratórios, obrigando coordenadores e secretários de curso a fazerem requisições prévias para organizar a distribuição que ficou concentrada na sala da Direção do ICHPO, adaptada para manter o distanciamento.

Na semana anterior ao retorno às aulas, recebi cartazes de sinalização para afixação nas áreas de atividade de nossos cursos. Distribuí parte desse material nas coordenações de curso, deixando em envelopes para quando os técnicos estivessem no ambiente fizessem a afixação do material. Para a sinalização das salas de aula e áreas de estudos, nos blocos B e D, fui pessoalmente afixar a sinalização, num trabalho realmente exaustivo. Na semana do retorno às aulas passei de sala em sala, dando as boas-vindas a docentes e discentes, distribuindo EPIs aos alunos que não possuíam máscaras (os docentes foram orientados a fazê-lo, mas a maior parte só trazia as máscaras de uso pessoal) e dando orientações gerais sobre o comportamento seguro, que não foi jamais seguido à risca, quando não completamente ignorado. Ao final do processo, e com a chegada da vacina, os medos de falta de EPIs para garantir o retorno em segurança se mostraram exagerados, de tal forma que a nossa unidade ainda mantém em estoque grande número de máscaras e de álcool em gel (no último caso, com todos os frascos próximos ao vencimento).

Em setembro de 2021, após autorização da administração superior, finalmente foi realizado a eleição para diretor, onde concorri como candidato único ao pleito. Teve então o início de meu papel não apenas como diretor, mas como representante de meu campus e dos campi fora de sede junto à administração superior. Não fui representante por mandato ou aclamação, mas por mobilizar meus colegas do Pontal e dos outros campi para lutar por melhores condições de trabalho e propor alterações na forma como a administração superior lidava com nossos problemas e frustrações.

A história dessa mobilização começa no ano de 2022, quando se iniciou a discussão sobre o calendário acadêmico. Após o retorno da pandemia o calendário da Universidade Federal de Uberlândia ficou em grande descompasso com o calendário civil, levando a um atraso do início do primeiro semestre letivo de mais de quatro meses em relação ao calendário anterior à pandemia (estávamos iniciando o primeiro semestre

letivo quase na metade do ano). As propostas em discussão buscavam uma saída através de dois caminhos. A nossa Pró-Reitoria de Graduação buscava a autorização do MEC para uma flexibilização do calendário do semestre letivo, procurando, assim, encurtar o número de encontros em sala de aula e comprimir os semestres, reduzindo os encontros de 18 para 15, reduzindo o intervalo entre os semestres e assim prevendo a normalização do calendário para o primeiro semestre de 2025. De outro lado havia a proposta de suspensão de um semestre, com um programa de aceleração de conclusão de turmas, para que a normalização fosse imediata e para que os cursos pudessem administrar as turmas concomitantes que, fatalmente, deveriam ser acompanhadas ao longo de todo o ciclo de formação de cada um dos cursos de graduação. Formou-se uma Comissão para estudo do calendário acadêmico, a qual acompanhei de maneira informal. Durante o processo, comecei um levantamento sobre a situação de entradas e de evasão em nosso campus e a constatação foi de uma situação gravíssima, sendo que a solução do problema do calendário acadêmico precisava ser rápida.

Há dois pontos a chamar a atenção desse processo. O primeiro deles foi a posição da PROGRAD em apontar que qualquer outra opção fora a de compressão dos semestres, com a flexibilização do mínimo de 100 dias letivos, obtida em acordo com o MEC, era inviável. De outro, a proposta de suspensão de um semestre, cujos desdobramentos deixavam claro a forma com a Universidade Federal de Uberlândia estava ligada aos interesses do sistema de educação privado da cidade de Uberlândia e como seria difícil adotar essa solução que, numa análise fria, apesar do impacto, resolveria em definitivo nossos problemas. Como participante não nomeado pela Comissão (o nosso pedido de um representante dos campi fora de sede foi negado pela PROGRAD), participei de um evento de apresentação da proposta, feito em formato híbrido, que ocorreu no Instituto de Filosofia (não consigo precisar as datas). No evento houve uma grande discussão entre os defensores das duas propostas e uma afirmação de um curso de grade procura, apontando que eles não tinham problemas de demanda, que sentiam muito, mas não apoiariam nossa proposta. Ao final da reunião o coordenador do curso de Pedagogia da FACED fez uma abordagem que, para mim, demonstrava que parte dos representantes de nossa universidade haviam perdido uma visão institucional, afirmando que não aceitaria uma medida que aumentaria a carga de trabalho de seus docentes e que aquilo seria inócuo, pois o problema da baixa entrada não tinha a ver com o calendário, mas com a baixa adesão ao ENEM. Naquele momento pedi a palavra e disse que a situação era muito grave

e que quando os cursos dos campi fora de sede começarem a ser descontinuados o problema recairia no colo dos cursos do Santa Mônica. Ao final dessa curta discussão, falei à profa. Georgia Amitrano, diretora do Instituto de Filosofia e membro nomeado da Comissão de Estudo do Calendário Acadêmico que não participaria mais das reuniões e que procuraria os cursos dos campi fora de sede.

Na mesma semana daquele evento, no primeiro semestre de 2022, iniciei uma série de contatos com os coordenadores dos cursos de graduação dos campi de Monte Carmelo e Patos de Minas. Foi um processo complicado pois, por se tratar de dois campi onde não existem unidades acadêmicas, já que são cursos geridos por unidades acadêmicas em Uberlândia, o contato não envolveu as direções de unidade acadêmica. Após quase duas semanas de tentativas, organizei uma reunião feita através da plataforma Webex, com coordenadores de quase todos os cursos de Monte Carmelo e Patos de Minas, e anotei os relatos sobre a situação da UFU nas duas cidades e informações sobre a situação dos cursos de graduação, infraestrutura, suporte e apoio da administração superior. Após essa reunião preparei um relatório e encaminhei para o Gabinete de Reitor, solicitando uma reunião entre os três diretores do Campus Pontal e os coordenadores de curso dos campi de Monte Carmelo e Patos de Minas, para tratarmos da situação dos campi fora de sede e propormos medidas a serem adotadas por parte da administração superior. A resposta demorou algumas semanas e nos foi informado que a reunião só aconteceria entre os diretores do Campus Pontal e os assessores da reitoria nos campi, já que seria necessário convocar os diretores, as unidades ofertantes estão em Uberlândia, e coordenadores de cursos em Monte Carmelo e Patos de Minas, as justificativas estavam ligadas à dificuldade de organização da reunião e do número de pessoas presentes.

A reunião ocorreu no mês de setembro, com um longo atraso entre a solicitação original e o evento. Nessa reunião, além de mim e dos assessores dos campi fora de sede, estavam presentes a profa. Edileusa Silva, diretora da FACES, o Reitor, prof. Valder Steffen Jr e o vice-reitor, prof. Carlos Henrique Martins. Discutimos abertamente sobre a situação dos campi fora de sede e a necessidade de adoção de uma política específica para esses espaços e cursos, já que passávamos, desde o final da pandemia, por um processo de esvaziamento em nossos cursos, com baixos números de ingressantes e alto número de alunos evadidos. O prof. Valder Steffen Jr nos perguntou qual era a proposta e solicitamos a criação de uma comissão para avaliar a situação dos campi fora de sede. O Reitor ainda nos perguntou se queria que ele nomeasse a comissão ao que respondemos

que sim, já que solicitávamos a presença de representantes de todos os cursos dos campi fora de Uberlândia, além de representantes da PROGRAD, já que necessitávamos de levantamento de dados mais elaborados sobre a situação de ingresso e de evasão.

Sáímos da reunião esperançosos de conseguiríamos a indicação da comissão por parte da Reitoria, no entanto, com o passar do tempo, notamos que nosso intento havia sido frustrado. Para a nossa surpresa, a nossa solicitação foi encaminhada pelo Gabinete da Reitoria até a Pró-reitoria de Graduação e, de lá, enviada como processo para ser analisada pelo Conselho de Graduação que, em aceitando a proposta, seria o responsável pela nomeação da Comissão. Foi provada a criação da Comissão de Ingresso e Permanência nos Cursos de Graduação (CIPGRAD)¹⁰⁵, que tinha como objetivo analisar e propor ações para a questão de ingresso e permanência em toda a Universidade Federal de Uberlândia¹⁰⁶. Além do desvio de função em relação à proposta que levamos à Reitoria, apenas docentes dos campi fora de sede foram nomeados como membros, os três diretores do Campus Pontal, dois coordenadores de curso, um de Monte Carmelo e outro de Patos de Minas, além de nomes ligados à administração e à PROGRAD.

Apesar da frustração os trabalhos auxiliaram, primeiro, no levantamento de dados concretos do Campus Pontal. Isso foi feito com o trabalho e apoio das direções de nossas três unidades acadêmicas, com o apoio de técnicos e da PROGRAD local, e dos números dos campi de Monte Carmelo e Patos, feitos pelos técnicos e coordenadores de curso. Não obtivemos números totais sobre a situação real das licenciaturas¹⁰⁷ em nossa instituição, sob a alegação de que não havia condições para esse levantamento por parte da PROGRAD, que estaria sobrecarregada com o trabalho administrativo diário.

Ao final de 120 dias, a Comissão foi prorrogada¹⁰⁸, sendo que o único relatório debatido, com avaliação de números e propostas concretas de intervenção para ampliar o ingresso e garantir a permanência dos estudantes, foi aquela construída pelos diretores das nossas três unidades acadêmicas. Fui o relator desse documento que, ao final, foi utilizado como base para a elaboração do que seria o relatório final. Com o passar do tempo e o arrastar de debates sem o respaldo em números ou quaisquer outras propostas

¹⁰⁵ Portaria de Pessoal UFU 5718, de 21 de novembro de 2022.

¹⁰⁶ Art. 1.º Construir comissão para elaboração de ações, visando à melhoria das taxas de ingresso e permanência de estudantes nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁰⁷ A questão de quais seriam os cursos a serem avaliados pela comissão foi objeto de debate desde o início dos trabalhos. Por conta dos números que havíamos levantado em nosso campus, decidiu-se que o objeto de nossa análise seriam os cursos de licenciatura da UFU.

¹⁰⁸ Portaria REITO n. 370, de 28 de março de 2023.

além daquelas que havíamos apresentado, solicitei minha saída da Comissão¹⁰⁹. Ao final do processo, a Comissão decidiu que, por falta de dados, apresentaria apenas o relatório sobre os campi fora de sede, apresentado no final do mês de agosto e que, a pedido de minhas colegas diretoras de nossas unidades acadêmicas, acabei cooperando. O relatório enviado e aprovado pelo CONGRAD foi, com poucas alterações e acréscimos, o mesmo que havíamos apresentado meses antes para a Comissão. Ao final do processo, o prof. Guilherme Ramos Oliveira e Freitas, coordenador do curso de graduação em Biotecnologia de Patos de Minas me confidencio que, em 2021, os cursos daquele campus já haviam enviado um relatório semelhante sobre a grave situação de baixas entradas e altíssima evasão, com diagnósticos e propostas, mas que não haviam recebido resposta por parte da administração superior.

A situação foi de grande frustração, já que a nossa mobilização foi o resultado de uma solicitação da pró-reitora de graduação, alguns meses antes, para que revessemos os cursos que eram oferecidos em Ituiutaba, pois os números apontavam para um problema estrutural. O anticlímax que foi a CIPGRAD, cujo relatório foi provado pelo CONGRAD, sem, no entanto, se converter em nenhuma ação prática, tornou ainda mais premente a necessidade de os diretores de nosso campus. O lado positivo desse processo foi a de que os esforços das três unidades para mobilizar nossos recursos e cobrar providências por parte da administração superior se tornou em algo ainda mais coordenado. Essa coordenação nos possibilitou trazer o Reitor, acompanhado de vários pró-reitores para discutir a situação do campus, mais que uma vez, e a nossa ação conjunta em Conselhos superiores, bem como na participação em comissão de relevância na Universidade Federal de Uberlândia. Os desdobramentos das discussões que travamos na CIPGRAD ainda persistem, influenciando na mobilização dos campi fora de sede em relação às discussões do calendário acadêmico UFU.

A percepção de que os problemas dos campi fora de sede se avolumavam e de que era necessário nos organizar para conseguir ampliar de alguma forma nosso financiamento, e termos atenção da administração superior, foi fundamental para a participação em algumas comissões de relevo e debates no Conselho Diretor. No final de 2022 foi feita uma consulta para a criação de uma comissão cujo objetivo seria o de revisão das regras de distribuição do orçamento da universidade para as unidades acadêmicas. Eu e a professora Rosana Maria Nascimento Assunção, diretora do ICENP,

¹⁰⁹ Portaria de Pessoal UFU n.º 4154, de 25 de julho de 2023.

nos candidatamos para participar, na esperança de conseguirmos sensibilizar os pares sobre a situação dos campi fora de sede. A Comissão de Revisão de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC)¹¹⁰ foi instaurada em dezembro de 2022 com a difícil incumbência de se estabelecer uma nova regra de distribuição que fosse mais justa para as unidades acadêmicas, respeitando suas necessidades e especificidades.

Num momento de crise de recursos para a universidade, a discussão foi, obviamente, dura. Tomei a iniciativa de convocar uma reunião entre a área de humanidades da Universidade Federal de Uberlândia, chamando todos os diretores para participar e, para minha surpresa, descobri que nenhum dos outros diretores haviam se reunido anteriormente para discutir o tema. A ideia foi a tentativa de traçar uma estratégia para alterarmos alguma das regras constantes na matriz que pudesse, ao menos, dedicar uma pequena parcela a mais de recursos para a área de humanidades. No entanto, ao longo de quase sete meses de trabalho, pouco avançou em relação à matriz anterior. Mais uma vez a sensação que tive, compartilhada com minha colega de campus, foi a de que as unidades acadêmicas dos campi sede e a administração superior tem uma visão pouco atenta à real situação dos campi fora de sede.

Ao final, o modelo de divisão da matriz OCC adotada pela instituição foi mantida, muito por conta do fato de que a curricularização da extensão ainda estava em andamento e que, qualquer mudança na matriz naquele momento poderia causar distorções entre as unidades que já haviam curricularizado a extensão e as unidades cujos PPCs ainda estavam em discussão. A única vitória que conseguimos em relação aos campi fora de sede, e depois de muitos debates, alguns deles muito acalorados, foi a inclusão de uma pequena alteração no cálculo que aumentaria, em parcos 10%, o valor da parcela dedicada às atividades de extensão em nossos campi. Esse valor é muito baixo pois, no modelo de cálculo adota, há uma qualificação nas atividades de extensão onde as unidades que tradicionalmente prestam serviços de atendimento à comunidade, detém a maior fatia desse orçamento. Em agosto de 2023 a proposta por nós discutida foi aprovada no CONDIR e hoje está em pleno vigor na Universidade Federal de Uberlândia.

Em novembro de 2023 ocorreu uma situação inesperada para nosso campus, e que acabou se transformando numa oportunidade para buscarmos uma saída para a situação de baixa demanda por nossos cursos e alto índice de evasão. Essa oportunidade foi um

¹¹⁰ Portaria de Pessoal UFU 6215, de 16 de dezembro de 2022.

projeto de criação de um curso de medicina no Campus Pontal. Na ocasião, os diretores do ICHPO, da FACES e do ICENP, nossas três unidades, foram convocados pelo prof. Valder Steffen Jr para uma reunião que contaria com a presença do deputado André Janones. Vi nesse momento uma oportunidade para apresentar um outro projeto que tentava, com pouco sucesso, apresentar para a prefeita do município de Ituiutaba, o Projeto Colégio São José. Na reunião com o deputado, ouvimos dele o interesse de que a UFU apresentasse um projeto para a criação de um curso de medicina na cidade de Ituiutaba. O prof. Valder demonstrou grande interesse e acenou positivamente para retomar um velho anseio do município que fora, numa ocasião anterior, objeto de uma tentativa de criação que acabou frustrada e causou grande desconfiança da comunidade local com a nossa instituição¹¹¹. O prof. Valder aproveitou a situação para solicitar apoio do representante parlamentar para a liberação de recursos para a conclusão de nosso campus e, naquele momento, apresentei o Projeto Colégio São José. O deputado observou o projeto e, para minha alegria, falou que era um projeto como aquele que ele estava procurando.

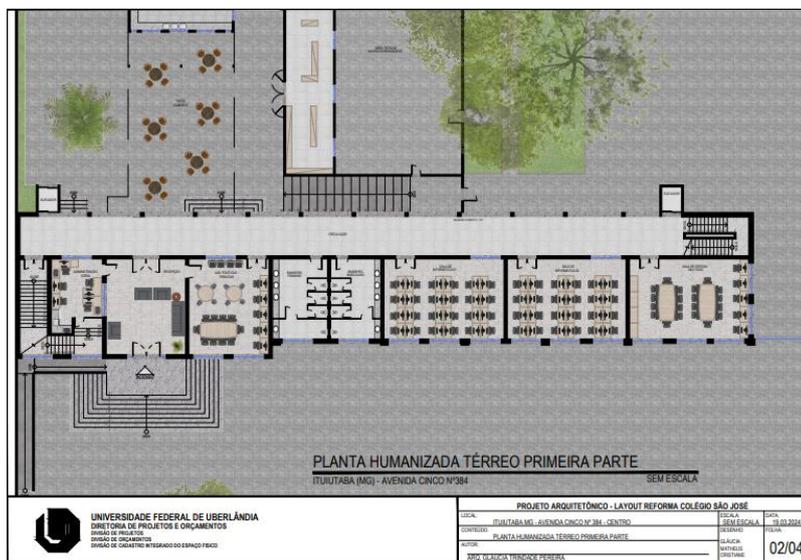
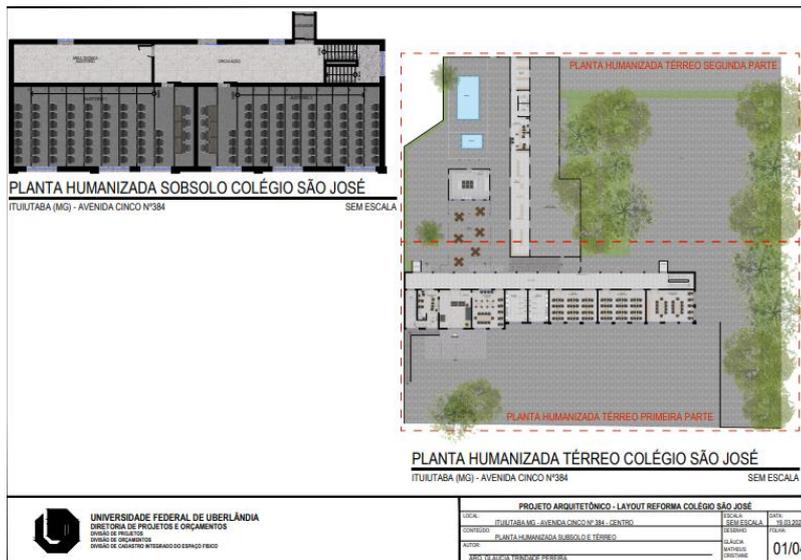
Antes de tratar do curso de medicina, é importante apresentar o Projeto Colégio S. José. A história tem seu início com a aprovação do projeto Museu do Brinquedo, proposto pelo curso de Pedagogia e aprovado, primeiro no CONICHPO, o conselho de nossa unidade, e depois no CONSUN, o Conselho Universitário. A criação desse órgão completar e a aprovação de seu regimento¹¹², criaram a necessidade de busca de um espaço na cidade de Ituiutaba. A proposta inicial seria inaugurar o museu num espaço temporário, oferecido pela Fundação Cultural Ituiutaba. No entanto, após algumas reuniões com a prefeitura, que contou com a presença da profa. Simone Passos, coordenadora do Museu, foi citada a possibilidade do uso do espaço do colégio S. José, uma local de grande importância histórica para a cidade e que estava desocupado.

Elaborei um projeto, com apoio fundamental da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP e apresentei para a prefeita da cidade de Ituiutaba, Leandra Guedes. O projeto propõe a ocupação da área do colégio, com a instalação do Museu do

¹¹¹ No ano de 2015 foi discutido a criação de um curso de medicina na cidade de Ituiutaba. À época foi instaurada uma comissão que tinha por objetivo a construção de um projeto de curso novo para o campus pontal. Esse projeto seria executado pela Faculdade de Medicina – FAMED, que ficaria responsável pela abertura e manutenção do curso em Ituiutaba, seguindo os moldes dos campi de Monte Carmelo e Patos de Minas. Graças a uma série de intercorrências e, infelizmente, forte objeção ao intento, o projeto não vingou. A FAMED preferiu que as vagas do mais médicos que seriam disponibilizadas para a criação do curso em Ituiutaba fossem aplicadas na ampliação do curso em Uberlândia.

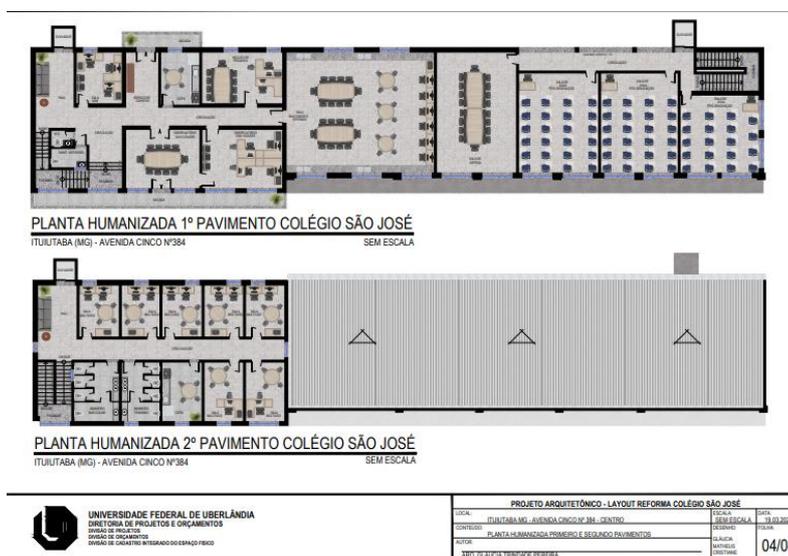
¹¹² Resolução CONSUN n. 45, de 24 de outubro de 2022.

Brinquedo, os dois cursos de pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas, dois núcleos de pesquisa, além de salas de projetos conjunta para a secretaria de planejamento e secretaria de educação e cultura. Além disso, a proposta inclui sala de informática multiusuários e dois auditórios multifuncionais, disponíveis para toda a comunidade UFU e eventos da comunidade local. O termo de cessão foi assinado pela prefeita no dia 17 de junho de 2024, por um período de 10 anos, abrindo a possibilidade de uma ampliação da Universidade Federal de Uberlândia para o coração da cidade, além da perspectiva de uma ampliação das parcerias futuras entre a nossa instituição e o poder público municipal.



Plantas com proposta de intervenção no colégio S. José/Ituiutaba, produzidas pela PREFE/UFU com apoio da PROPP

O projeto do colégio S. José, portanto, acabou nascendo com a proposta de criação do curso de medicina. Na semana seguinte após a visita do deputado André Janones, fomos convocados para uma reunião com o nosso vice-reitor, prof. Carlos Henrique Martins, onde fomos convidados a compor uma comissão para a criação do Curso de Medicina do Pontal. Eu e minhas colegas diretoras aceitamos de imediato pois vislumbramos no projeto a possibilidade de alterar a situação de baixas entradas e alta evasão, além de atrair investimentos fundamentais para a revitalização de nosso campus. Foi criada então a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico e do Projeto do Curso de Medicina no Campus do Pontal¹¹³, presidida pelo nosso vice-reitor.



Planta com apresentação dos núcleos e laboratórios Colégio S. José

Nos últimos meses, temos nos desdobrado em organizar reuniões, mobilizar a sociedade civil, com representantes de hospitais, associações comerciais, colher assinatura de prefeitos e de secretários de saúde da região, além de preparar o projeto de criação e o projeto pedagógico do curso. Ao longo desse ano, estivemos presentes em sessões da Câmara de Vereadores de Ituiutaba, onde ocupei a tribuna para pedir apoio o curso, em reuniões com a prefeita, com o deputado André Janones, além de representantes de empresas especializadas em equipar novos cursos de medicina no Brasil.

Por conta das dificuldades orçamentárias do governo federal para o financiamento de projetos como esse, foi necessário buscar apoio da representação parlamentar através de emendas. Como resultado das reuniões com as empresas especializadas, eu e a

¹¹³ Portaria de Pessoal UFU, 657, de 06 de fevereiro de 2024.

professora Rosana fizemos uma primeira projeção da necessidade de um investimento de R\$4,5 milhões para o equipar alguns dos laboratórios do futuro curso, além de um investimento inicial de R\$ 2milhões para a construção da dependência dos laboratórios específicos¹¹⁴. Apresentamos os dados e obtivemos um compromisso público do deputado André Janones no comprometimento do valor em emendas para esse primeiro investimento. Além disso, depois de algumas reuniões com a nossa Prefeitura Universitária, conseguimos apontar o local para a construção dos laboratórios e os primeiros levantamentos de investimentos em infraestrutura para a obra.

O trabalho com a Comissão do Projeto de Criação do Curso de Medicina mostrou uma outra face do trabalho do gestor, que é a relação com as instituições da sociedade civil e os poderes políticos constituídos, buscando resolver questões de infraestrutura e criando espaços de compromisso, ampliando assim o alcance de nossa instituição. No entanto, no caso de Ituiutaba, essas atribuições são mais visíveis e tem maior impacto, transformando os diretores de unidade acadêmica, como afirmei anteriormente, em pequenos reitores. Esse trabalho é cansativo e gratificante. Cansativo porque aumenta em muito a carga de trabalho do gestor que deve se desdobrar na gestão de sua unidade acadêmica, em nosso caso na gestão do campus e, por fim, em assumir o papel de negociador político e representante da universidade na cidade. Mas é gratificante no sentido de poder fazer parte da construção de nossa instituição e a ampliação de sua influência no município de Ituiutaba.

Nos últimos meses, somou-se a esse trabalho a necessidade da mobilização dos quadros de nosso corpo docente, para enfrentar uma deterioração no já crítico quadro de baixo ingresso e grande evasão. Por conta do movimento grevista e da adesão e nossa instituição à paralisação, tivemos de enfrentar um crescimento das desconfianças da sociedade em relação à universidade. Num primeiro momento, a adesão ao movimento em todos os campi fora de sede foi muito baixa (na verdade, a adesão de nossa instituição à greve quase não aconteceu graças à nossa mobilização). No entanto, com a suspensão do calendário acadêmico, sofremos um duro golpe na já difícil tarefa de evitar a evasão de nossos alunos. Ao final do movimento, realizamos uma reunião, a pedido da PROGRAD/Pontal, que mostro um quadro desolador. Os dados indicavam que nosso

¹¹⁴ Trata-se dos laboratórios de morfofuncional e simulação, que exigem grandes investimentos para a instituição.

campus havia atingido uma marca negativa de menor número de docentes desde o ano de 2015.

Foi criado pelos diretores um grupo, do qual fiz parte, para discutir alternativas em relação ao calendário acadêmico envolvendo todos os onze coordenadores de curso de nosso campus. Foram quatro reuniões muito intensas que resultaram na produção de um documento apresentado ao reitor e no agendamento de uma reunião com a administração superior. Foi a primeira vez em que todos os diretores de unidades acadêmicas e todos os coordenadores de curso estiveram presentes, junto com o reitor e equipe, para tratar da situação do campus do Pontal. A reunião ocorreu no dia 15 de julho e foi registrada nos canais oficiais da UFU¹¹⁵. Lá apresentamos a situação difícil de nosso campus e chamamos a atenção da importância da construção de um calendário que leve em consideração a situação dos campi fora de sede. Informamos ao reitor a situação sombria que enfrentávamos já que a paralisação do calendário resultou no trancamento de 13% total dos discentes matriculados no primeiro período dos cursos do Pontal. A mobilização inédita de nossos diretores e coordenadores ainda continua nos debates e propostas para a solução de nossos problemas e de nosso calendário acadêmico.

Às atividades frenéticas neste ano, ainda houve o complemento da participação no processo eleitoral de escolha do novo reitor da Universidade Federal de Uberlândia. Na sessão de 17 de maio de 2024, o Conselho Universitário aprovou a Resolução 79 que rege o pleito eleitoral deste ano, além de indicar os membros da Comissão Especial Eleitoral e da Comissão de Ética Eleitoral. Coloquei meu nome para apreciação do conselho para participar da Comissão de Ética Eleitoral¹¹⁶ e, com o apoio dos votos dos representantes do Pontal, representar o campus durante o processo. Nos últimos meses, o trabalho em ambas as comissões foi grande, por sua importância e pelo seu alcance. Caminhamos para a conclusão do trabalho em ambas e, espero, com sucesso para que possamos vislumbrar um futuro mais promissor para a nossa instituição e, em particular, para o meu campus.

Considero que uma das facetas mais importantes de minha carreira acadêmica tem sido meu trabalho na gestão. Ele é feito a um preço, que é o de dificultar todos os outros aspectos de nossa atividade acadêmica, mas também é responsável por nos fazer

¹¹⁵ <https://comunica.ufu.br/noticias/2024/07/diretores-e-coordenadores-da-unidade-da-ufu-em-ituiutaba-discutem-novo-calendario>

¹¹⁶ Portaria de Pessoal UFU n.º 2796, de 23 de maio de 2024.

compreender o alcance e a importância de nossa instituição para a sociedade como um todo. Creio que essa experiência acabou por preencher todos os aspectos do trabalho de um docente na universidade pública. Esse trabalho não pode ser encarado como um trabalho meramente individual, mas sim como a soma de experiências em vários campos do serviço público. O gestor, e a experiência em gestão universitária, é peça fundamental para o desenvolvimento do trabalho acadêmico e cujo sacrifício (sim, há o sacrifício), possibilita aos pesquisadores, docentes, técnicos e alunos o desenvolvimento do trabalho de excelência que se espera da universidade pública brasileira.

7. CONCLUSÃO

Noite morta.
Junto ao poste de iluminação
Os sapos engolem os mosquitos.

Ninguém passa na estrada.
Nem um bêbado.

No entanto há seguramente por ela uma procissão de sombras.
Sombras de todos os que passaram.
Os que ainda vivem e os que já morreram.

O córrego chora.
A voz da noite...

(não desta noite, mas de outra maior.)

Manuel Bandeira, Noite Morta, 1921

Chegando ao final desse processo de escrita, devo mudar um pouco a percepção que apontei na introdução a este trabalho. Não se trata de um exercício de futilidade ou de um capricho institucional. Escrever este memorial significou uma reflexão sobre o que foi a minha carreira acadêmica até aqui e a percepção de que, caso a universidade continue a existir em anos vindouros, ainda não atingi a metade da minha carreira como docente e pesquisador. Tive algumas surpresas, mas acredito que deve ser um sentimento comum aos colegas que se dedicam a essa tarefa. A primeira delas é a sensação de incredulidade quanto a tudo aquilo que passei e fiz ao longo do tempo. A percepção de que o nosso trabalho teve desdobramentos e que eles podem ser vistos ao caminhar em seu local de trabalho, na maneira como as pessoas lhe olham e lhe tratam. Podem até não gostar de você, mas o respeitam por sua história.

No início da década passada eu lutei para sair da UFU, pois acreditava que a instituição havia abandonado o projeto de expansão, projeto que me possibilitou ingressar na universidade pública. Foi um período muito difícil, mas que olhando em retrospectiva, foi fundamental para formar o meu entendimento sobre o que é uma instituição pública de ensino superior. Essa visão, inclusive, que carrego do papel institucional que a universidade possuiu num país como o nosso, me causa algum desconforto com a forma

como alguns de meus colegas a entendem: como um lugar de trabalho qualquer, que possibilita continuar uma trajetória como se fossem estudantes de pós-graduação. Creio que a universidade pública deve ser um local de compromisso. Compromisso com um projeto maior para um ensino que forma cidadãos críticos, que tenham compreensão do país em que vivem e que possam agir para mudar a realidade. Compromisso com um papel de pesquisa voltada para entender o passado e apontar um futuro diferente, menos individualista e mais fraterno, dentro de um projeto de nação inclusivo. Compromisso com a criação – sim precisamos ainda criar – de um projeto extensionista que, de fato, abra a universidade para a sociedade e tenha a capacidade de resultar, em médio e longo prazo, num caminho de transformação de nossa realidade.

Outro ponto que me chamou a atenção foi quanta coisa ficou de fora. Para escrever esse memorial levantei uma quantidade enorme de documentos e, com ajuda de minha esposa, encontrei uma quantidade enorme de certificados que, ou por já ter redigido sobre o tema, ou por puro cansaço, acabei não acrescentando. São muitas orientações de Iniciação Científica e de Trabalhos de Conclusão de Curso (sob a visão de um docente que trabalha em outra realidade pode considerar isso usual, mas num curso com baixas taxas de conclusão e, agora, de ingresso, é um número grande). Encontrei vários pareceres ad hoc, trabalho do dia a dia de docentes, para revistas de vários estados do país e para avaliação de projetos para a própria UFU. Me faltou fôlego para retomar e alterar o que já havia escrito para inserir esses dados. Por fim, nesse quesito, ficou clara a necessidade de acrescentar esse enorme número de informação no meu Curriculum Lattes que, até começar a escrever este memorial, achava que estava bastante completo, o que se revelou um autoengano.

Uma outra percepção que ficou muito clara. Ao longo dos anos, construí uma carreira na pesquisa, mas que precisa ser retomada. O passar dos anos nos trazem mais maturidade, leituras e novas reflexões que me dão a certeza que tenho muito a contribuir com a pesquisa no campo da história da ciência e da tecnologia no Brasil. Recentemente tive uma conversa muito agradável com a diretora da Faculdade de Engenharia Mecânica – FEMEC/UFU, profa. Elaine Gomes Assis, colega na Comissão de Ética Eleitoral, e pude falar sobre minha pesquisa e sobre a história da engenharia em São Paulo. Falei sobre meu trabalho acerca da inovação em ambientes de escassez, termo emprestado de duas pesquisadoras uruguaias. Conversamos sobre a necessidade de transformações na universidade no campo dos estudos da engenharia, teorias da inovação, “o livro azul”,

coisas que são muito caras à minha pesquisa, mas que, como narro ao longo deste memorial, por motivos diversos, ficaram adormecidas.

Tenho mais 20 anos de trabalho pela frente. Olho para trás com a compreensão de que, apesar das dificuldades que passei dentro da minha instituição, cumpri os papéis que, ao longo dos anos, a mim foram conferidos. Deixei algumas marcas no meu curso (PET/História, divisão de disciplinas, participação na construção do atual PPC, defesa da integridade de nosso corpo docente), além de marcas na minha própria instituição, cujo maior legado é ter participado, de forma direta, na construção do Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

Um dia, terei cumprido por completo meu trabalho na gestão e tenho o desejo de retomar a trajetória de pesquisa que se perdeu. Ficou claro que ela precisa ser retomada. Para terminar este trabalho, gostaria de contar sobre uma coisa que aconteceu anos atrás e que contei a vários colegas pesquisadores. Tive um sonho onde recebia um pedido para tratar da expansão das estradas no estado de São Paulo no início do século XX. Nesse sonho, via Washington Luís, na época em que era governador de São Paulo, ao lado de seu automóvel, segurando um livro na mão e eu ouvia sua voz. Ele lia um documento: o plano de estradas de rodagem do estado de São Paulo, que foi criado no seu governo. Um dos meus amigos de caminhada da graduação e da pós-graduação, prof. Danilo Zioni Ferretti, não perdeu a oportunidade e comentou: “O fantasma do Xintão voltou para lhe assombrar. Melhor escrever logo esse artigo sobre o plano de estradas”.

Ainda não escrevi o artigo. Espero poder em breve retomar esse meu trabalho de pesquisa e quitar esse débito. Não quero arriscar ser assombrado pelo “presidente-esportista”.